

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**FRANCIELLI LIMA CORREIA**

**Desenvolvimento rural e Assistência Social: um estudo de caso no município  
de Jaguaré-ES**

**São Mateus  
2014**

**FRANCIELLI LIMA CORREIA**

**Desenvolvimento rural e Assistência Social: um estudo de caso no município  
de Jaguaré-ES**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do  
Cricaré para obtenção do título de Mestre  
Profissional em Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Regional I.

Orientador: Prof.º Dr.º Douglas Cerqueira  
Gonçalves.

**São Mateus  
2014**

C824d

CORREIA, Francielli Lima

Desenvolvimento rural e assistência social: um estudo de caso no município de Jaguaré-ES. / Francicelli Lima Correia. São Mateus, 2014.

138 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2014.

Orientação: Prof.º Dr.º Douglas Cerqueira Gonçalves.

1. Assistência Social. 2. Desenvolvimento. 3. Poder Local. I. Título.

CDD: 361.6

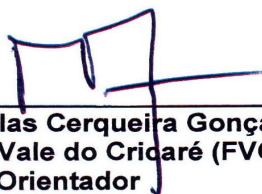
**FRANCIELLI LIMA CORREIA**

**Desenvolvimento rural e Assistência Social: um estudo de caso no município  
de Jaguaré-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Educação e Desenvolvimento Regional.

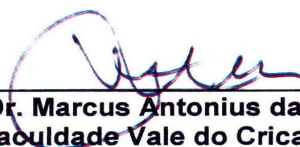
Aprovado em 13 de Setembro de 2014

**COMISSÃO EXAMINADORA**



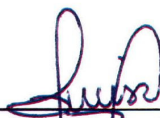
---

**Prof. Dr. Douglas Cerqueira Gonçalves**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientador



---

**Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof. Ms. Luana Frigulha Guisso**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof. Dr. Marcia Helena Siervi Manso**  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*Ao meu querido marido por se mostrar tão  
paciente e compreensivo nos momentos mais  
difíceis oferecendo-me seu amor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de bênçãos e sabedoria, que possibilitou que toda esta caminhada pudesse ter sido realizada, e que colocou no meu caminho pessoas, sem as quais a minha vida não teria sentido. Obrigada Deus, por ter permitido tudo isso.

Em segundo lugar ao meu orientador, professor Douglas Cerqueira Gonçalves por ter acreditado em mim e estando sempre presente nesta minha caminhada.

À toda equipe do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Vale do Cricaré por esta oportunidade.

À minha família, pessoas verdadeiramente incríveis, que trilharam e sonharam comigo todo o meu caminho.

Aos participantes desse trabalho que me concederam suas palavras e tempo. Vocês tem a minha total admiração e respeito pela importante contribuição que deram à sociedade e por protagonizarem o processo de operacionalização da Política de Assistência Social no município de Jaguaré.

À amiga Luziane por ter realizado a revisão das normas da ABNT deste estudo e as amigas Raquel e Diana (professoras de português) por terem contribuído com a revisão ortográfica e do abstrato dessa dissertação.

À Georgia Bulian Souza, Alessandra Carvalho de Sousa, Verana Maria Fornaciari Gonçalves (Quarteto Fantástico) amigas que participaram da minha vida de mestrandia e que sempre estiveram ao meu lado me desejando sucesso.

## RESUMO

Correia, F. L. **Desenvolvimento rural e Assistência Social: um estudo de caso no município de Jaguaré-ES.** Dissertação Mestrado Profissional, Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional. Faculdade Vale do Cricaré, Espírito Santo, 2014.

A presente dissertação analisa a articulação entre desenvolvimento rural local e assistência social, a partir de um estudo específico do município de Jaguaré/ES. Avalia se o relacionamento entre Estado e Sociedade Civil representa um novo padrão, apontando para uma participação efetiva dos sujeitos sociais, verificando os limites e possibilidades desse processo, identificando como as diversas compreensões de desenvolvimento e do papel atribuído à Política de Assistência Social podem influenciar na construção de alternativas diferenciadas para enfrentar os problemas vividos pelas formações sociais locais em sua articulação com a sociedade global, na tentativa de contribuir para a qualificação do debate das políticas públicas de desenvolvimento regional. Para tanto, optou-se por adotar neste estudo o método Crítico Dialético e a pesquisa caracteriza-se por um Estudo de Caso. O estudo possibilitou um aprendizado técnico e político na área da política de Assistência Social e de Desenvolvimento Rural em nível local. Com a pesquisa e a coleta de dados (realizada via aplicação de questionário), foi possível montar um cenário onde se deu a construção da municipalização da Política de Assistência Social, suas fragilidades no município estudado, bem como o levantamento das vulnerabilidades sociais que se expressam nas condições de vida do campo. Ainda assim, identificam-se avanços, pois o processo de democratização destas recentes políticas ampliou o debate, ecoou em parte na sociedade, permitiu uma maior visibilidade das ações das Políticas de Assistência Social e Desenvolvimento.

**Palavras Chave:** Assistência Social, Desenvolvimento e Poder Local.

## ABSTRACT

Correia, F. L. **Rural development and Social Welfare: a case study in the municipality of Jaguaré-ES.** Professional Master's Dissertation, Graduate Program in Social Management, Education and Regional Development. College Valley Cricaré, Espírito Santo, 2014.

The present dissertation analyze the articulation between local rural development and social welefare, from a specific study of the municipality of Jaguaré/ES. Seeks to assess whether the relationship between the State and Civil Society represents a new standard, pointing to an effective participation of social subjects, noting the limits and possibilities of that process, identifying how the various understandings of development and the role assigned to Social Assistance policy may influence the construction of different alternatives to address the problems experienced by local social formations in its articulation with the global societin an attempt to contribute to the qualification of the debate of public policies for regional development. To this end, we decided to adopt the Critical Dialectic method and the research is characterised by a case study. The study enabled a political and technical learning in the area of Social Assistance policy and Rural Development at the local level. With the research and data collection (performed via questionnaires), it was possible to set up a scenario where the construction of the municipalization of the Social Assistance policy, their weaknesses in the municipality studied, as well as the lifting of social vulnerabilities that are expressed in the living conditions of the field. Still, identify breakthroughs, because the process of democratization of these recent policies extended the debate, echoed in part in society, allowed a greater visibility of the actions of the Social Assistance and development policies.

**Keywords:** Social Assistance, development and Local Government.



## LISTA DE SIGLAS

ABAJE	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bom Jesus
ACAMARES	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis
ACCAJ	Associação dos Cafeicultores da Comunidade Abóbora
APIJ	Associação de Amigos Barcocross de Jaguaré
ADH	Atlas de Desenvolvimento Humano
ADVJ	Associação de deficientes visuais de Jaguaré
AFAJ	Associação dos Agricultores Familiares de Jaguaré
APAGIR	Associação dos Pequenos Produtores de Giral
APEFAS	Associação Promocional da Escola Agrícola de Jaguaré
APRONA	Associação dos Produtores de Nossa Senhora Aparecida
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPURJA	Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Jaguaré
SICOOB	Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
JK	Juscelino Kubitschek
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NOB/RH/SUAS	Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social
ONG's	Organização de Instituições Não Governamentais
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PDLs	Plano de desenvolvimento Local Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PMAS	Política Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
PPAAS	Plano Plurianual de Assistência Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TGCA	Taxa Geométrica de Crescimento Anual
UCJ	União dos Cegos de Jaguaré
UNIFMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

## **LISTA DE ORGANOGRAMA**

Organograma 1 - Secretaria de Assistência Social. ....	67
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento municipal e seus componentes. ....	62
Tabela 2 - Relação de Servidores CRAS “Jaguaré”.....	80
Tabela 3 – Compreensão sobre Assistência Social. ....	132
Tabela 4 - Compreensão sobre desenvolvimento local. ....	132
Tabela 5 - Assistência Social e o Desenvolvimento Local.....	133
Tabela 6 - Comentários/observações sobre o tema discutido.....	133
Tabela 7 – Compreensão sobre Assistência Social .....	134
Tabela 8 - Compreensão sobre desenvolvimento local. ....	134
Tabela 9 - Assistência Social e desenvolvimento local.....	135
Tabela 10 - Comentários/observações sobre o tema discutido.....	136
Tabela 11 - Compreensão sobre Assistência Social .....	136
Tabela 12 - Compreensão sobre Desenvolvimento Local.....	137
Tabela 13 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento Local. ....	137
Tabela 14 - Comentários/observações sobre o tema discutido.....	138

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide etária/Jaguaré-ES.....	61
Gráfico 2 - Evolução do IDHM/Jaguaré-ES.....	63
Gráfico 3 - Fluxo escolar por faixa etária/Jaguaré-ES..	64
Gráfico 4 - Taxa de atividade e de desocupação 18 anos ou mais .....	65
Gráfico 5 - Sexo.....	84
Gráfico 6 - Estado Civil.....	84
Gráfico 7 - Raça/Cor.....	85
Gráfico 8 - Faixa Etária. ....	85
Gráfico 9 - Escolaridade .....	85
Gráfico 10 - Situação Ocupacional.....	85
Gráfico 12 - Remuneração Familiar .....	86
Gráfico 11 – Realização de Atividade Rural. ....	86
Gráfico 13 - Membros da Família .....	87
Gráfico 14 - Período de Participação no CRAS .....	87
Gráfico 15 - Percepção de Mudanças Familiares e Comunitárias com a Participação no CRAS.....	87
Gráfico 17 – Necessidade do CMASJ para Jaguaré .....	88
Gráfico 16 - Conhece o CMAS .....	88
Gráfico 18 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento Local .....	88
Gráfico 19 – Sexo. ....	89
Gráfico 20 - Faixa Etária .....	90
Gráfico 21 - Estado Civil.....	90
Gráfico 22 - Local de Residência .....	90
Gráfico 23 - Vínculo Empregatício .....	90
Gráfico 24 - Carga Horária de Trabalho.....	90
Gráfico 25 - Período de Atuação no Município .....	90
Gráfico 26 - Qualificação Profissional .....	90
Gráfico 27 - Avaliação da PMAS de Jaguaré.....	93
Gráfico 28 - Projetos Sociais Municipais Significativos.....	93
Gráfico 29 – Processo de Municipalização da Assistência Social em Jaguaré .....	93

Gráfico 30 - A municipalização da Assistência Social e sua contribuição para a democratização das relações entre o Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil.....	93
Gráfico 31 - Conhecimento da existência do Conselho Municipal de Assistência Social .....	94
Gráfico 32 - Necessidade do CMAS para Jaguaré.....	94
Gráfico 33 - O CMAS .....	94
Gráfico 34 - O CMAS e o seu trabalho: Sobre o Olhar da população .....	95
Gráfico 35 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento .....	97
Gráfico 36 - Gênero .....	99
Gráfico 37 - Faixa Etária .....	99
Gráfico 38 - Estado Civil.....	99
Gráfico 39 - Qualificação Profissional .....	99
Gráfico 40 - Período de Residência no Município .....	99
Gráfico 42 - Representação no CMAS .....	100
Gráfico 41 - Percepção sobre o CMAS. ....	100
Gráfico 43 - Percepção sobre a participação nas reuniões do CMAS.....	101
Gráfico 44 - Percepção sobre a necessidade do CMAS .....	101
Gráfico 45 - O conhecimento do CMAS pela Sociedade .....	101
Gráfico 46 - Avaliação da PMAS de Jaguaré.....	103
Gráfico 47 - Avaliação do Processo de Municipalização da PNAS.....	103
Gráfico 48 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento. ....	103
Gráfico 49 - A municipalização da Assistência Social e sua contribuição para a democratização das relações entre o Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil.....	103

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>28</b>
<b>O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS DETENTORES DA FORÇA DE TRABALHO .....</b>	<b>28</b>
1.1 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE.....	28
1.2 O RURAL BRASILEIRO NA ATUALIDADE .....	34
1.3 QUESTÃO SOCIAL RURAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL .....	37
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>45</b>
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E PODER LOCAL NO ÂMBITO RURAL .....</b>	<b>45</b>
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: JUSTAPOSIÇÕES NA ZONA RURAL.....	45
2.2 SISTEMATIZAÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	48
2.3 A MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	51
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>57</b>
<b>A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ/ES .....</b>	<b>57</b>
3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E O PERFIL SOCIOECONÔMICO, POLITICO E CULTURAL DE JAGUARÉ.....	58
3.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES .....	67
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>77</b>
<b>A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>77</b>
4.1 CONHECENDO O CRAS “JAGUARÉ” .....	78
4.1.1 Ações desenvolvidas pela equipe de profissionais do CRAS.....	81
4.1.2 Diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e indivíduos.....	81
4.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB O OLHAR DOS USUÁRIOS DO CRAS “JAGUARÉ” .....	83
4.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB O OLHAR DA EQUIPE TECNICA DO CRAS “JAGUARÉ” .....	89

4.4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB O OLHAR DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ-ES .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE A- SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO SIMPLIFICADO .....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE C- ROTEIRO DE COLETA DE DADOS COM OS ATORES RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ/ES .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE F- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO A- TABELAS.....</b>	<b>132</b>



## INTRODUÇÃO

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção dos profissionais que atuam na área social, demanda o desenvolvimento de uma ação baseada numa perspectiva totalizante, fundamentada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

Concorda-se com os Conselhos Federais de Serviço Social - CFESS e de Psicologia - CFP ao enfatizarem que intervenção orientada por esta perspectiva pressupõe a leitura crítica da realidade, a capacidade de identificação das condições materiais de vida e identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil e o reconhecimento, fortalecimento dos espaços e formas de luta, organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos e fomento de desenvolvimento local (BRASIL, 2007).

O reconhecimento do fomento do desenvolvimento local como possibilidade de transformação social justifica o fato desse tema ser frequentemente analisado e debatido no meio acadêmico. Esse reconhecimento objetiva explicar o processo de reformulação e execução da Política de Desenvolvimento Local, o qual redefine o papel dos governos subnacionais (unidades da federação e municípios) e as atuais premissas das ciências sociais (como as Políticas Nacionais de Assistência Social, Educação e Desenvolvimento Regional) que propõem a efetivação das ações de forma descentralizada e territorializada e indicam uma lógica de ação pública multisetorial complexa, por um lado, com a incorporação de novos atores nos processos de formulação e implementação de políticas públicas (integração entre sociedade civil e Estado). Por outro lado, a maioria das políticas de desenvolvimento nacional promovem ações universalistas, mas existem demandas políticas voltadas para setores, nichos específicos dos setores sociais e econômicos (SILVA E BRASIL, 2012).

Diante desse quadro e considerando os atores (usuários e equipe técnica da Assistência Social e Membros do Conselho Municipal de Assistência Social) responsáveis pela operacionalização da Política de Assistência Social no município de Jaguaré/ES, fica o questionamento: Como esses atores sociais compreendem o processo de

municipalização da assistência social e sua articulação com o desenvolvimento local rural?

Parte-se da ideia que o estudo sobre as relações entre o Estado, sociedade civil e os atores responsáveis pela execução das políticas sociais (Assistência Social e Desenvolvimento) apresenta-se como eixo fundamental para pensar as transformações da realidade no município, as novas formas de expressão e organização do Estado e da sociedade, bem como os processos de construção da hegemonia e da contra-hegemonia no cenário atual.

Considera-se que o estudo sobre a operacionalização da Política Nacional da Assistência Social como ação de fomento do Desenvolvimento no meio rural sob a percepção de sujeitos sociais (representantes do Estado e da Sociedade civil) é importante na medida em que permite avaliar a democratização da gestão pública municipal, o impacto desta nova institucionalidade na construção e/ou ampliação do espaço público e as ações de fomento desenvolvimento local rural no âmbito municipal.

Ressalta-se que este estudo inicia-se com o pressuposto que os atores envolvidos nesta política pública, em sua maioria, não compreendem a Política Municipal de Assistência Social como instrumento de fomento para o desenvolvimento local rural.

O interesse em realizar essa pesquisa deu-se a partir do processo de formação e inserção profissional focados na discussão e operacionalização da Política Nacional da Assistência Social (PNAS). Tais experiências possibilitaram o contato constante com a prática profissional no âmbito da Assistência Social e a visualização das mais variadas formas de atuação dos técnicos que desenvolvem sua intervenção nesses espaços. Além da aproximação com a prática, foi possível um grande contato com a população assistida por esta política social. Optou-se por realizar esse estudo de caso no município de Jaguaré/ES, pois conforme apresentado pelo Secretario Municipal de Assistência Social dessa municipalidade, Jaguaré até o momento não tinha sido objeto de pesquisa de nenhuma dissertação.

Essa aproximação com a temática e com os usuários da PNAS incitou o interesse em estudar, de forma mais aprofundada, a área da assistência social e sua associação com as

demais políticas correlatas, considerando a relevância da mesma num período de construção e consolidação dessa recente política. Assim as vivências, estudos e leituras se direcionaram a esse objetivo. Propondo-se aprofundar nesses estudos e direcioná-los com o intuito de discutir (problematizar) o impacto social da operacionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aos cidadãos assistidos pela mesma, e com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de uma prática profissional que possibilite a transformação e desenvolvimento da realidade cotidiana, na qual os usuários da assistência social estão inseridos. Neste sentido, o estudo desenvolvido se torna relevante aos agentes que executam essas políticas, pois permitirá uma reflexão crítica da operacionalização da PNAS.

Destaca-se que um dos desafios vivenciados pelos profissionais da área social é o de decifrar as múltiplas expressões cotidianas da questão social, sua gênese e as novas características que essas assumem na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato (IAMAMOTO, 2007).

O reconhecimento da Questão Social Rural, como objeto de intervenção profissional, demanda uma atuação numa perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

Considerando a zona rural brasileira Iamamoto (2007), afirma que:

Permaneceu tanto a subordinação da produção agrícola aos interesses dos trabalhadores quanto os componentes não-capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade, que são redimensionadas e incorporadas a expansão capitalista. Essa, gradualmente, moderniza a grande propriedade territorial que assume a face racional de empresa capitalista, convivendo com as vantagens da apropriação da renda fundiária. E acompanhada da concentração da propriedade territorial e de uma ampla apropriação de trabalhadores. Cresce a massa de assalariados rurais e urbanos, necessária à expansão do mercado interno, e as exigências de ampliação da produção e produtividade. Esse mesmo desenvolvimento incorpora e recria a pequena produção mercantil simples-parceiros, pequenos arrendatários, posseiros- submetendo-a ao jugo do capital (comercial, industrial, financeiro) e à renda fundiária. Assalariados agrícolas e pequenos produtores familiares experimentam uma permanente privação dos direitos sociais, trabalhistas e políticos - especialmente o direito de voto-, aprofundando sua exclusão do bloco do poder e dos pactos político (IAMAMOTO, 2007, p. 31).

Desta forma, usuários da Política de Assistência Social e, conseqüentemente, do CRAS que vivem ou não na zona rural são necessitados de proteção, porque estão fora dos

mecanismos e sistemas de segurança social obtidos pela via do trabalho, do usufruto das demais políticas e da inserção em sociabilidades sócio-familiares (CARVALHO, 2003).

A condição do público-alvo de vulnerabilidade<sup>1</sup> reflete-se na percepção que se tem da Política de Assistência Social como uma política secundária, supletiva e coadjuvante. Resultando, portanto, na apreensão que o objetivo dessa política é o de oferecer proteções compensatórias, emergenciais ou de apenas ser organizadora de demandas a serem satisfeitas pelas demais Políticas Sociais (CARVALHO, 2003).

Tendo em vista a realidade descrita acima, é necessário que a atuação profissional seja subsidiada por uma detalhada investigação sobre a realidade que se pretende intervir.

Por fim, pensar nos elementos, aqui sinteticamente indicados por Carvalho (2003) e Yamamoto (2008), possibilita aprofundar a análise das relações entre Estado e as classes sociais no país com intuito de elucidar as múltiplas expressões da questão social e as respostas institucionais a elas direcionadas por parte do Estado brasileiro, condensadas nas políticas econômicas e sociais.

Yamamoto (2008) em sua análise sobre questão social e o enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade, aponta que compreender as especificidades do modo de produção capitalista é condição fundamental para apreender o real significado e alcance da política social e das ações dos profissionais no seu âmbito, nesse novo contexto de mundialização da economia sob a hegemonia das finanças.

Nos estudos de Santos (2009) encontra-se contribuições acerca da importância de se analisar os determinantes econômico-político-sócio-culturais que possibilitaram a manifestação da pluralidade dos sujeitos coletivos, por meio da reivindicação de direitos; mas não podendo deixar de considerar que estas demandas estão sendo absorvidas pelo modo de produção capitalista e respondidas de acordo com seus interesses, mediados pela intenção de confundir os ideais destes sujeitos, com a finalidade de possibilitar que todos sejam “(...) convencidos ideologicamente de que só há uma única alternativa que é

---

<sup>1</sup> Vulnerabilidade social: “Caracteriza-se pelas condições de desigualdade socio-econômica e de privação/dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos de determinados segmentos da população, o que em outras palavras significa dizer que as pessoas aí inscritas passam fome, não tem a possibilidade de acesso a assistência, médica, educacional, habitacional, apenas para citar algumas das impossibilidades, que caracterizam, em síntese, a ausência e/ou privação de direitos (BRASIL, 2004).

adequar-se à ordem vigente e desenvolver ações na intenção do aperfeiçoamento do sistema do capital” (SANTOS, 2009, p. 82).

Pereira (2009) apresenta a tese que

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social e permitirem a sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (PEREIRA, 2009, p.102).

Franco (2001) com seus estudos auxilia a refletir que o desenvolvimento local é um modo de promoção do desenvolvimento que considera todas as potencialidades, identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada, como fatores fundamentais para fomento deste processo.

Silva e Bassi (2012) desenvolvem a análise de que o Brasil é uma nação de desiguais quando se considera o acesso à oportunidades e condição de vida. Sendo que é atribuição do Estado a reversão deste cenário, afim de fortalecer a sua hegemonia e o processo de desenvolvimento nacional, e que a superação deste desafio “depende de governos e políticas inovadoras que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno e capaz de tomar suas decisões e contribuir para o desenvolvimento nacional” (SILVA E BASSI, 2012, p.16), possibilitando a transformação de uma dada realidade por meio da intervenção estatal.

Franco (2002) apresenta a tese que

Para se libertar desses constrangimentos que impedem o desenvolvimento, é necessário: (i) mobilizar a criatividade e a inovação, despertando empreendedorismos individual e coletivo; (ii) incentivar a cooperação e protagonismo policentrico (ou a multiliderança), ensejando a captação de problemas locais; (iii) horizontalizar as relações entre grupos, pessoas e organizações, estimulando o surgimento e animando o funcionamento de redes de atores sociais, e (iv) inaugurar novas institucionalidades e novos processos participativos, democratizando decisões e procedimentos, incluindo novos atores na esfera pública e ampliando essa esfera (FRANCO, 2002, p. 117).

Nos estudos de Sanchs (2004) encontra-se contribuições acerca da diversidade das configurações socioeconômicas e culturais das diferentes micro e mesorregiões que eliminam a aplicação uniforme de estratégias de desenvolvimento, pois este estudioso ressalta que para serem eficazes, estas ações devem dar respostas às demandas mais

urgentes e às pretensões de cada grupo social, “(...) superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e libertar as energias sociais e a imaginação (...)” (SANCHS, 2004, p.61). No entanto, é necessário possibilitar a participação de todos os cidadãos inseridos (trabalhadores, empresários, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de fomento do desenvolvimento local.

Considerando o referencial teórico acima apresentado - Iamamoto (2007, 2008), Carvalho (2000), Santos (2009), Pereira (2009) Franco (2001, 2002), Silva e Bassi (2012), Sanchs (2004), entre outros -, ressalta-se, ainda, a compreensão que os pilares das políticas sociais contemporâneas (com ênfase a Política Municipal de Assistência Social) enfatizam que aquela que pretende ser planejada, efetiva e de impacto frente às expressões da questão social, devem considerar o olhar dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de construção. Como:

- Os usuários da Política de Assistência Social, que são sujeitos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais (BRASIL, 2004).
- Os Profissionais da rede municipal de assistência social é fator fundamental para compreensão e avaliação da execução da PMAS (BRASIL, 2004).
- Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, pois compreende-se que os mesmos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política. Destarte, as deliberações desses atores influenciam diretamente no processo de execução dessa política municipal (BRASIL, 2004).

Desta forma, a atuação conjunta da sociedade civil, profissionais e usuários da PMAS com a representação governamental é um elemento fundamental para o estabelecimento de consensos, o que aponta para a necessidade de definição de estratégias políticas a serem adotadas no processo de correlação de forças.

Destarte, tal pilar da constituição da PNAS não foi desconsiderado nesse estudo. Assim, ponderando as pontuações elencadas destaca-se que essa pesquisa se apreendeu em verificar a percepção dos atores responsáveis pela operacionalização da Política de Assistência Social em Jaguaré-ES (usuários, equipe técnica do CRAS e Membros do Conselho Municipal de Assistência Social) sobre a articulação entre os planos, projetos

e ações propugnadas e seus efeitos e contribuições ao desenvolvimento local rural. E tem como objetivos específicos:

- Realizar um levantamento das legislações que norteiam a Assistência Social no cenário nacional e no município objeto de estudo;
- Identificar os sujeitos atendidos, suas principais demandas, a realidade a qual se insere, relações comunitárias e sociais;
- Verificar o processo de operacionalização da Política Municipal de Assistência Social e as ações de fomento de desenvolvimento local na cidade de Jaguaré-ES.

Para alcançar tais objetivos, fez-se necessário a escolha de um método de trabalho, o qual permitiu analisar de forma científica o objeto de pesquisa.

Concorda-se com Severino (2007) ao explicitar que a decisão dos procedimentos metodológicos, a serem utilizados, como base para o processo de investigação proporcionado pela pesquisa, possibilita ao pesquisador escolher o alcance da pesquisa, as regras das explicações dos fatos e a validade das generalizações produzidas pelo estudo.

Nesse estudo foi adotado o método crítico-dialético, por possibilitou a análise do objeto de estudo sobre o parâmetro de totalidade discutido por Marx.

Nesse método, a teoria é uma reconstrução do real, assim o conhecimento parte do abstrato (aparência) para o concreto (essência). Segundo Marx “[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado [...]” (MARX, 1978, p. 117).

Gil (1999) ao falar do método Dialético enfatiza,

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc [...] (GIL, 1999, p. 32).

Esse método ao analisar a totalidade da realidade, a compreende também, como um processo histórico e composto por inúmeras contradições em seus fenômenos.

Fachin (2006) ao falar da historicidade do método crítico-dialético diz que ela permite uma análise das sociedades e instituições que apreenda a dinâmica histórica de sua evolução, transformação e desaparecimento. Desta forma, o Método Crítico-Dialético tem como premissa que o “concreto é síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1978, p.116), onde a realidade constitui-se de um complexo de totalidades.

Nos termos de Gil (1999) essa pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso em função da natureza do objeto e das categorias de análise. O Estudo de Caso caracteriza-se como um meio de aprendizagem acerca de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos analógicos, por ele significativamente representativo (SEVERINO, 2007). Nesse sentido, o Estudo de Caso revelou-se adequado, pois possibilitou uma imersão nas dimensões subjetivas do problema, através de uma relação direta do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Esse contato permitiu trazer à tona um rol de valores e crenças difíceis de serem percebidas a partir de uma perspectiva mais objetiva da realidade social.

Para a compreensão da problemática levantada a presente pesquisa baseou-se na abordagem quantiquantitativa. Esse tipo de metodologia tem como objetivo analisar os dados de forma a abranger a metodologia quantitativa, que, segundo FACHIN (2006), é uma forma de atribuir números às propriedades, aos objetos, aos acontecimentos, aos materiais de modo a proporcionar informações úteis e uma melhor visibilidade das informações. Essa metodologia, também, se preocupa em abordar a variável qualitativa que, conforme esse autor caracteriza-se por uma descrição analítica dos fatos e não somente numérica.

A presente pesquisa cumpriu as exigências dos aspectos éticos, orientados pela resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere às diretrizes e normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.

Para a realização do processo de levantamento de dados, foi redigida uma carta de apresentação e solicitação de autorização para realização da pesquisa ao Secretário Municipal de Assistência Social de Jaguaré, esclarecendo quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa (ver em anexo).



A cada participante foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver em anexo), explicando os objetivos da pesquisa, procedimentos e esclarecimentos, sobre sua participação voluntária, garantia do sigilo das informações disponibilizadas, incluindo a possibilidade de desistência a qualquer momento, livre de prejuízo financeiro, pessoal e profissional.

Considerando que os pilares das políticas sociais contemporâneas enfatizam que aquela que pretende ser planejada, efetiva e de impacto frente às expressões da questão social, devem considerar o olhar dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de construção, participaram da presente pesquisa os representantes das famílias acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré” e os usuários da Política de Assistência Social. O universo de famílias acompanhadas<sup>2</sup> pelo CRAS “Jaguaré” é de 120 (cento e oitenta), contudo, optou-se por realizar a mesma com somente 10% (12) das famílias acompanhadas<sup>3</sup>, uma vez que o universo é extenso. A escolha da amostra foi de forma aleatória, para que a análise dos dados coletados desenvolva-se de forma eficaz e qualitativa. A coleta de dados foi realizada no dia quinze de maio de 2014.

GIL (1999) enfatiza que é comum a utilização da amostra nas pesquisas sociais, pois elas geralmente abrangem um universo de elementos muito grande o que inviabiliza estudá-los em sua totalidade. Por essa razão é frequente a utilização de uma pequena parte dos elementos que compõe o universo.

Participaram, também, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social. Buscou-se realizar o levantamento de dados com dezesseis (16) conselheiros – o universo. No entanto, catorze membros aceitaram participar do estudo, representando uma amostra de 87%. Destaca-se que as deliberações desses atores influenciam diretamente no processo de execução dessa política municipal. A coleta de dados foi realizada no dia vinte e nove de maio de 2014.

---

<sup>2</sup> São consideradas Famílias Acompanhadas aquelas que pertencem ao Programa de atenção Integral a Família (PAIF) e, além disso, participam das atividades propostas pelo Programa de Atenção a Gestante. Essas são atendidas individualmente pelo menos uma vez ao mês, e participam das reuniões mensais de grupo.

<sup>3</sup> De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, não encontramos definição por parte dos autores (Deslandi, Gil, Minayo, May e Fachin) no que diz respeito à porcentagem da amostra em pesquisa quali-quantitativa. Nesse sentido, definimos a nossa amostra em 10% do universo das famílias acompanhadas.

Considerando que a equipe técnica do CRAS “Jaguaré” (assistentes sociais, estagiários e psicólogos) é composta por dez (13) profissionais, doze (12) técnicos aceitaram participar da pesquisa. A coleta de dados foi realizada no dia doze de maio de 2014.

A Coleta de dados foi elencada por meio de Fontes Primárias e Secundárias. As fontes primárias correspondem os elementos de estudo que estão diretamente ligados com o objeto de pesquisa. Nesse sentido ela constitui-se pela equipe técnica, usuários da PNAS e membros dos CMAS.

Foram utilizados, aqueles elementos que não estão diretamente ligados ao objeto de estudo, como a revisão da literatura sobre assistência social, desenvolvimento, poder local, vulnerabilidade social e políticas sociais para a construção do quadro de referências teórico-analíticas. Foi realizada, também, pesquisa documental junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e ao Conselho Municipal de Assistência Social de Jaguaré-ES, elementos esses que se configuram como fontes secundárias.

Assim, os procedimentos utilizados para a realização desse estudo de caso constitui-se pela revisão bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados primários e secundários.

A análise dos dados nessa pesquisa tem caráter quali-quantitativo, articulando o referencial teórico com os dados primários e secundários e observações do caso abordado. Esse processo de análise buscou verificar a percepção dos participantes do estudo sobre a articulação entre os planos, projetos e ações propugnadas pela Política Municipal da Assistência Social (PMAS) de Jaguaré-ES e seus efeitos e contribuições ao desenvolvimento local rural, via quatro categorias de análise que contemplaram a temática proposta, a saber: I. Identificação; II. Visão sobre a municipalização da PNAS; III. Visão sobre o Conselho Municipal da Assistência Social e IV. Perspectivas sobre a operacionalização da PMAS em Jaguaré e suas contribuições ao fomento do Desenvolvimento Local.

Com o objetivo de discutir sobre as questões acima apontadas elaborou-se o presente texto, no qual cada capítulo colaborou para alcançar os objetivos propostos.

No Capítulo I, apresenta-se um relato histórico do surgimento, agravamento e enfrentamento da Questão Social no Brasil, busca-se abordar, de forma concisa, o modo de produção Capitalista como intensificador das formas de exploração da classe trabalhadora. Apresenta ainda, uma pequena discussão no que diz respeito à Questão Social, a Pobreza e a Política Social.

No Capítulo II, discorre-se sobre a Política de Assistência Social, na qual abarca o campo desta pesquisa, suas particularidades históricas, dando ênfase em suas conformações atuais. Faz-se uma discussão sobre a articulação entre Assistência social, desenvolvimento e poder local.

No Capítulo III, explana-se sobre a operacionalização da Política Municipal de Assistência Social na municipalidade objeto de estudo e apresenta uma breve contextualização histórica e a elaboração do perfil socioeconômico e cultural de Jaguaré-ES.

Por fim, no Capítulo IV, apresenta-se a análise dos resultados em que apreende a percepção dos atores responsáveis pela operacionalização da Política Municipal de Assistência Social em Jaguaré sobre a articulação entre Assistência Social e desenvolvimento local rural.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS, faz-se uma retomada dos temas, enfatizando os resultados obtidos na pesquisa de campo e ao longo de todo o estudo.

## CAPÍTULO I

### O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS DETENTORES DA FORÇA DE TRABALHO

Apesar do estudo situar-se na análise da operacionalização da Política de Assistência Social no Município de Jaguaré, considera-se necessário, inicialmente, resgatar questões históricas da categoria trabalho, visto ser importante. Isto é, verificar o processo de trabalho, o modo de produção capitalista, a pobreza, a questão social e a política social, afim de compreender como esses fatores influenciam na operacionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nesta instância local.

Começa-se o esboço enfatizando a relação do ser social com o mundo do trabalho, entretanto não pretende-se fazer uma análise detalhada desta relação. Assim, indica-se alguns elementos que são considerados mais relevantes com o intuito, num momento seguinte, de relatar as relações de produção e as forças produtivas.

#### 1.1 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE

O modo de produção capitalista é um sistema de mercado baseado em vários princípios como a propriedade privada dos meios de produção, a transformação das forças de trabalho em mercadoria, a acumulação do capital e a livre concorrência.

Este processo de produção dá-se entre classes e se expressa, portanto, em uma maneira historicamente determinada, na qual os homens produzem e reproduzem as condições materiais da existência humana e as relações sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

O Capital expressa-se sobre a forma de mercadorias: meios de produção (matérias-primas, auxiliares e instrumentos de trabalho) e meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho. Nesse modo de produção predomina o monopólio dos meios de produção por uma parte da sociedade; em confronto com os trabalhadores desprovidos das condições materiais necessárias à materialização de seu trabalho. Portanto, o trabalhador para sobreviver tem que vender sua força de trabalho ao capitalista e receber em troca a remuneração necessária para satisfazer suas necessidades básicas (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

O capital na sua forma elementar de dinheiro ou mercadoria só é potencialmente capital, deve se transformar em capital real e efetivo no processo de produção, mediante a incorporação da força de trabalho vivo, que conserva os valores das mercadorias que ingressam no processo produtivo e cria e recria valores [valor de uso e valor de troca] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 36).

Iamamoto e Carvalho (2005), afirmam que o produto do modo de produção capitalista não é somente valor de uso ou valor de troca, uma vez que “[...] seu produto é a mais-valia, seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, isto é, representam mais trabalho que o que lhe foi adiantado para sua produção [...] (MARX apud IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 35). Em outras palavras, o objetivo do capital é a produção de um sobre-valor ou de um valor maior que aquele adiantamento do início do ciclo produtivo, significando consolidação do tempo de trabalho excedente, trabalho não pago apropriado pela classe capitalista, mais-valia.

Os mesmos autores enfatizam que a transformação do dinheiro do capitalista em capital compõe-se por dois processos que não se excluem, mas se complementam. O primeiro processo consiste na compra e venda dos meios de produção e da força de trabalho. Deste modo, o dinheiro transforma-se em mercadorias, sendo necessário para que esse processo se desenvolva a força de trabalho, cujo “[...] valor de uso tem a qualidade de ser fonte de valor, isto é, cujo consumo é ao mesmo tempo materializado de trabalho e, portanto, criação de valor” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 38).

Nessa relação o trabalhador vende ao capitalista, por um determinado tempo, sua única mercadoria, a força de trabalho, trata-se essa, portanto, a única opção do proprietário, vender a sua força de trabalho, em troca de um valor que possibilite a sua subsistência a

de sua família. Nesse escopo, compreende-se que essa relação, no modo de produção capitalista, constitui-se em uma relação contratual (compra e venda) entre os proprietários dos meios de produção e os detentores da força de trabalho.

O segundo processo ressaltado pelos autores consiste no processo de produção do capital “considerando como um processo que, por meio do trabalho útil, cria novos valores de uso, é um processo de trabalho, mas sendo, também um processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista [...]” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 39). Consistindo em um processo de trabalho que tem características específicas e, historicamente, determinadas, no qual as mercadorias são propriedades do capitalista como, a força de trabalho que é adquirida pelo mesmo.

A partir dessa análise enfatiza-se que o usuário da Política de Assistência Social do município de Jaguaré, é um trabalhador que encontra-se inserido nesse processo, que consiste na compra e venda dos meios de produção e da força de trabalho, com a finalidade que tal processo possibilite sua subsistência e de sua família.

Ressalta-se ainda, que o processo de produção não é apenas um processo de trabalho de produção de valores de uso mediante o consumo de um trabalho específico (concreto) é, ao mesmo tempo, um processo de valorização de criação e conservação do valor (valor de troca) (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005), assim quando se enfatiza o processo de produção do modo de produção capitalista é relevante recuperar a discussão realizada por esses autores, os quais consideram que:

[...] Nesta ótica de análise, o que interessa é o valor de troca do capital, que se diferencia do valor de troca das mercadorias, que ingressam, como tais, no processo de produção. O importante, para perceber essa diferença, é verificar o que ocorre com a parte variável do capital, ou seja, aquela que é trocada pela força de trabalho. O valor de troca da mercadoria força de trabalho, seu custo diário de conservação é definido antes mesmo que esta mercadoria ingresse na circulação [salário][...] e esta parte do valor adiantado na produção, ao ser transformada em trabalho vivo em ação, adquire uma magnitude variável, ai não tem-se mais um valor, mas a valorização enquanto processo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 42).

Evidencia-se, neste modo de produção que o trabalho vivo não só conserva os valores dos meios de produção (trabalho acumulado), mas produz o valor do capital variável e gera um sobrevalor, a mais-valia. O processo de produção do sistema capitalista conclui

à medida que a mercadoria (produto) é vendida, e assim se transforma em dinheiro para que o valor passe a circular, reiniciando, dessa forma, o ciclo produtivo do capital.

O processo que acaba de ser apresentado, da transformação do dinheiro em capital é algo complexo e, portanto, compreende-se ser relevante enfatizar as relações sociais nele existente. “[...] Para tanto, devemos considerar não o capitalista e o trabalhador individualmente, mas o conjunto de capitalistas e de trabalhadores, enquanto classes sociais que personificam categorias econômicas: o capital, o trabalho e seu antagonismo. E ainda, deve-se, considerar o processo de produção na sua continuidade [...]” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 46), a reprodução do capital.

A classe trabalhadora necessita sobreviver por meio do trabalho assalariado e a acumulação/apropriação do capital pelo capitalista converte-se em um processo no qual o desenvolvimento das forças produtivas implica, também, produção da riqueza da classe dominante e da miséria dos trabalhadores. Esse fato potencializa a capacidade do homem produzir desumanidades que podem ser cada vez mais intensas e englobar de forma cada vez mais completa as relações sociais. Esse aspecto compõe o complexo social denominado de alienação (LESSA, 2000).

Segundo Netto e Braz (2007), a alienação é um fenômeno histórico, mas que também pode ser revertido pelo processo histórico. Ela é própria da sociedade capitalista, na qual os trabalhadores são expropriados dos meios de produção restando-lhes a venda de sua força de trabalho, entre outras formas de exploração do homem pelo homem. As objetivações alienadas deixam de promover o ser social para estimulá-lo a regredir.

Na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser a expressão das necessidades do trabalhador para expressar as necessidades de acumulação de riqueza da classe dominante (LESSA, 2000).

O desenvolvimento do processo de acumulação tem na expansão da utilização do trabalho morto (por exemplo, maquinário, insumos, instrumentos, instalações) como um meio de ampliação dessa acumulação e, conseqüentemente, ocorre a redução da utilização do trabalho vivo (força de trabalho), possibilitando a origem de uma superpopulação que não consegue se inserir no mercado de trabalho. Superpopulação

essa, denominada por Marx como “exército industrial de reserva” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

Contraditoriamente a classe trabalhadora, ao fazer crescer a lucratividade da classe capitalista, reduz as possibilidades de obter os meios de vida do conjunto da população trabalhadora, cria também as condições para qual se reproduza uma parcela de população excessiva para que as necessidades médias do capital, isto é, em proporção à intensidade e extensão do processo de acumulação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 59).

Netto e Braz (2007) ressaltam que a classe capitalista utiliza este exército industrial de reserva para pressionar por salários mais baixos, ampliação da jornada de trabalho, entre outros; consistindo em um poderoso instrumento de ampliação da exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas. Assim, esta superpopulação de desempregados é “condição produto da acumulação e condição para que elas se efetivem” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 59).

Marx apud Netto e Braz (2007) classifica a população relativa (exército industrial de reserva) em três formas variadas:

- 1) a população flutuante, formada por trabalhadores urbanos que ora estão empregados, ora desempregados;
- 2) a população latente, composta por trabalhadores rurais, que com a redução do trabalho rural, migraram para os centros urbanos (êxodo rural);
- 3) a população estagnada, superpopulação que não consegue se inserir em momento algum no mercado de trabalho de forma fixa.

Na base desse exército industrial de reserva, estão os trabalhadores que vivem em uma condição de pauperismo, os lumpen proletários<sup>4</sup>, podendo essa pauperização ser relativa ou absoluta.

A produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e da recriação das formas sociais de que se reveste, são processos eminentemente sociais. Assim, a Lei Geral da Acumulação supõe acumulação por uma parte da sociedade - a classe capitalista - inseparável da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza

---

<sup>4</sup> Os lumpen proletariados são compostos não só de pessoas capacitadas para o trabalho, como também de órfãos e filhos de pobres que não estão envolvidos no exército ativo nos períodos de pico econômico e, ainda, os velhos e as “vítimas da grande indústria”: viúvas, mutilados, doentes (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).



como uma riqueza alheia, como poder que os domina, em suma, como capital (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005).

A reprodução do capital supõe a recriação da classe trabalhadora, portanto, uma reprodução da pobreza, da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia nas relações de classe, isso se expressa na luta de classe (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005).

[...] Marx trata as classes como uma estrutura objetiva de posições sociais. A classe designa e explica todas as formas de hierarquia e dominação social. Só podemos entender as classes no universo de suas relações com outras classes e não é possível entender as classes sem tratar da luta de classes, pois a lógica que rege suas relações é de conflito, dominação e exploração[...]. O modo de produção capitalista repousa sobre a exploração de uma classe por outra, dos que detêm o capital sobre os que detêm a força de trabalho, da burguesia sobre o proletariado (GONH, 2000, p. 32).

Conclui-se que a reprodução das relações sociais é a “reprodução da dominação”. Consistindo, assim, em um processo político no qual a classe capitalista tem no Estado um instrumento “privilegiado do exercício do poder no conjunto da sociedade” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005). Deste modo, destaca-se que desde que homem começou a produzir para além de sua subsistência e se apropriou do excedente econômico, existe a exploração do homem pelo homem. Assim, recupera-se a discussão realizada por Engels apud Netto e Braz (2007, p. 67 e 68), pois os autores sustentam esta afirmativa ao analisarem que:

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros, cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para outra.

Exploração essa que se intensificou no capitalismo contemporâneo, no qual o mundo do trabalho está imerso em uma crise que afeta diretamente a classe operária, refletindo o enorme descaso do capital pela classe na qual sua única mercadoria é a força de trabalho. Esse descaso reflete-se a partir da expansão do desemprego e da ampliação expressiva de operários que não conseguem se inserir/reinserir no mercado de trabalho. E esse aumento do desemprego associado ao Estado mínimo (principalmente, quando enfatiza-se a redução de suas responsabilidades na implantação e manutenção de

direitos e serviços sociais) “faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à vida” (IAMAMOTO, 2007, p.87).

Finaliza-se, esta discussão sobre as implicações do modo de produção capitalista a classe trabalhadora, afirmando que “pensar que há algum respeito do capital pelo trabalho e pela pessoa do trabalhador é cair nas artimanhas do próprio capital. É estar alienado diante da verdadeira realidade” (PERES, 2007, p. 3).

## 1.2 O RURAL BRASILEIRO NA ATUALIDADE

Com o advento da consolidação da Revolução Industrial (Séc.XIX) iniciou-se mundialmente o fortalecimento do processo de fomento do crescimento nas economias capitalistas. No Brasil, o processo de industrialização focado no desenvolvimento econômico do país fortaleceu-se no governo de Juscelino Kubitschek (JK), eleito presidente da república no ano de 1955.

No país, cuja economia predominante era essencialmente rural, foi lançado o Plano de Metas do governo de JK audacioso que objetivava a diminuição da desigualdade social gerando riquezas, desenvolvimento, industrialização e conseqüentemente o fortalecendo da economia (ARRUDA E PILETTI, 2002).

Foi notório que ao término do mandato de Kubitschek o país apresentou significativos avanços quanto à modernização do parque industrial brasileiro, conseqüentemente proporcionando o desenvolvimentismo do Brasil. No entanto, ressalta-se que este desenvolvimentismo não foi coeso em todas as regiões desta instância nacional. A região sudeste apresentou os melhores índices de desenvolvimento, fator que impulsionou significativo fluxo migratório para esta região.

A miséria e o atraso econômico das regiões norte e nordeste impulsionaram o êxodo rural no país para a região sudeste do Brasil. Como esta região não dispunha de infraestrutura adequada/suficiente para atendimento desta nova demanda, o aumento significativo do desemprego, violência e pobreza nos grandes centros urbanos foram as

principais consequências imprevistas nesse processo. Nos municípios de economia essencialmente rurais, o êxodo contribuiu para a redução das produções agrícolas - afetando diretamente na economia destas localidades - e do contingente habitacional (ARRUDA E PILETTI, 2002).

(...) Como consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1960, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural no período 1960-1970. Enquanto a população total e a população urbana do Brasil apresentaram evolução positiva constante, a população rural do país apresentou evolução negativa a partir do período 1960-1970. Foi neste período que o êxodo rural se intensificou e a linha da população rural cruzou a linha da população urbana, indicando a inversão de uma população majoritariamente rural para uma população predominantemente urbana. Entre 1991 e 2000 o crescimento da população brasileira foi de 1,55% (22.765.218 hab.) e as regiões que apresentaram maiores taxas de crescimento relativo foram o Norte (28,5%) e o Centro-Oeste (23,2%). Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram taxas de crescimento relativo respectivamente de 12,2%, 15,2% e 13,3% (IBGE, 2014).

Atualmente o Brasil tem altas taxas de urbanização, porém dispõe um número significativo de municípios que apresentam características rurais. Hoje o Brasil, conforme dados do IBGE (2014), possui 5565 instâncias governamentais municipais, sendo que 2855 municípios têm características/economia predominantemente rural; apresenta taxa de urbanização de 84,36%. Dos 202.888.268 habitantes do Brasil, 24.168.036 (IBGE, 2014) residem na zona rural. Neste sentido, ressalta-se o alto grau de urbanização do Brasil com território predominantemente rural.

Considerando as particularidades da caracterização rural-urbana do Brasil, salienta-se a necessidade de diferenciar estas regiões. Desta forma, compartilha-se das reflexões realizadas por Sorokim e Zimmerman (1981) ao destacarem como uma particularidade da zona rural a economia, pois pauta-se na produção agroindustrial. Assim, por meio desse critério “[...] a sociedade rural diferencia-se de outras populações, particularmente da urbana, envolvida em atividades ocupacionais diferentes [...]” (SOROKIN, 1981, p. 200).

[...] ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos

agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas [...] (ABRAMOVAY, 2000, p. 6)

Considerando as particularidades do rural-urbano brasileiro o IBGE (2014, p. 3), intencionando a compreensão desta particularidade, preocupou-se em definir população urbana e população rural,

*População urbana:* a) todos os habitantes dos municípios de regiões metropolitanas, independente da localização de área estabelecida pelo IBGE e b) todos os habitantes dos tipos municípios urbanos e municípios urbanos industriais/mineradores que residam nas seguintes localizações de área definidas pelo IBGE i) cidade ou vila - área urbanizada; ii) área urbana isolada e iii) aglomerado rural de extensão urbana.

*População rural:* a) todos os habitantes dos municípios rurais e municípios rurais com economia baseada no setor terciário, independente da localização de área definida pelo IBGE e b) os habitantes dos municípios urbanos e municípios urbanos industriais/mineradores que não residam nas três localizações de área utilizadas para definir a população urbana, ou seja, i) cidade ou vila - área urbanizada; ii) área urbana isolada e iii) aglomerado rural de extensão urbana.

Ponderando as especificidades brasileiras, compartilha-se das reflexões desenvolvidas por Dowbor (2006) ao enfatizar que os espaços rurais e urbanos devem ser articular objetivando a complementaridade entre o campo e a cidade, pois o entorno rural passa cada vez mais a se articular com a área urbana, através das atividades rurais que se complementam com a cidade.

O próprio entorno rural passa cada vez mais a se articular com a área urbana, tanto através do movimento de chácaras e lazer rural da população urbana, como através das atividades rurais que se complementam com a cidade, como é o caso do abastecimento alimentar, das famílias rurais que complementam a renda com trabalho urbano, ou da necessidade de serviços descentralizados de educação e saúde. Gera-se assim um espaço articulado de complementariedades entre o campo e a cidade. Onde antes havia a divisão nítida entre o “rural” e o “urbano”, aparece o que tem sido chamado de “rurbano” (DOWBOR, 2006, p.4).

Diante do exposto, o almejado desenvolvimento regional sustentável- desenvolvimento este que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico; de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (BRUNDTLAND, 1987) – que objetiva a transformação da realidade, pautado na tríade sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica (SACHS, 2004), depende do fortalecimento da habilidade

de “organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum” (DOWBOR, 2006, p. 4).

Neste contexto, aparece a imensa riqueza da ação local/poder local, pois cada realidade apresenta suas particularidades e demandas, assim somente a comunidade/população local é detentora deste conhecimento e dispõe da habilidade de elencar os recursos necessários para a superação das demandas locais.

### 1.3 QUESTÃO SOCIAL RURAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

As limitações do projeto capitalista, sob a ideologia do progresso/desenvolvimento, como explicitadas nos tópicos anteriores, são comprovados pelos diversos “problemas sociais” provocados, nas reações desencadeadas pela classe que vive do trabalho e nos estudos de teóricos da época, “levando a nova classe dominante a reconstruir o seu projeto em novas bases. Reconstrução levada a efeito no final do século dezanove e início do século vinte” (REIS e ROTTA, 2007, p. 317).

Marx (1991) denuncia a exploração sofrida pelo trabalhador, transformado em mercadoria no processo de produção capitalista. Refere-se às excessivas mortes por acidentes de trabalho e por doenças decorrentes do trabalho; à exploração da mão-de-obra infantil e do trabalho das mulheres; às condições insalubres e desumanas a que eram submetidos os trabalhadores; aos baixos salários; aos métodos de extração da mais-valia absoluta e relativa. O capitalismo, “mais do que qualquer outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebros (MARX apud REIS e ROTTA, 2007, p. 317).

Desta forma, a questão social é uma consequência da produção e reprodução das relações sociais inscritas na sociedade capitalista. Tratando-se, assim, da produção e reprodução de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza. Assim, a questão social é exclusiva das sociedades que adotaram o Capitalista como modo de produção econômico.

Com a intensificação da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, que fortaleceu-se com o advento da Revolução Industrial, manifestações de miséria e pobreza intensificam-se entre os cidadãos que têm somente a força de trabalho como propriedade.

Características deste modelo de produção vigente como: concentração excessiva da renda; baixos salários; elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego; contribuem para a constituição de “um verdadeiro círculo vicioso, da "questão social", no país - desemprego crescente, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos, etc” (OSTERNE, 2014, p.3 e 4) estão presentes no cotidiano da classe operária.

Considerando que o município de estudo está situado na zona rural, com característica econômica, predominante, a agricultura; compreende-se relevante salientar como as expressões da questão social se manifestam nas regiões com estas particularidades, para auxílio na apreensão do nosso objeto de estudo.

Ressalta-se, inicialmente, que para entender o processo exclusão social no meio rural, é preciso analisar e recorrer à história do desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro e suas inferências no meio rural.

As manifestações da questão social no campo brasileiro teve início durante a década de 1530, com a criação das capitâneas hereditárias e o sistema de sesmaria, no qual a Coroa portuguesa distribuía terrenos para quem tivesse condições para produzir. Assim, ocorrendo o monopólio das propriedades por uma elite rural (PASSOS, 2010).

Contudo, com a independência do Brasil, em 1822; o término do regime de escravidão e a criação da Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850) inicia-se o processo de privatização das terras brasileiras e do Regime do Colonato<sup>5</sup>.

(...) o direito de propriedade que se instala no Brasil tem como objetivo que se estende até os dias atuais: tornar o trabalho em terras dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres. Trata-se, portanto, num país que tem vastas extensões de terras subutilizadas em mãos de proprietários particulares, de criar um meio artificial de forçar quem não tem terra a servir quem tem (PASSOS apud MARTINS, 2010, p.3).

---

<sup>5</sup>O Regime de **Colonato** é uma forma de organização econômica e tutorial rural na qual o trabalhador arrenda uma porção de terreno sob condição de reservar parte de sua produção como pagamento ao proprietário. O colono é denominado meeiro quando metade da produção obtida com o cultivo tiver que ser paga ao dono da terra.

Nos anos 1950 e 1960 inicia-se no Brasil a modernização da agricultura. Esta modernização possibilitou o crescimento da disponibilização de crédito agrícola, tecnificação e modernização da produção, e integração aos modernos circuitos de comercialização, tendo como consequência o crescimento significativo da produção matéria-prima agrícola brasileira. No entanto, concordamos com Palmeiras (1989) ao explicitar que este processo de modernização teve reflexos perversos para a classe que vive do trabalho.

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. (PALMEIRA, 1989, p. 89).

Partilha-se dos estudos de Lutoso (2007) ao enfatizar que no Governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90, inicia-se a redefinição dos métodos do processo de desenvolvimento do meio rural. A divisão social do trabalho na agricultura foi reestruturada, passando a ser definida como: a agricultura patronal, e agricultura familiar (LUTOSO, 2007).

Nos anos 90 as agências financiadoras internacionais vêm exigindo, não apenas dos países em desenvolvimento, - uma reorganização da propriedade privada da terra, - exercendo assim, um maior controle burocrático sobre o funcionamento do mercado de terras ou mercados de compra e venda de terras. (LUTOSO, 2007, p.3)

Atualmente, pode-se afirmar que tais mudanças organizacionais no meio rural não foram eficazes no processo de fragilização da questão social no campo, ao contrário, fortalece-se o processo de concentração dos altos índices de pobreza. O cenário rural brasileiro está caracterizado pela concentração de terras nas mãos de poucos e ao mesmo tempo que têm grande parcela de sua população, principalmente a residente em municípios que tem como principal fonte de renda a agricultura, penalizada pelos mecanismos da exclusão social-como as relações de trabalho-, instauradas no Brasil desde o século XIX.

Portanto, no campo ou na cidade estes trabalhadores estão sujeitos a relações precárias de trabalho. No campo, em particular, a situação se mostra visivelmente agravada quando analisamos a concentração da ocupação se dá em sua maioria em estabelecimentos rurais, cuja composição básica é fundada na mão-de-obra familiar, ou seja, não remunerada. Como nos apontam os dados do Censo agropecuário 2006 cerca de 12.810.591 milhões

de trabalhadores estão ocupados em estabelecimentos em que predominam laços de parentesco com o produtor, na grande maioria produzindo culturas de subsistência. Outros 3.557.042 milhões de trabalhadores estão contratados sem nenhum laço de parentesco com o produtor, assumindo relações em sua maioria precárias de contratação, como empregos temporários, trabalho semiescravo, ou até mesmo escravo, vinculados a produção de culturas temporárias, como é o caso da cana-de-açúcar (SILVA e GUERRA, 2010, p.7)

Porém, é preciso lembrar que a “Questão Social” não é apenas desigualdades e antagonismos, ela também se caracteriza pela rebeldia e resistência das classes trabalhadoras, no que tange a situação de vida provocada pelo processo de produção e reprodução social. Isso mostra que ela, enquanto realidade contraditória, deve ser considerada em uma dupla dimensão: como expressão das desigualdades e antagonismos sociais (pobreza, desemprego, exclusão, miséria etc.) e, também, como forma de pressão social por parte da classe trabalhadora e dos seus organismos organizados (movimentos sociais, organização sindical, etc.) (LEITE, 2008).

Assim, concorda-se com Passos (2010, p. 01) ao afirmar que o processo de desenvolvimento do meio rural brasileiro não se realizou de forma pacífica, sem resistências e luta de classe pois,

Registra-se o aumento das lutas de resistência dos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais, apoiadas pelo movimento sindical rural (CONTAG) e por setores da Igreja Católica (PASSOS, 2010, p. 01).

Destaca-se que essas desigualdades sociais tornam-se latentes na sociedade e a classe trabalhadora, por sua vez, começa a reagir à exploração sofrida, devido ao processo de geração de mais-valia.

Na metade do século XIX, os trabalhadores iniciaram um processo de questionamento das precárias condições de vida as quais eram submetidos devido aos baixos salários, uma extensa jornada de trabalho e à exploração do trabalho infantil, de mulheres e idosos.

Essas lutas de classes demonstravam a evidência de uma Questão Social, na qual os trabalhadores, por meio de greves, lutavam pela diminuição de jornada de trabalho e por um salário que pudesse garantir uma vida digna, ao passo que os burgueses usavam estratégias para amenizar as pressões dos trabalhadores, por meio de ações de repressão



e ações pontuais, como, por exemplo, as legislações fabris (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

No Brasil, a política social teve um desenvolvimento gradual e tardio. Inicialmente, a questão social foi tratada como questão de polícia. Assim, nas “primeiras décadas deste século registrou-se, de um lado, o avanço da consciência sócio-política dos trabalhadores, sob a influência das ideias e da militância anarco-sindicalista dos imigrantes europeus”; (SILVA, 2000, p.10) e do outro lado a ação repressiva do Estado sob a questão social.

Somente a partir da década de 30 é crescente o equacionamento da questão social pelo Estado, sendo esta tratada como questão de política social (SILVA, 2000). Então no decorrer do período da ditadura de Vargas (1930-1945) desenvolve-se “um complexo sistema de gestão e regulamentação dos conflitos sociais, marcado pela ideia de colaboração entre classes” (SILVA, 2000,p.10). Este período teve como marco a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) tendo, como objetivo a regulação das relações entre empregadores e trabalhadores, subordinado à organização sindical ao aparelho do Estado, sob perspectiva da cooptação e do controle.

No período da redemocratização (1945-1964), sucede-se os governos populistas, marcados pelas medidas de cunho antecipatório as demandas e pressões sociais. O lema “ façamos a revolução antes que o povo faça” marca as relações entre Estado e sociedade. As grandes alianças entre segmentos sociais minoritários dominantes, alijando as camadas populares, que aderem ao pacto de dominação via da repressão aberta, combinada com o intenso cooptação do plano ideológico. E não se altera a lógica da cidadania regulada do período de Vargas. Mas, o movimento social avança no campo e na cidade. Aprofunda-se a consciência sócio-política de segmentos da burguesia estatal. A sociedade civil há uma efervescência política em torno de um anseio por reformas sociais políticas e econômicas (SILVA, 2000, p. 63).

Com o golpe militar de 1964 o sistema ditatorial passa a vigorar no país, fato que conduz a um novo ciclo de acumulação do capital, consistindo em um período de crescimento econômico, mas em contrapartida um período marcado pelo empobrecimento da classe trabalhadora. Portando, o Estado desenvolve a implantação de um amplo e complexo sistema de gestão e regulação estatal dos conflitos sociais, e as políticas sociais fizeram parte deste sistema.

O Brasil cresceu. A renda se concentrou. As políticas sociais se ampliaram. Os conflitos sociais foram absorvidos por um sistema político-institucional

de gestão moderno-conservador e autoritário-controlista. Os pilares da ordem social e econômica burguesa foram revitalizados. O que equivale dizer que a opção adotada para o desenvolvimento do País reproduziu e consolidou a estrutura da desigualdade social (SILVA, 2000, p.64).

No entanto, o país passou por uma crise econômica, consequência da crise do petróleo, na década de 80. Sendo necessário a instituição de uma política pautada na recessão - que foi resultado do corte nas importações e da restrição do crédito e da qualidade de moeda em circulação e o arrocho salarial que resultaram em piores condições de vida para a maioria da população (Silva, 2000).

Esta política, que tinha como finalidade o fim da crise, mas que resultou em piores condições de vida para a classe operária com o arrocho salarial possibilitou a mobilização dos trabalhadores que constitui-se como o principal instrumento para diluir esta política. No cenário político emergiu a crise de hegemonia e se estendeu a abertura democrática consequência do vigoramento da sociedade civil e da pressão popular. Com a instauração do Plano Cruzado ocorreu uma intervenção política que beneficiou os trabalhadores em geral pelo congelamento de preços, mas seus efeitos duraram pouco. (Silva, 2000).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidou conquistas, ampliou os direitos sociais, representando um avanço em direção a uma ampla, moderna e democrática concepção de seguridade social, (saúde, previdência e assistência social). Constituindo-se no marco de referência de uma mudança expressiva no sentido de assegurar direitos individuais e coletivos e sociais.

Em seu art. 3º, a Constituição, define os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre esses objetivos incluem-se a erradicação da pobreza e da marginalidade e a redução das desigualdades sociais. Define em seu artigo 6º que os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção á maternidade e a infância, a assistência aos desamparados. Complementa no Art. 203 que a assistência deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1988).

O resgate histórico sobre a constituição / desenvolvimento / operacionalização das Políticas Sociais fortalece o ideário,

(...) que o desenvolvimento nasceu associado ao projeto da modernidade que previa a emancipação do ser humano e da sociedade em relação aos preceitos da tradição, do pensamento mágico e da religião, através da afirmação da capacidade do ser humano gerir sua própria historicidade pelo uso da razão. A afirmação da modernidade rompeu as formas tradicionais de pertencimento e proteção social, exigindo a produção de novos mecanismos e instrumentos que deram origem às políticas sociais. Portanto, desenvolvimento e políticas sociais são produtos da modernidade e como tais devem ser reconhecidos e analisados. As novas reflexões sobre o desenvolvimento que se consolidam a partir da década de 1990 trazem um conjunto de contribuições importantes para a construção de um novo papel das políticas sociais nas dinâmicas de desenvolvimento (REIS e ROTTA, 2007, p.3).

Tal panorama ressalta que as expressões da questão social devem ser trabalhadas de forma integrada, pelas políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento, devendo tais expressões serem compreendidas na perspectiva da totalidade concreta das relações sociais almejando a erradicação dessas expressões. No entanto, ao analisar a execução das políticas sociais no âmbito municipal verifica-se diversas restrições para a concretização da agenda da reforma urbana/rural, decorrentes das condições administrativas e da cultura política local.

Junior (1999, p.18) destaca que

No plano municipal, a institucionalização de práticas de governança democrática, bem como o sucesso de experiências locais de governo na produção de políticas públicas capazes de promover a cidadania, dependerão da maneira como se organizarem os arranjos institucionais, no sentido de (i) bloquear ou minimizar as práticas clientelistas vigentes e a captura das esferas públicas por interesses corporativos e particularistas; (ii) gerar práticas e estruturas horizontais, experiências de participação e capital social; (iii) fortalecer grupos sociais em situação de vulnerabilidade e exclusão de forma a reduzir o impacto das relações assimétricas de poder; (iv) reforçar vínculos associativos dos grupos locais, suas mobilizações e suas organizações representativas, de forma a incentivar e fortalecer as relações de interação entre os diferentes atores com presença na esfera pública. Dependendo desses fatores, mesmo em contextos sociais semelhantes, os arranjos institucionais construídos podem determinar resultados muito diferentes quanto ao capital social mobilizado e à instituição de práticas democráticas.

Portanto, considerando a particularidade dos municípios rurais brasileiros, é importante o fomento de políticas locais que apóiem: a agricultura rural familiar; a produção para autoconsumo, banco de alimentos; parcerias com varejistas; modernização dos equipamentos de abastecimento; novo relacionamento com supermercados e agricultura urbana. Desta forma, é necessário pensar ações de desenvolvimento associando crescimento econômico com equidade social, pois o “enfrentamento a pobreza exige

articulação das políticas sociais com a política econômica, associando ações globais, encadeadas, contínuas, suficientes e focalizadas nos mais pobres” (OSTERNE, 2014, p. 4).

## CAPÍTULO II

### ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E PODER LOCAL NO ÂMBITO RURAL

#### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: JUSTAPOSIÇÕES NA ZONA RURAL

A definição da categoria “trabalho” foi empregada de formas diferenciadas ao longo da história, e, no cenário atual, constata-se uma intensificação da exploração do trabalhador, mediante precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, uma crescente penalização dos trabalhadores por meio da insegurança e vulnerabilidade do trabalho, bem como baixos salários que não garantem o mínimo para sua sobrevivência, causando um aumento da pauperização<sup>6</sup> dos trabalhadores seja dos que vivem na zona rural ou urbana.

A classe trabalhadora é a que mais sofre com as novas situações vividas no mundo do trabalho e essas novas situações fazem com ela esteja mais susceptível a sofrer com um fenômeno social histórico e multifacetado, conceituado como pobreza.

Segundo Yazbeck (2007), o conceito de pobreza é amplo e é muito estudado atualmente. Sua concepção é relativa, dada à pluralidade de situações que abarca, porém é analisada usualmente por indicadores de renda, emprego e acesso aos recursos assistenciais que interferem nos modos de vida da população. Os critérios, mesmo não homogêneos, para a classificação da pobreza estão atualmente muito atrelados ao viés econômico, acarretando em uma classificação do pobre como aquele que não tem “acesso ao mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluído em graus diferenciados da riqueza social” (YAZBECK, 2007, p. 62).

---

<sup>6</sup> O fenômeno da pauperização materializa-se por meio de uma crescente desigualdade material e social no primeiro terço do século XIX, gerando a agudização da miséria e da exploração dos trabalhadores (FELIPE, 2008).

Essa concepção de pobreza atrelada ao viés econômico justifica-se, pois a sociedade moderna é amplamente monetarizada, no qual o dinheiro é predominante nas relações sociais. Nessa sociedade, definir uma linha de pobreza é estabelecer um valor monetário que seja associado ao valor do atendimento às necessidades básicas de cada cidadão.

Nesta forma de pensar a sociedade, a pobreza acaba se resumindo à falta, e à carência material para a sobrevivência, no entanto, como um fenômeno multifacetado, ela não pode ser vista apenas sob o viés econômico, visto que há dimensões culturais, educacionais, políticas e sociais. É preciso pensar a pobreza de forma relativa, ou seja, pensar para além do mínimo material para a sobrevivência e também entender as necessidades básicas do cidadão conforme define Rocha apud Silva, (2008, p. 3),

[...] as necessidades básicas (basic needs) determina que uma pessoa é pobre se ela não consegue ter acesso a uma gama de “bens primários” que atendem às necessidades humanas elementares. Isto significa ir além das necessidades alimentares e incorporar um conjunto mais amplo de necessidades, tais como educação, saneamento, habitação e vestuário [...].

Essa concepção resultaria em incorporar, nas formas de enfrentamento dessa problemática, a redução das desigualdades sociais, pois “o que faz uma pessoa ficar pobre não é propriamente a carência material, mas, sobretudo, a injusta distribuição dela” (DEMO, 2003, p. 37). A pobreza não se restringe à falta natural (seca, chuva, granizo), mas inclui aquela que é mantida, cultivada, por conta do acesso diferenciado da riqueza e vantagens sociais (DEMO, 2003).

Este processo de pauperização crescente entre os trabalhadores é vivenciada pelos cidadãos brasileiros - majoritariamente, pelos cidadãos usuários da Política de Assistência social.

A intervenção do Governo nesta realidade, vivenciada por considerável parcela da sociedade brasileira, desenvolve-se principalmente pela operacionalização das políticas públicas.

Parti-se do pressuposto que,

O desenvolvimento de uma sociedade resulta das decisões formuladas e implementadas pelos governos e suas diversas instâncias, em conjunto com as demais forças da sociedade, sobretudo as de mercado. Em conjunto estas decisões e ações do governo e de outros atores sociais se constituem nas políticas públicas (SILVA e BASSI apud HEIDEMANN, 2012, p. 17).

Destaca-se que as abordagens atuais das ciências sociais propõem uma lógica de ação pública multisetorial complexa, por um lado, com a incorporação de novos atores nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, por meio de formas de participação e de interação entre Estado. Por outro lado, destaca-se que a maioria das políticas de desenvolvimento nacional promove ações universalistas, mas existem demandas políticas/públicas voltadas para setores, nichos específicos dos setores sociais e econômicos (SILVA e BRASIL, 2000).

O reconhecimento do fomento do desenvolvimento local como possibilidade de transformação social justifica o fato deste tema estar sendo frequentemente analisado e debatido no meio acadêmico. Assim, pesquisadores como Grzeszczeszyn e Machado<sup>7</sup> (2010); Silva e Brasil<sup>8</sup> (2008); Martins e Caldas<sup>9</sup> (2009) e Souza e Neto<sup>10</sup> (2009) direcionaram seus estudos com o intuito de contribuir e provocarem a discussão desta temática; com ênfase nas suas vantagens, desvantagens e desafios da concretização do desenvolvimento local para a sociedade contemporânea, seja no âmbito rural ou no urbano.

A realização de tais estudos objetivam explicar o processo de reformulação, execução do Desenvolvimento Local, o qual redefine o papel dos governos subnacionais (unidades da federação e municípios) e as atuais premissas das ciências sociais (como a Política Nacional de Assistência Social) que propõem a efetivação das ações de forma descentralizada e territorializada e indicam uma lógica de ação pública multisetorial.

Desta forma, concorda-se com Silva e Brasil (p. 1, 2008) ao discutirem que,

(...) às políticas territoriais e à ação coletiva via movimentos sociais, associativismo ou outras formas de organização da sociedade civil, que deveriam ser compreendidas como resultado da dinâmica das transformações sociais, considerando-se aspectos espaciais e sócioeconômicos no processo de desenvolvimento e de implementação da administração estratégica municipal e regional (...).

---

<sup>7</sup> Grzeszczeszyn e Machado (2010) desenvolveram o estudo: Políticas públicas para o desenvolvimento local: o caso de fomento às indústrias de móveis de Guarapuava, Paraná.

<sup>8</sup> Silva e Brasil (2008) desenvolveram o estudo: Governança Municipal e Gestão Social do Desenvolvimento Local: Estudo de Caso de uma Rede Organizacional de Produção Artesanal Têxtil.

<sup>9</sup> Martins e Caldas<sup>9</sup> (2009) desenvolveram o estudo: Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras.

<sup>10</sup> Souza e Neto (2009) desenvolveram o estudo: Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo.

Recupera-se a discussão realizada por Silva e Brasil (2012), ao destacar que a maioria das políticas de desenvolvimento nacional promove ações universalistas, mas existem demandas políticas voltadas para setores, nichos específicos dos setores sociais e econômicos - apesar de já ter sido supracitada-, pois ela respalda a necessidade dos atores sociais, principalmente daqueles que vivem nos espaços rurais, de se articularem com o intuito de acessarem os serviços disponibilizados via políticas públicas que contemplem suas especificidades com o objetivo superarem suas demandas locais.

Compartilha-se das reflexões realizadas por Sachs (2004, p.139) ao ressaltar que o “acesso aos serviços sociais é um componente essencial do tripé de desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado”, pois contribui diretamente com o bem-estar da sociedade, consistindo assim, em um subsídio importante para estratégias de desenvolvimento no âmbito rural.

Diante desta breve análise, admite-se que existem particularidades entre a zona rural e a zona urbana, que o fomento de ações que almejam o desenvolvimento destes espaços devem ser distintas, deve-se considerar as especificidades destes espaços na promoção de ações que busquem o desenvolvimento sustentável, focando no fortalecimento da conscientização social voltada para o uso racional e consciente dos recursos materiais e naturais. No entanto, é necessário ressaltar que estes espaços são complementares, pois “o rural e o urbano e o campo e cidade não estão isolados uns dos outros, haja vista que a circulação de comércios, indústrias, comportam relações dialéticas que se complementam, interpenetram-se e se ligam” (BISPO e MENDES, 2012, p. 20).

## 2.2 SISTEMATIZAÇÃO DA POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atores envolvidos no processo de fomento do desenvolvimento regional/ local não devem desconsiderar, como instrumento de intervenção, as expressões da questão social que são fruto das desigualdades sociais e suas consequências para a classe trabalhadora. Assim, verifica-se uma realidade emergida num conjunto amplo de problemáticas



sociais, tornando-se inviável pensar a Assistência Social isolada do conjunto das Políticas Públicas e de Desenvolvimento.

Esta articulação se mostra necessária e é garantida constitucionalmente, através da Constituição Federal de 1988, onde a Saúde, a Previdência e a Assistência Social constituem a Seguridade Social do cidadão brasileiro e essa Seguridade implica a universalidade de cobertura no âmbito da proteção social.

Nesta mesma Carta, a Política de Assistência Social ganha uma nova concepção, a de cidadania, não mais associada à filantropia ou benemerência, mas como garantidora de direitos e como uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais.

Ela se regulamenta legalmente por definições estabelecidas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei de nº. 8742, de 07 de dezembro de 1993; pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004; no Sistema Único da Assistência Social – SUAS de 2005, e ainda pelas Normas Operacionais Básicas – NOB/SUAS 2005 e NOB/RH/SUAS 2007.

A LOAS inova ao conferir à Assistência Social o status de Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado. Inova também pela garantia da universalização dos direitos sociais e por introduzir o conceito dos mínimos sociais. Estes que são garantidos tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no seu Art.25, dispõem que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os demais serviços sociais indispensáveis” (BRASIL, 1988, p.10).

A Assistência Social para ganhar os níveis de efetividade almejado, precisou ser descentralizada e territorializada, o que se deu a partir da implantação da LOAS em 1993. A descentralização consiste em uma efetiva partilha de poder e responsabilidade entre as instâncias governamentais implicando na autogestão local, e o princípio da territorialização, dá primazia às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência. (BRASIL, 2004)

As ações das três esferas de governo na área da Assistência Social, deve se constituir de forma articulada, ficando a cargo da esfera Federal a coordenação, o apoio técnico e financeiro às ações de combate à pobreza, aos Estados à coordenação, apoio técnico e financeiro aos municípios, prestação de serviços assistenciais cujos valores não correspondem ao orçamento municipal e precisem de ações regionalizadas e aos Municípios, a execução dos programas, destinação de recursos do tesouro municipal e prestação dos serviços sociais, dentre outras atividades referentes às três esferas de governo. (BRASIL, 1993).

Estas esferas como acima demonstrado e exposto no art. 195 da CF, são também responsáveis pelo financiamento da Seguridade Social e, conseqüentemente, da Política de Assistência Social, instituindo que, através de orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade de forma direta ou indireta, mediante recursos proveniente do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais do empregador, do trabalhador, demais segurados da previdência, da receita de concursos e do importador. (BRASIL, 2004).

Com a LOAS e o sistema descentralizado, os orçamentos destinados à Política de Assistência passaram a ser alocados em fundos da assistência que existem nas três esferas de governo, devendo cada esfera no co-financiamento da Política repassar os recursos de fundo a fundo, em uma Política de financiamento que tome por base o território, considerando o porte do município, pensadas de maneira hierarquizada e complementar e que estabeleça níveis de atenção. O estabelecimento dos fundos visa dar maior legitimidade ao processo de financiamento, e a aplicação dos recursos, facilitando assim a monitoria e avaliação dos mesmos, além de superar a lógica de um financiamento tradicional com práticas centralizadas, genéricas e segmentadas. (BRASIL, 2004).

O procedimento de descentralização seguido pela União parece não estar norteado por uma expectativa democrática de remanejamento do poder entre as esferas subnacionais. A descentralização político-administrativa em vigor no país conserva, na instância

federal, as diretrizes que acomodam o ordenamento político-institucional da assistência social (CAMPOS, 2005).

Todavia, concorda-se com Campos (2005) ao enfatizar que para a Política de Assistência Social, o processo de descentralização registrada na Lei Orgânica da Assistência Social representa importante marco histórico. É, pois, com a descentralização que as instâncias federal e subnacionais (Estados e Municípios) são designados, por lei, a decidirem, em seus respectivos orçamentos, recursos para as ações assistenciais, diminuindo, desta forma, os exercícios casuísticos e assistemáticos. “(...) A assistemática e o imediatismo seculares cedem lugar à previsibilidade e ao planejamento” (CAMPOS, 2005, p. 4).

Neste sentido, Costa (1996, p. 13) ressalta o debate para uma ressignificação das estruturas de poder local, afirmando que

[...] De espaço por excelência das relações coronelísticas de poder no âmbito dos pequenos e médios municípios, de relações clientelísticas e populistas nas médias e grandes cidades, as estruturas de poder local passaram a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício de cidadania ativa. Da condição de importância diante do crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social.

Apesar das limitações apresentadas pelo processo de descentralização e vivenciadas pelas instâncias municipais, como a dificuldade recursos humanos e financeiros para desenvolvimento das ações preconizadas pelas políticas de enfrentamento das desigualdades sociais e fomento do desenvolvimento local/regional; a possibilidade de gerenciar e fomentar a operacionalização dessas políticas com base na realidade e particularidades do território municipais são fatores essenciais para a obtenção do êxito dessas ações.

### 2.3 A MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

As discussões que envolvem as dimensões do poder local no Brasil ganham visibilidade após a Constituição de 1988, com o reconhecimento dos municípios como parte da estrutura organizativa do Estado, o que gerou uma nova condição administrativa dos mesmos, mais particularmente com a municipalização das políticas sociais públicas. Neste cenário, novas demandas são postas ao poder político local e entram em cena novos atores sociais, (re)significando as relações de poder local, bem como as próprias formas de planejamento, gestão, avaliação e controle de políticas públicas, configurando novos arranjos institucionais (COELHO e OLIVEIRA, 2010, p.64 ).

Na tentativa de organizar e regular a assistência social como política de direitos e inclusão social, a IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) aprovou como principal deliberação a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), já previsto, no artigo 6º da LOAS e na I Conferência de Assistência Social/1995. O SUAS constitui-se na gestão descentralizada e participativa das ações socioassistenciais em todo território nacional, a qual deve fundamentar-se na perspectiva do direito e da cidadania (ARANTES, 2011, p. 167).

Sobretudo a perspectiva territorial, tal como a define a Política Nacional de Assistência Social que regulamenta o SUAS, evidencia a importância de se levar em conta a “(...) realidade local, regional, o porte, a capacidade gerencial e de arrecadação dos municípios, e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, introduzindo o geoprocessamento como ferramenta da Assistência Social” (BRASIL, 2004, p. 40).

O SUAS traduziu a Política de Assistência Social, como alicerçadora de direitos, através de uma estrutura político administrativa ressaltando a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao desenho do papel da escala territorial, da organização dos serviços sócio-assistenciais e de seu respectivo co-financiamento, implantou uma nova lógica de organização das ações sócio-assistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização. (BRASIL, 2004).

A gestão SUAS baseada no processo de descentralização e participação social são fatores que possibilitam que a operacionalização da Política Municipal de Assistência

Social seja pautada no enfrentamento das necessidades básicas locais e o fomento do desenvolvimento desta instancia subnacional. Para tanto é necessário o conhecimento da realidade local, para que as intervenções realizadas, pela gestão desta política, contemple as reais demandas da comunidade local, porém ressaltamos que operacionalização da Política Municipal de Assistência Social, deve pautar-se em ações planejadas que viabilize a publicização, a eficiência, efetividade e eficácia desta política.

Concorda-se com Peres e Alves (2009, p. 89) ao enfatizar que

A efetivação da gestão proposta pelo SUAS, compreende gestores municipais da política de Assistência Social atuando a partir de planejamento, considerando a realidade socioeconômica e cultural da população urbana e rural. Compreende também a integração e articulação dos benefícios, programas, projetos e serviços ofertados na rede socioassistencial do território a ser trabalhado, com primazia à atenção às famílias e seus membros.

O SUAS é a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que se dividem em níveis de proteção. Dessa forma, a Proteção Social Básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social, ante a vulnerabilidade social, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo que esses serviços são coordenados, organizados e operacionalizados pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade visa à prestação de serviços junto às famílias, seus membros e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. São considerados serviços de Média Complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias, seus membros e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e/ou acompanhamento sistemático e monitorado.

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido –

para famílias, seus membros e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: Casa Lar, Abrigo. (BRASIL, 2004).

Pode-se afirmar, como no texto da Política Nacional de Assistência Social, que o SUAS:

Materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem assegurar direitos de cidadania e inclusão social [...]. Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultados, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme descrito [...] (BRASIL, 2004, p. 33).

Quanto a organização de gestão de rede preconizado pelo SUAS, compartilha-se das discussões realizadas por Battini apud Peres e Alves (2009) ao enfatizarem que

Gestão em rede – apresenta maleabilidade, combinando-se tanto com o modelo gerencial quanto com o participativo. Apesar de sua proposta não ser recente, tem sido inovadora para a cultura da gestão de políticas públicas brasileiras ao colocar como pauta central ultrapassar o traço histórico de ações políticas fragmentadas, sobrepostas e principalmente que não articulam as dimensões e os sujeitos locais, regionais e globais. Pode-se admitir que a gestão de políticas públicas em rede é uma estratégia de enfrentamento da questão social, visando ampliar seu impacto e a superação do trabalho setorializado e paralelo, pois, na perspectiva de rede, cada política setorial (habitação, saúde, cultura, assistência, economia etc) está interfacetada, assim como tem sua rede própria inserida na malha de redes em diferentes modalidades (de atores, de programas, movimentalista, de solidariedade, entre outras) permitindo um novo modo de exercício do poder e da relação entre governo e sociedade civil (BATTINI apud PERES E ALVES, 2009, p. 76).

Reconhecendo o potencial dos municípios para democratização da Assistência Social, a LOAS define a estrutura operacional dessa política e pressupõe requisitos básicos na construção da gestão descentralizada e participativa, tais como: Plano Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Órgão Gestor da Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social.

O Órgão Gestor da Assistência Social consiste na unidade pública coordenadora da Política Municipal de Assistência Social, designado por planejar e promover a descentralização, o monitoramento, o controle social e a avaliação a PNAS.

O Plano Municipal de Assistência Social consiste num instrumento de planejamento estratégico que visa organizar, regulamentar e nortear as ações da PNAS na perspectiva do SUAS. Deve delinear as diretrizes, prioridades, ações, bases de financiamento, cobertura da rede prestadora de serviços. A responsabilidade pela elaboração deste instrumento é do órgão gestor desta política, devendo ser aprovado pelos conselhos de assistência social (BRASIL, 2005).

O Fundo Municipal de Assistência Social representa a materialização da execução orçamentária por meio da gestão dos recursos destinados para o financiamento da Assistência Social.

A Constituição de 1988 estabelece como critério para as políticas públicas, a participação popular ou controle social, como um mecanismo de efetivação da participação da sociedade civil no processo de gestão político administrativo, financeiro e técnico-operativo, com caráter democrático e descentralizado.

Inserir a sociedade civil como uma instância de proposição e fiscalização das ações nas esferas governamentais é fundamental, pois possibilita a garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos de participação popular. (BRASIL, 2004).

A LOAS vem confirmar a urgência do controle social, quando estabelece que as ações governamentais e mais especificamente a Política de Assistência Social devem possuir como espaço de participação popular os conselhos (cuja principal tarefa é acompanhar a execução e o financiamento da política) e as conferências (que têm o papel de avaliar a operacionalização da assistência social e definir diretrizes para a política).

Os conselhos e as conferências devem ser criados nos três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal, sabendo que conselhos são paritários, 50% compostos por representantes da Sociedade Civil e 50% por representantes do Poder Público. Silva (2007) concorda com esta divisão representativa nestes espaços de participação popular ao enfatizar que:

Os Conselhos de políticas e de direitos, paritários e deliberativos no âmbito das políticas públicas se constituem numa das estratégias para a publicização das políticas sociais. São canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos, que pretende

modificar tanto o Estado quanto a sociedade em direção à construção de esferas públicas. Os conselhos são locus de disputas de propostas, projetos, embate político, confronto, além de negociação, articulação e construção de alianças, mediados pela correlação de forças (SILVA, [S.I.s.n,s/d]).

Neste sentido, estes espaços são fundamentais ao passo que buscam de fato a efetivação da assistência como direito. A Política de Assistência Social ratifica este espaço, que se mostra como um lugar para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias e seus membros e indivíduos mais empobrecidos e excluídos da sociedade (BRASIL, 2004). Assim, cabem à Assistência Social ações de prevenção, proteção, promoção e inserção, bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários (BRASIL, 2004).

Essas garantias se efetivam pela construção de uma rede de proteção social básica e/ou especial, ou seja, por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, na perspectiva de inclusão social e de atendimento às necessidades da população usuária dessa política (BRASIL, 2004).

Peres e Alves (2009, p. 93) destaca,

A participação social proposta pelo SUAS reforça a necessidade de construção da participação real, que confere à sociedade poderes para interferir na agenda do governo, definindo prioridades e prerrogativas para avaliar as ações governamentais. Ação que só se concretiza quando é viabilizado o acesso a informações e decisões, por meio de um processo de gestão transparente.

Essa breve contextualização do histórico ao processo de operacionalização a assistência social na atualidade nos permite concluir que ela muito avançou em nosso país. Hoje é Política Pública que compõe o tripé da Seguridade Social, porém “apenas afirmar a Assistência Social como direito não basta para a efetivação do SUAS. Torna-se imprescindível uma reflexão sobre o modelo de gestão que está sendo desenvolvido pelos municípios” (PERES e ALVES, 2009, p. 15).



### CAPÍTULO III

#### A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ/ES

Compreende-se que conhecer a realidade municipal é uma etapa fundamental para a problematização do objeto de estudo. O objetivo desse conhecimento é identificar as principais características da população municipal, considerando suas demandas, anseios e necessidades, que se traduzirão na realidade municipal e na operacionalização da Política Municipal de Assistência Social.

O diagnóstico da realidade municipal possibilitará: a sistematização das informações e de indicadores sociais; as particularidades da questão social e como ela se apresenta no campo da assistência social; o resgate histórico do território evidenciado, os seus aspectos geográficos, econômicos, demográficos, educacionais e sociais; mapear a cobertura da rede prestadora de serviços e ainda, identificar recursos a serem mobilizados para sua execução e o processo de monitoramento desta política municipal. (BRASIL, 2008)

**Figura 1: Mapa do Estado do Espírito Santo**



Fonte: IBGE, 2014

### 3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E O PERFIL SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL DE JAGUARÉ.

Até a década de 40, Jaguaré era um lugarejo coberto pela mata atlântica, habitado por alguns indígenas e outros povos, provavelmente vindos do Nordeste Brasileiro e Minas Gerais em busca de melhores condições de vida. (ESPÍRITO SANTO, 2011)

Uma caravana composta de quatorze agricultores e um representante do Governo do Estado, Sr. Bértolo Malacarne, que tinha a responsabilidade de organizar e coordenar a colonização, daquela área pertencente ao município de São Mateus; em 1946, chegou à região que hoje abrange o município de Jaguaré. Inicialmente esses agricultores fixaram-se no ponto chamado Ponte do Rio Barra Seca. A exploração agrícola e extração da madeira foram fatores decisivos no processo de desenvolvimento da região. (IBGE, 2014)

O povoado fundado pelos primeiros colonizadores foi denominado como Lagoa de Jaguaré, nome de um capim que existia em abundância na época. Com o passar do tempo, a lagoa desapareceu, e o povoado passou a ser denominado Jaguaré.

Em treze de outubro de 1981, a lei estadual nº 3445 criou o município de Jaguaré, com território desmembrado do município de São Mateus. Sua instalação deu-se a trinta e um de janeiro de 1983 (ESPÍRITO SANTO, 1981).

O município de Jaguaré está localizado na região Norte do Estado do Espírito Santo. Possui uma área de 720,4 km<sup>2</sup>, densidade 32,6 hab/ km<sup>2</sup> e fica localizada a 202 km de Vitória, capital do Estado. Possui uma população de 24.718 mil habitantes, segundo Censo de 2010. Em divisão territorial datada de quinze de julho de 1999, o município é constituído de 3 distritos: Jaguaré, Barra Seca e Nossa Senhora de Fátima (INCAPER, 2013).

O município limita-se ao norte com São Mateus (38Km), a leste com Vila Valério (170km), a oeste de Linhares (67Km) e ao sul com Sooretama (43km) (INCAPER, 2013).

O Relevo municipal é plano a suavemente ondulado, com vertentes curtas variando de 100 a 150m de comprimento. O Clima é Tropical quente, a temperatura média anual é de 23,3°C, com predominância das chuvas nos meses de Outubro a Janeiro. A precipitação média anual gira em torno de 1.200 mm a 1.300 / ano. (INCAPER, 2013)

Segundo dados do INCAPER (2013) o solo do município é Latossolo vermelho amarelo distrófico, textura argilo-arenosa, fertilidade média a baixa. A maioria das atividades agrícolas (destacando-se a cafeicultura, seguida da fruticultura) são cultivadas em solos planos e/ou suavemente ondulados com declividade de até no máximo 12%. Verifica-se nestas áreas a ocorrência de erosão laminar, devido ao manejo inadequado de equipamentos de irrigação por aspersão e a não adoção de práticas de conservação do solo. As vertentes (encostas) na sua grande maioria estão desprotegidas em consequência da ação antrópica que vem ocorrendo ao longo dos anos, e apresentam alto grau de degradação do solo.

A agropecuária é a principal atividade econômica do município. Destaca-se o cultivo do café Conilon com uma área aproximada de 22.000 ha, destes 20.000 ha estão em produção e mais de 85% das áreas cultivadas são irrigadas, dando a titulação ao município de maior produtor de café Conilon do mundo. A produtividade média é em torno de 35 a 40 sacas/beneficiadas/há. O município produziu em média 574.487 sacas de café beneficiadas nos últimos quatro anos, equivalente a aproximadamente 8% da produção estadual. (ESPÍRITO SANTO, 2011)

O emprego de altas tecnologias como: clones altamente produtivos, irrigação, nutrição, controle fitossanitário, etc.; que são utilizadas por uma parcela significativo dos produtores; é um dos fatores responsáveis pela alta produtividade, porém, no município ainda existe um número expressivo de pequenos agricultores familiares, que cultivam café utilizando tecnologias rudimentares devido ao fato de estarem descapitalizados, não terem acesso facilitado ao crédito rural orientado/investimento para renovação de suas lavouras, tendo como consequência a baixa produtividade do fruto. (INCAPER, 2013)

Como opção de diversificação da renda familiar no município, também é cultivado a fruticultura, por meio do cultivo de mamão e maracujá. Com a inauguração da indústria

de polpa de frutas no município de Linhares “Trop Brasil“, tem a expectativa do crescimento expressivo nas áreas de plantação de maracujá, em Jaguaré. No âmbito municipal também é cultivado coco anão verde, tais fruticulturas são cultivadas por produtores de médio e grande porte (ESPÍRITO SANTO, 2011).

O cultivo da pimenta do reino é tradicional no município. Jaguaré é o segundo maior produtor dessa iguaria no Estado. São cultivados no município, também, seringueira e as culturas alimentares, (feijão, milho e mandioca), que são desenvolvidas em pequena escala, por pequenos agricultores para subsistência do mesmo e de seus familiares. Apenas 8% dos proprietários rurais exploram a atividade de pecuária e mista, corte/leite, com um rebanho de aproximadamente 12.292 cabeças. Significativa parcela dos produtores dedicam-se a pecuária de corte (ESPÍRITO SANTO, 2011).

O repasse de royalties que é feito pela Petrobrás mensalmente, constitui-se também como uma importante fonte de receita para o município, sendo que de janeiro a julho de 2014 o município arrecadou R\$ 6.223.426,97 (seis milhões, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos). (ANP, 2014)

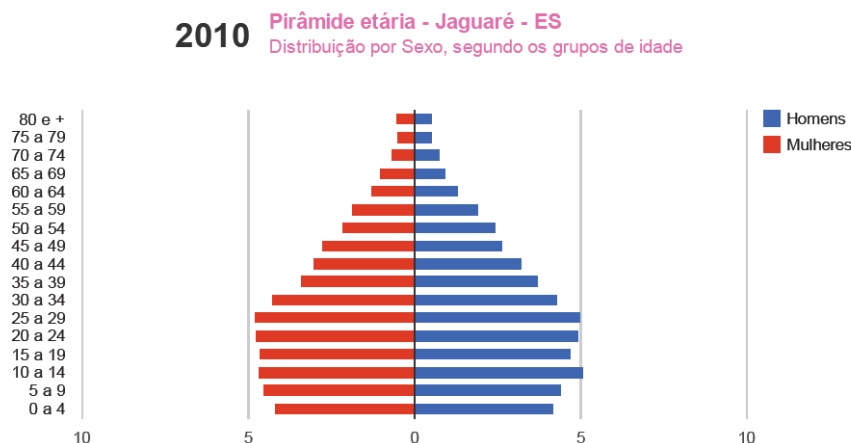
Os setores de comércio, indústria e de serviços do município, possuem juntos aproximadamente de 200 estabelecimentos comerciais diversos, 22 unidades industriais de pequeno porte e 113 unidades prestadoras de serviços. Tais setores constituem um segmento da economia que é importante gerador de emprego e renda no município.

Dos quatro municípios que compõem a microrregião Litoral Norte (São Mateus, Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e Litoral Norte), Jaguaré é o menos populoso, com 24.678 residentes (IBGE, 2014).

Apesar deste quantitativo populacional, o município tem apresentado a maior Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) na região, com 2,1%, entre os anos de 2001 e 2009 (ESPÍRITO SANTO, 2011).

O município apresentou a segunda menor densidade demográfica da região, com 35,8 habitantes por km<sup>2</sup>, em 2009, sendo que o da microrregião foi igual a 38,2 habitantes

por km<sup>2</sup>. A maior parte da população é constituída por pessoas do sexo masculino (50,52%), com faixa etária entre 15 e 65 anos (67,29%) (BRASIL, 2014).



**Gráfico 1 - Pirâmide etária/Jaguaré-ES. Fonte: BRASIL, 2014**

Considerando os índices de urbanização municipal, observa-se que o município de Jaguaré destacou-se por apresentar a menor taxa de urbanização da região, com 54,8%, enquanto a Litoral Norte, teve 75,2% (ESPÍRITO SANTO, 2011). Tais índices justificam-se ao enfatizar que a base econômica do município é predominantemente rural.

Ponderando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>11</sup> (IDHM) de Jaguaré em 2010 foi de 0,678. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). É importante destacar que entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação que registrou um crescimento de 0,235. Em seguida vieram Longevidade e Renda, conforme demonstrado na tabela abaixo,

<sup>11</sup> Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo, sendo observadas três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH foi construído no intuito de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

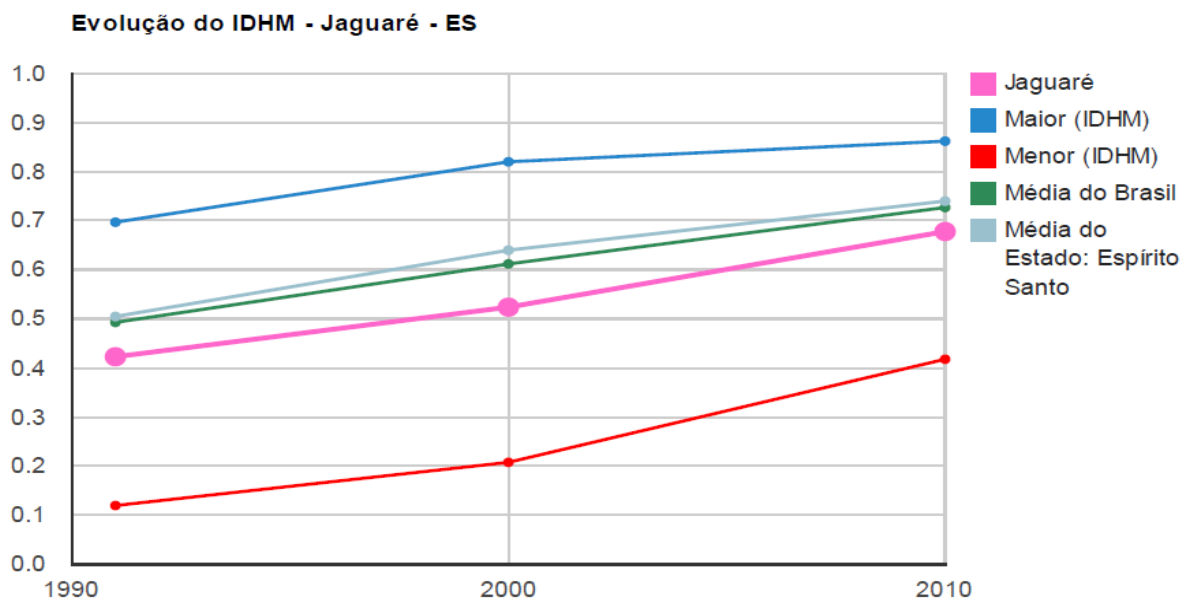
**Tabela 1 - Índice de desenvolvimento municipal e seus componentes.**

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,209	0,333	0,568
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	13,60	25,02	40,15
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	34,17	52,10	95,04
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	48,49	59,13	87,54
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	15,13	29,40	54,03
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,13	13,48	33,73
<b>IDHM Longevidade</b>	0,602	0,702	0,810
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,10	67,09	73,59
<b>IDHM Renda</b>	0,601	0,615	0,678
Renda per capita (em R\$)	337,28	367,52	543,60

Fonte: IPEA, 2013.

Destaca-se que no período de 1991 e 2000 O IDHM passou de 0,423 em 1991 para 0,524 em 2000 - uma taxa de crescimento de 23,88%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 01, foi reduzido em 17,50% entre 1991 e 2010 (BRASIL, 2014).

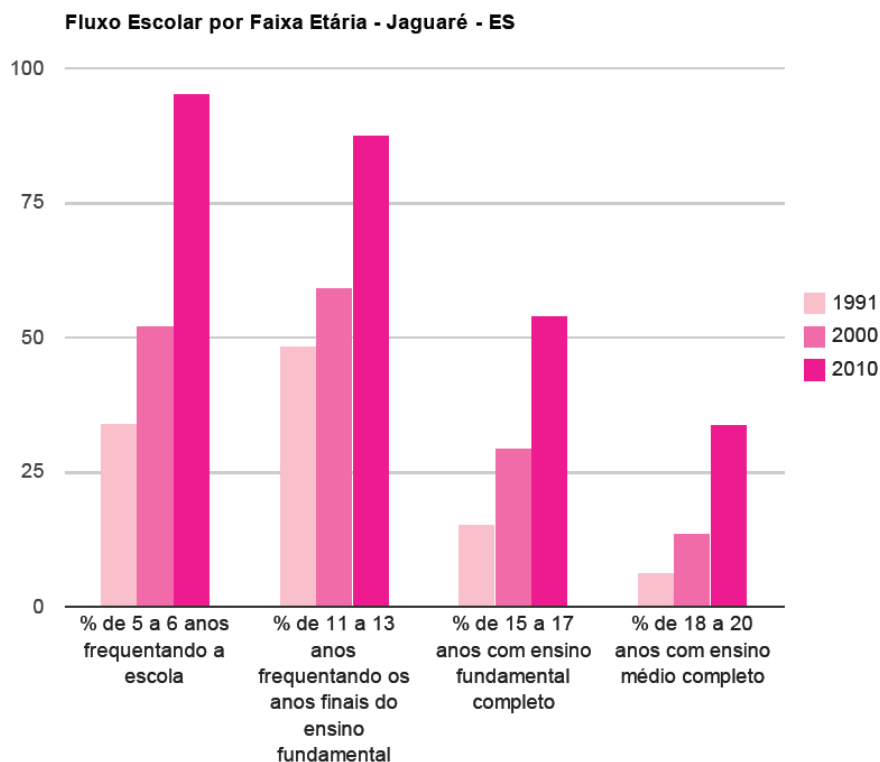
Já no período de 1991 a 2010 ressalta-se que Jaguaré teve um incremento no seu IDHM de 60,28% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (46,53%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 44,19% entre 1991 e 2010 (BRASIL, 2014). Vejamos o gráfico:



**Gráfico 2 - Evolução do IDHM/Jaguaré-ES. Fonte: BRASIL, 2014**

A renda per capita média do município cresceu 61,17% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 337,28 em 1991 para R\$ 367,52 em 2000 e alcançando R\$ 543,60 em 2010 (BRASIL, 2014).

Analisando as particularidades do sistema educacional do município de Jaguaré salienta-se que no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 82,42% e 52,47% no período de 1991 a 2000, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 8,05% entre 200 e 2010 e 21,94% entre 1991 e 2000 (IBGE, 2014).



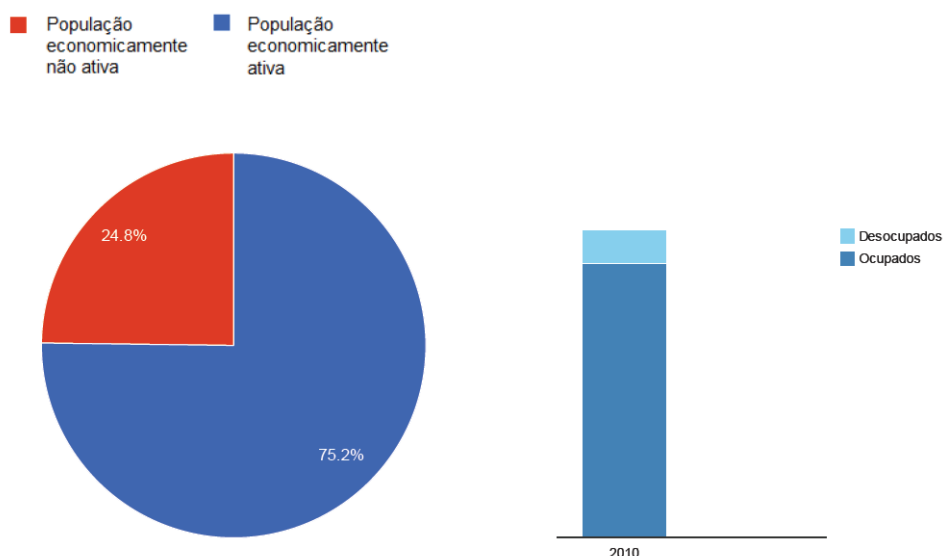
**Gráfico 3 - Fluxo escolar por faixa etária/Jaguaré-ES. Fonte: BRASIL, 2014.**

No entanto, observa-se que do total de 24.678 residentes do município, a incidência de 15.847 pessoas de 10 anos ou mais de idade que não frequentam a escola, sendo 8.084 os homens e 7.763 mulheres. Tal incidência representa 61,21% da população não esta inserida na rede municipal de ensino (IBGE, 2014).

Ponderando a População Economicamente Ativa do município, destaca-se que 7.742 homens e 5.564 mulheres encontram-se com idade economicamente ativa (com faixa etária entre 15 e 65 anos), quantitativo que representa 42,3% dos residentes de Jaguaré. Observa-se que a representatividade da população economicamente ativa com 18 anos ou mais inserida no mercado de trabalho é de 75,2% e 24,8% encontra-se desocupada.



### Taxa de Atividade e de Desocupação 18 anos ou mais - 2010



**Gráfico 4 - Taxa de atividade e de desocupação 18 anos ou mais. Fonte: BRASIL, 2014**

Considerando o quantitativo de famílias distribuídas por faixa de rendimentos mensais em Jaguaré, ressalta-se que 207 famílias dispõem de rendimento nominal mensal domiciliar até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 1.090 famílias têm renda de mais de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo, 975 famílias do município recebem até 3 salários mínimos. Destaca-se, assim, que 31% das famílias do município têm renda mensal em  $\frac{1}{2}$  salário mínimo até 3 salários mínimos. Salienta-se ainda que, apenas, 8,4% das famílias no município recebem mais de 10 salários mínimos mensais (IBGE, 2014).

No caso da população ocupada do município, por atividade econômica, em 2008, destaca-se que a maior participação foi da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, com 29,9%, seguido pela administração pública, defesa e seguridade social, com 26,5% e pelo comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, com 21,2% (ESPÍRITO SANTO, 2011).

Analisando os setores que empregaram trabalho infantil, ou seja, os que tiveram trabalhadores com a faixa etária de 10 a 13 anos de idade, ressalta-se que 115 crianças atuam em atividade da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no trabalho principal e 29 em atividades vinculadas ao comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas no trabalho. O quantitativo de crianças que residem no

município de Jaguaré com esta faixa de idade é de 2.034, sendo que 930 residem em área rural e 1.104 residem em área urbana (IBGE, 2014).

Ponderando a vulnerabilidade do município em estudo, destaca-se que aproximadamente 7000 famílias residem no município de Jaguaré, sendo que 2677 domicílios estão localizados na zona rural e 4330 na zona urbana (IBGE, 2010). Destaca-se que 43,26% das famílias jaguareenses encontra-se em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2014).

Vinte e dois por cento (22,41%) das famílias residentes no município de Jaguaré são chefiadas por mulheres com baixa escolaridade (sem ensino fundamental completo) e com filhos menores de quinze anos (BRASIL, 2014).

Esta fragilidade, vivenciada pelos novos arranjos familiares, é consequência das transformações ocorridas a partir de mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e na reconfiguração do papel do Estado, a família torna-se espaço de manifestação de novas demandas, principalmente sociais e econômicas. Neste novo cenário a mulher tem assumido além da função do cuidar, também a função de mantenedora do lar, principalmente em famílias proletárias.

Nesse aspecto Miotto (2009, p. 132) auxilia a refletir sobre este novo contexto no qual a família proletária esta inserida:

Esta nova configuração trouxe desdobramentos importantes no contexto das relações sociais, e dentre eles destacam-se o processo de transferência para o interior das famílias de problemas e conflitos gerados no âmbito das relações de produção e cruzada para a inculcação do ideal de uma nova família com funções e papéis claramente definidos.

Os dados, aqui sinteticamente indicados, salientam a importância de compreender que significativa parcela das famílias jaguareenses são compostas por cidadãos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica. Assim, com o intuito de que tais demandas sejam superadas faz-se necessário associar a realização de ações que fomentem o desenvolvimento local ao exercício pleno da cidadania, pois deve-se considerar que esses cidadãos são sujeitos portadores de direitos políticos, sociais e civis, sendo necessário o enfrentamento coletivo de suas fragilidades (educacionais,

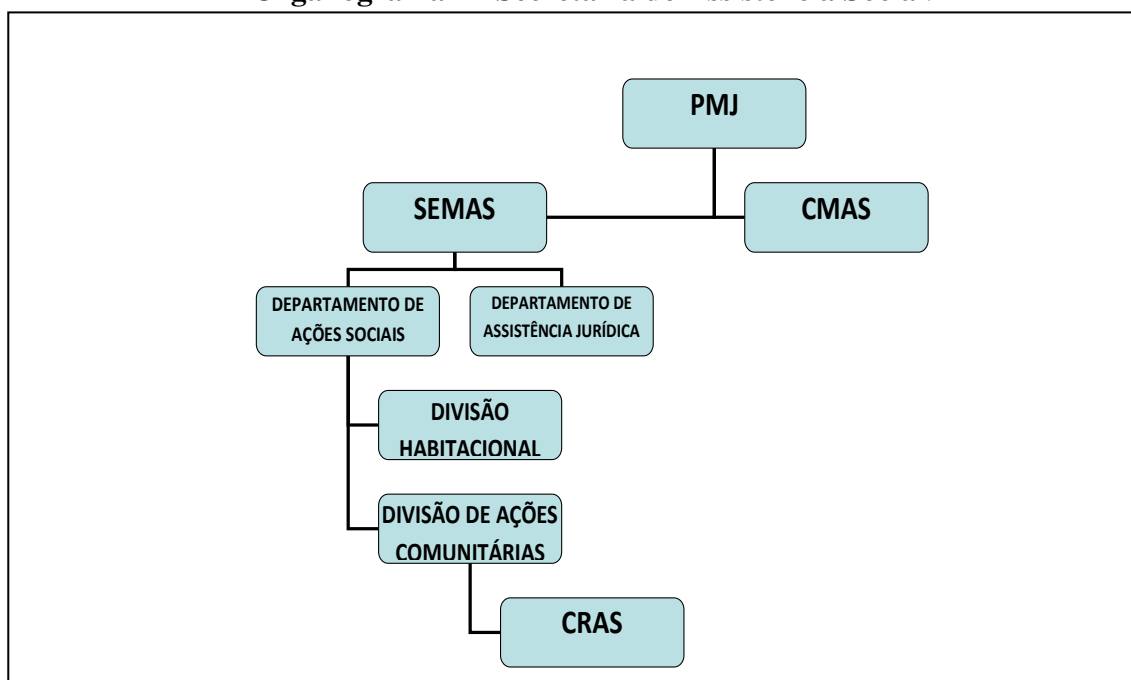
sociais, econômicas) por meio de implantação de políticas sociais e práticas educativas que possibilitem o crescimento pessoal, emocional.

### 3.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES

O processo de municipalização da Assistência Social respalda-se na Lei Orgânica da Assistência Social que estabelece condições para repasses aos Municípios, Estados e Distrito Federal de recursos à efetiva instituição e funcionamento dos conselhos de assistência social com composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo condição também a existência do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos conselhos e do Plano de Assistência Social (BRASIL, 1993).

Assistência Social iniciou sua instituição no município estudado no ano de 1996 com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com a Lei 370/96 (JAGUARÉ, 1996), que está estruturada conforme sistematiza o organograma abaixo.

**Organograma 1 - Secretaria de Assistência Social.**



Fonte: Criação Própria

Neste mesmo ano foi instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, mediante aprovação da Lei municipal número 361/96 (JAGUARÉ, 1996). O CMAS é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Assistência Social.

O CMAS é composto por dezesseis membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de dois anos, permitindo uma única recondução. Os representantes nos conselhos devem ser indicados e nomeados pelo respectivo chefe do Poder Executivo, a PNAS (2004) sendo importante incluir setores que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, como Assistência Social; Saúde; Educação; Trabalho e emprego; Finanças; Planejamento. No entanto, acredita-se que a indicação dos membros do CMAS pela gestão executiva municipal pode influenciar na imparcialidade das ações operacionalizadas por este conselho de direito.

As principais competências deste conselho municipal, conforme Lei de criação, são: estabelecer as prioridades da Política Municipal de Assistência Social e aprovar o Plano Municipal Anual de Assistência Social; atuar na formação de estratégias e controle da execução da Política de Assistência Social no município; inscrever e fiscalizar as instituições de assistência social atuantes no município; acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população dos órgãos, entidades governamentais e não governamentais do município; definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados, no âmbito municipal; apreciar e emitir pareceres acerca da proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e propor, aprovar e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social (JAGUARÉ, 1996).

O CMAS de Jaguaré foi instituído conforme as orientações normativas preconizadas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), pois este instrumento ressalta que,

Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004, na forma do SUAS. O

CNAS, instituído pela LOAS, e os Conselhos das demais esferas, tratados na referida Lei e instituídos por legislação específica, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. São vinculados ao Poder Executivo e a sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, que lhes dá apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento (BRASIL, 2005, p.30).

Atendendo as determinações legais para operacionalização da municipalização da Assistência Social em Jaguaré, também, foi criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS que ocorreu em 1996 via Lei de criação N°361/96 (JAGUARÉ, 1996).

O Fundo Municipal de Assistência Social é de natureza contábil indeterminada, vinculado à Secretária Municipal de Assistência Social, mas sob o controle e orientação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Fundos de Assistência Social, conforme ressalta Brasil (2004), têm reforçado seu papel de instância de financiamento dessa política pública nas três esferas de governo, por meio das prerrogativas legais associadas com os princípios democráticos que zelam pela participação, pela transparência, pela descentralização político-administrativa e pelo controle social. Desta forma, conforme a Lei de Criação, o FMAS de Jaguaré, constitui instrumento de captação e aplicação de PPPrecursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações de assistência social no âmbito municipal.

As receitas componentes do FMAS são provenientes, conforme Lei de criação N°361/96, de:

- I- Repasse dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- II- Transferência do município;
- III- Receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas e jurídicas;
- IV- Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras;
- V- Transferências do exterior;
- VI- Dotação orçamentária da União e dos Estados consignados especificamente para o tratamento da Lei de Criação deste fundo;
- VII- Receitas de acordos e convênios e
- VIII- Outras receitas legalmente instituídas; (JAGUARÉ, 1996, p. 2)

A Lei de criação do FMAS especifica também que os recursos deste fundo deverão ser aplicados, prioritariamente para o

- I- Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela SEMAS ou órgãos conveniados;
- II- Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniados de direito público ou privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;
- III- Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- IV- Construção, reforma, ampliação, aquisição e locação e imóveis para prestação de serviços de assistência social;
- V- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;
- VI- Desenvolvimento de programação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social e
- IX- Pagamento dos benefícios eventuais, conforme disposto no inciso I do art. 15 da Lei orgânica de Assistência Social. (JAGUARÉ, 1996, p. 3)

Destaca-se que os fundos de assistência social especiais, por se constituírem na reunião de recursos financeiros para determinadas ações, não possuem personalidade jurídica própria e nem tampouco autonomia administrativa e financeira, estando vinculados a órgãos públicos. São estruturados como unidade orçamentária, por representarem importante mecanismo de captação e apoio financeiro aos programas orçamentários e às ações de sua área de vinculação (BRASIL, 2004).

A constituição do primeiro Plano de Assistência Social municipal de Jaguaré ocorreu no ano de 1999, foi elaborado por uma equipe de técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social constituindo-se o instrumento norteador da Política Municipal de Assistência Social. Observa-se que a população não participou da constituição deste importante instrumento que direcionou as primeiras ações municipais no processo de descentralização e territorialização da Política Nacional de Assistência Social.

O Plano Municipal de Assistência Social vigente, foi instituído no ano de 2013 para orientação das ações de assistência social em Jaguaré no período de 2014 a 2017, estrutura-se em sete partes: caracterização do Município, Metodologia, Objetivos, Mapeamento da rede de prestação de serviços, Diretrizes e prioridades, Resultados esperados e Monitoramento e avaliação.

O município de Jaguaré dispõe de um contingente populacional de, aproximadamente, 24.678 cidadãos (IBGE, 2014). Assim, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social, classifica-se, como Município Pequeno Porte II. A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), adota como referência a definição de municípios como de pequeno, médio e grande porte, utilizada pelo IBGE como forma de caracterizar os grupos territoriais.

Conforme Brasil (2004) e Menegardo (2010) os municípios pequenos, na maioria das vezes, necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (BRASIL, 2005) estabelece três níveis de gestão municipal: inicial, básica e plena. O Município de Jaguaré está habilitado na **Gestão Básica** do SUAS.

Nos municípios habilitados na gestão da proteção social básica da Assistência Social, o gestor assume a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município como forma de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Sendo responsável pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território (BRASIL, 2005).

Por meio do SUAS, a política pública de assistência social busca consolidar eixos balizadores de sua atuação, que segundo a Norma Operacional Básica/2005, compreendem:

A Proteção Social, entendida como conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados para redução e prevenção das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana, e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2004).

A Rede Socioassistencial, que consiste no conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços programas e projetos. Portanto, segundo dados do Plano Plurianual de Assistência Social (PPAAS), a Rede de Proteção Socioassistencial do Município de Jaguaré está organizada da seguinte forma:

- **Rede de Proteção Social Básica**

**\*Centro de Referência da Assistência Social – CRAS “Jagaré”:** Seu objetivo é oferecer serviços sociais que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social das famílias, por meio de novos aprendizados, tendo em vista a inclusão social. No que tange à Política geral, o CRAS leva em consideração as necessidades dos usuários, as possibilidades de ação da equipe profissional e prioriza as necessidades e setores da população a quem dirige sua ação (JAGUARÉ, 2013).

**\*Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** O município dispõe do Centro Municipal de Convivência dos Idosos “Marcelina Cocco” - Programa Municipal “Grupo Alegria” que constitui um trabalho de cunho preventivo, destinado aos idosos do município de Jaguaré. Através de atividades sócio-educativas, de lazer, de cultura e de geração de renda, o programa cria possibilidades efetivas para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como o processo de reinserção do idoso no contexto social e econômico (JAGUARÉ, 2013).

**\*Programa Municipal Bolsa Família:** é um programa de transferência de renda do Governo Federal que visa o repasse direto de recursos dos fundos da Assistência Social aos seus beneficiários, como forma de acesso à renda e combate a fome e a pobreza de famílias em situação de risco. O objetivo é garantir condições de alimentação diária, possibilitar o acesso a serviços públicos (assistência social, educação e saúde) e melhorar condições de vida de famílias e dependentes (JAGUARÉ, 2013).

**\*Projeto “Bem Viver”:** Projeto de promoção social e qualificação profissional, por meio da oferta de cursos profissionalizantes e ações de inclusão produtiva (JAGUARÉ, 2013).



**\*Comunidade Digital de Jaguaré “Casa Brasil”:** A Casa Brasil/Telecentro Comunitário de Inclusão Digital é um projeto de combate à exclusão social através da Inclusão Digital. Em um espaço de acesso público a cursos básicos de informática e acesso livre à internet, os moradores de Jaguaré têm a possibilidade de acesso ao conhecimento e à informação (JAGUARÉ, 2013).

**\*Habitação:** Programa de atendimento à população em situação de extrema vulnerabilidade, em virtude de risco habitacional, por meio do acesso a condições dignas de moradia (JAGUARÉ, 2013).

**\*Benefício de Prestação Continuada (BPC):** segundo a LOAS e o Estatuto do Idoso é provido pelo Governo Federal e consiste no repasse de um (01) salário mínimo mensal ao idoso, pessoa maior de sessenta e cinco (65 anos) e as pessoas com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou tê-la suprida por sua família. A cada dois anos é realizada uma revisão do benefício, a fim de averiguar se os beneficiários mantêm o direito a receber a valor mensal (JAGUARÉ, 2013).

- **Rede de Proteção Especial de Média Complexidade**

**\*Associação “Pestalozzi” de Jaguaré:** Entidade civil sem fins lucrativos – tem como finalidade o atendimento às crianças, adolescentes e adultos com deficiência mental, que necessitam de assistência psicopedagógica, médica, odontológica e de reabilitação (JAGUARÉ, 2013).

**\*Associação de deficientes visuais de Jaguaré - (ADVJ):** A Associação de Deficientes Visuais de Jaguaré ADVJ, foi criada no ano de 1998 com objetivo de proporcionar atendimento especializado na área de deficiência visual. Mediante a credibilidade das ações desenvolvidas pela instituição a Prefeitura Municipal de Jaguaré mantém Convênio de Cooperação Financeira desde 2003 (JAGUARÉ, 2013).

**\* Plantão Social:** À medida que o município de Jaguaré tem na agricultura sua principal fonte econômica, a população de baixa renda, possui rendimentos, em sua maioria, apenas nos períodos de safra, o que inviabiliza o processo de auto-

sustentabilidade, e conseqüentemente à necessidade de utilização dos bens e serviços públicos. Através do Plantão Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, são disponibilizados serviços de extrema relevância para a garantia dos direitos da população de baixa renda. Assim o acesso a esses serviços torna-se imprescindível (JAGUARÉ, 2013).

Com o objetivo de escuta e acolhimento da população em suas dificuldades sociais emergenciais, através de oferta de serviços de orientação, informação, encaminhamentos e benefícios diversos o Plantão Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Jaguaré-ES realiza os seguintes atendimentos:

- Benefícios Eventuais (auxílio natalidade e auxílio funeral);
- Auxílio Transporte (transporte de pacientes em caráter de urgência, passagens, transporte de mudanças);
- Documentação (2ª via de certidão de nascimento, casamento e óbito);
- Programa alimentar (Cesta Básica);
- Exames, consultas médicas especializadas e cirurgias (em sua maioria, não cobertas pelo Sistema Único de Saúde – SUS);
- Prótese e equipamentos que auxiliam o processo de habilitação e reabilitação (óculos, cadeira de rodas, muletas, cadeira de banho, colchão d'água e colchão caixa de ovo);
- Fralda geriátrica;
- Medicamentos para complementação a lista básica do Sistema Único de Saúde (MENEGARDO, 2010, p. 10)

- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

**\*Casa Lar “Sonho de Criança”:** Criada em 2005, pelo Poder Público Municipal, a Casa Lar “Sonho de Criança”, atende crianças de 0 a 12 anos do município de Jaguaré, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Comarca de Jaguaré, em situação de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual e negligência, dentre outras) (JAGUARÉ, 2013).

Conforme legislação em vigor, a Casa Lar —Sonho de Criança é um serviço de acolhimento institucional, o qual se constitui como uma alternativa de moradia para crianças em risco social e pessoal cujos responsáveis não têm condições de lhes prestar os cuidados necessários.

**\*Casa dos Menores de Campinas —Montanha da Esperança:** Com intuito de assegurar atendimento ao adolescente em conflito com a lei, a Prefeitura Municipal

estabeleceu convênio com a instituição Casa dos Menores de Campinas —Montanha da Esperança, situada na zona rural do município de Cariacica, onde abriga adolescentes em constante conflito com a lei (JAGUARÉ, 2013).

**\*Sociedade Santa Rita de Cássia —Lar dos Velinhos:** Ciente do dever de assegurar ao idoso os direitos de cidadania, a Prefeitura Municipal de Jaguaré, celebrou convênio com a presente instituição de abrigamento visando defender a dignidade o bem estar e o direito à vida dos idosos (JAGUARÉ, 2013).

**\*Centro de Resgate São Francisco de Assis:** Instituição de abrigamento visando oferecer serviços de reabilitação aos cidadão dependentes de drogas lícitas e ilícitas (JAGUARÉ, 2013).

Com o intuito de atender a condicionalidade da PNAS e de possibilitar o processo de avaliação participativa da operacionalização da Assistência Social em Jaguaré e de sua rede de serviços socioassistências, foi realizada no ano de 2005 a primeira Conferência Municipal de Assistência Social.

A LOAS vem confirmar a urgência do controle social, quando estabelece que as ações governamentais e mais especificamente a Política de Assistência Social devem possuir como espaço de participação popular os conselhos (cuja principal tarefa é acompanhar a execução e o financiamento da política) e as conferências (que têm o papel de avaliar a operacionalização da assistência social e definir diretrizes para a política).

No ano de 2013, nos dias 05 e 06 de agosto, realizou-se a V Conferência Municipal de Assistência Social, titulada “Gestão e Financiamento na Efetivação do SUAS”, tendo como objetivo “analisar, propor e deliberar, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, reconhecendo a responsabilidade de cada ente federado” (Jaguaré, 2013).

Neste processo de avaliação da execução desta política municipal foram discutidos VI eixos: Cofinanciamento obrigatório da assistência social; Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação; Gestão e

trabalho; Gestão dos serviços, programas e projetos; Gestão dos benefícios do SUAS; e Regionalização (Jaguaré, 2013).

As principais deliberações desta conferência municipal foram: a viabilização do processo de participação popular nas discussões que envolvem a elaboração da LOA, PPA, LDO, no que diz respeito à política de Assistência Social; realizar audiências públicas anuais para prestação de contas, objetivando garantir a transparência das ações referentes à PMAS; capacitação continuada dos conselheiros para aprofundar o conhecimento referente ao financiamento da política de assistência social, contribuindo para formulações de deliberações coerentes e com respaldo legal; instituição do Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS, de forma que este viabilize formações intersetoriais, numa perspectiva humanizada; integrar os serviços de rede socioassistencial com garantia e acompanhamento das demandas dos usuários, instalando o processo de referência e contra referência (Jaguaré, 2013).

Os cidadãos participantes desta Conferência evidenciaram a importância deste espaço de discussão e avaliação para a melhoria das ações socioassistenciais desenvolvidas no município (Jaguaré, 2013).

Considerando o breve levantamento da operacionalização da Política Municipal de Assistência Social e das características socioeconômicas e demográficas do município objeto de estudo, verifica-se assim, que os atores responsáveis pela execução desta recente política pública no município de Jaguaré devem ter um perfil que incorpore a dimensão do interesse público associado à sua função, comprometido com relações democráticas, com afirmação de direitos (BRASIL, 2007).

Requer uma atuação em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. Por meio da leitura crítica da realidade, da capacidade de identificação das condições materiais de vida e identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos (BRASIL, 2007).

## CAPÍTULO IV

### A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tendo como pano de fundo as reflexões do primeiro, segundo e terceiro capítulos, realiza-se o estudo sobre a percepção dos atores sociais (membros do Conselho Municipal de Assistência Social e usuários e equipe técnica do CRAS Jaguaré) envolvidos no processo de operacionalização da Assistência Social sobre a articulação entre os planos, projetos e ações propugnadas e seus efeitos e contribuições ao desenvolvimento local rural, tendo como referência o município de Jaguaré/ES, cuja economia é essencialmente agrícola.

Parte-se do pressuposto que a Política Nacional de Assistência Social inova ao conferir à Assistência Social o status de Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado. Inova também pela garantia da universalização dos direitos sociais e por introduzir o conceito dos mínimos sociais. E compartilha-se das reflexões realizadas por Sachs (2004, p.139) ao destacar que “acesso aos serviços sociais é um componente essencial do tripé de desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado”, pois contribui diretamente com o bem-estar da sociedade, consistindo assim, em um subsídio importante para estratégias de desenvolvimento no âmbito rural.

Portanto, nesse capítulo apresenta-se a percepção dos participantes do estudo sobre desenvolvimento local e Assistência Social, mas, primeiramente, considera-se importante conhecer a Instituição Centro de Referência da Assistência Social de Jaguaré, pois os usuários e a equipe técnica dessa instituição são sujeitos integrantes dessa pesquisa.

#### 4.1 CONHECENDO O CRAS “JAGUARÉ”

A Secretaria Municipal de Assistência Social abriga, em sua estrutura organizacional, o CRAS “Jaguaré”, também conhecido como “Casa das Famílias”. O CRAS é o espaço físico no qual se desenvolvem as atividades e os serviços oferecidos pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), criado em 18 de abril de 2004, pela portaria 78 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, como forma de aprimoramento do Programa Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF). A partir de 19 de maio de 2004, o PAIF tornou-se ação continuada da Assistência Social, financiada pelo Governo Federal.

O CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de Assistência Social às famílias, aos grupos e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. É uma unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas. Constituí-se como a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS (BRASIL, 2006).

O CRAS é originário do antigo Núcleo de Apoio à Família – NAF, criado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Com a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2004, mudou-se a nomenclatura. No que tange à política geral, o CRAS leva em consideração as necessidades dos usuários, as possibilidades de ação da equipe profissional e prioriza as necessidades e os setores da população a quem dirige sua ação (BRASIL, 2004).

O trabalho com as famílias do CRAS privilegia a dimensão socioeducativa da Política de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Desta forma, a atuação profissional relacionada aos serviços prestados no CRAS, deve provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, “tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos” (BRASIL, 2006, p. 13).

Para fins de partilha dos recursos da União, a Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB-SUAS) estipula o número mínimo de CRAS, de acordo com o porte do município. Estipula, ainda, dimensões de território, definidos por um número máximo de famílias nele referenciadas. O município de Jaguaré classifica-se como Município Pequeno Porte II. Assim, o município de Jaguaré dispõe de um CRAS, denominado CRAS “Jaguaré”, foi instituído, na gestão de Evilázio Sartório Altoé no ano de 2007. Nesse período o Secretário de Assistência Social em exercício era Domingos Sávio Sossai. Tendo como área de abrangência todo o município. Localiza-se na Rua Espírito Santo, nº1765, Bairro Boa Vista II, Jaguaré-ES.

A implantação do CRAS, nesta região, foi de extrema importância para a população, porque ele disponibiliza para os cidadãos, diversos serviços sócio-assistenciais, concretizando, assim, o que explicita o Artigo 1º da LOAS.

Conforme direciona o Guia de Orientação Técnica para o CRAS (2006), o espaço físico deve ser compatível com os serviços nele ofertados. O espaço físico do CRAS dispõe de sede própria, é constituído por um pavimento, sendo que, tem uma recepção, uma cozinha, uma sala para a coordenação, duas salas administrativas, uma sala de referência para realização de atendimentos individuais, três banheiros, uma recepção, duas salas utilizadas pelo Programa Bolsa Família, uma sala utilizada pelo Programa Inclusão Digital, um auditório com uma ante-sala, uma sala multiuso e uma lavanderia.

Para garantir um atendimento adequado aos usuários, o CRAS disponibiliza computadores com acesso à internet, linhas telefônicas e três carros. Essa estrutura física e os recursos materiais, acima descritos, compõem os elementos disponíveis a equipe de profissionais do CRAS para o atendimento aos usuários.

Entende-se que o espaço físico do CRAS é um importante elemento na consolidação do atendimento, pois a instituição precisa ter definido o ambiente para realizar o atendimento social individual, como forma de garantir o direito do profissional ao sigilo, como previsto no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993 no Art. 16º - “o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”.

De acordo com o Guia de Orientação Técnica para o CRAS (2006), o CRAS deve contar com uma equipe mínima para a execução dos serviços e das ações nele ofertados. Deverá ampliar a referência de profissionais, caso oferte diretamente no CRAS outros serviços, programas, projetos e benefícios a nível municipal.

A equipe do CRAS “Jaguaré” é composta pelos seguintes profissionais, conforme demonstra a tabela:

**Tabela 2 - Relação de Servidores CRAS “Jaguaré”.**

Categoria Profissional	Quantitativo	Carga Horária Semanal			Vínculo Empregatício		
		20 hs	30 hs	40hs	*E	**D	***C
Assistente Social	05	01	02	02	01	04	---
Psicólogo	05	04	01	----	02	03	----
Auxiliar administrativo	03	---	---	03	01	---	02
Oficineiro	02	---	---	02	--	02	---
Estagiário Remunerado	01	20	---	---	---	---	---
Estagiário Voluntário	02	20	---	---	---	---	---
Coordenador do CRAS	01	---	---	01	01	---	---
Motorista	02	---	---	02	---	01	01
Auxiliar de serviços gerais	03	---	01	02	01	---	02
Vigia	02	---	---	02	01	---	01
Coordenador do Bolsa Família	01	---	---	01	---	---	01
Recepcionista	02	---	---	02	---	01	01
Operadora do Bolsa Família	02	---	---	02	---	---	01
Técnico em Informática	01	---	---	01	---	01	---

Fonte: Criação Própria

Legenda:\*E:Estatutário/ \*\* Tempo determinado/ \*\*\*Cargo Comissionado

Esse CRAS referência, um total de 3500 famílias, sendo 120 famílias acompanhadas pela Instituição.

O CRAS “Jaguaré” organiza sua atuação, via três áreas de atendimento, sendo Área 01: Região Rural; Área 02: Bairros SEAC, Novo Horizonte e Irmã Tereza e Área 03: Bairros Boa Vista, Nova Esperança, Palmital e Centro.



#### **4.1.1 Ações desenvolvidas pela equipe de profissionais do CRAS**

1. Acompanhamento familiar por meio de grupos de convivência, reflexão e serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes;
2. Busca pró-ativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade;
3. Encaminhamento para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro Único (CadÚnico) e do BPC;
4. Produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e para os indivíduos sobre os serviços disponibilizados pelo CRAS;
5. Apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do PBF, Programa Inclusão Digital e do BPC e demais benefícios;
6. Recepção e acolhida de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
7. Oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social.

#### **4.1.2 Diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e indivíduos**

As metodologias sociopedagógicas atendem às características etárias dos usuários e ao padrão de frequência de atividade, segundo preconiza o guia de orientações técnicas do CRAS (2006). A saber: articular o conhecimento da realidade das famílias por meio do planejamento do trabalho; potencializar a rede de serviços e o acesso aos direitos; valorizar as famílias em sua diversidade, valores, cultura, história, trajetórias, problemas, demandas e potencialidades; potencializar a função de proteção e de socialização da família e da comunidade; e, por último, adotar metodologias participativas e dialógicas de trabalho com as famílias.

O CRAS “Jaguaré”, conforme a LOAS, por meio do princípio da descentralização, desenvolve os seguintes programas, projetos, serviços e benefícios:

- **Programa Incluir/Bolsa Capixaba:** O Programa é uma parceria entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura de Jaguaré, cujo objetivo é atender às famílias em situação de extrema pobreza, beneficiárias pelo Programa Bolsa família que merecem atenção e medidas que possibilitem mudanças nas suas condições de vida e levem à sua inclusão socioproductiva, em prol de uma vida digna e igualitária (JAGUARÉ, 2013).
- **Programa Inclusão Digital:** Atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social através da oferta de cursos e oficinas de informática, tornando possível o acesso à informação, comunicação e entretenimento tecnológico (JAGUARÉ, 2013).
- **Programa Bolsa Família:** é um programa de transferência de renda do Governo Federal que visa o repasse direto de recursos dos fundos da Assistência Social aos seus beneficiários, como forma de acesso à renda e combate à fome e à pobreza de famílias em situação de risco. O objetivo é garantir condições de alimentação diária, possibilitar o acesso aos serviços públicos (assistência social, educação e saúde) e melhorar as condições de vida de famílias e dependentes. Famílias com renda per capita mensal de até R\$60,00 têm direito a receber R\$62,00 mais R\$20,00 por filho (até três filhos com idade de 0 a 17 anos). Aqueles com renda per capita mensal de até R\$ 120,00 devem receber R\$20,00 por filho (até três filhos) (JAGUARÉ, 2013).
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC):** segundo a LOAS e o Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal e consiste no repasse de 1 salário mínimo mensal ao idoso, pessoa maior de 65 e as pessoas com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou tê-la suprida por sua família. A cada dois anos, deve ser realizada uma revisão do benefício, a fim de averiguar se os beneficiários mantêm o direito a receber o valor mensal (JAGUARÉ, 2013).
- **Benefício de Prestação Continuada na Escola (BPC na Escola):** Monitoramento anual com o objetivo de verificar as dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do BPC na inclusão do ensino regular (JAGUARÉ, 2013).
- **Projeto GestAção:** Acompanhamento às gestantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através do acompanhamento psicossocial pela equipe de referência do CRAS, com atividades socioeducativas e concessão do Auxílio Natalidade (Kit de enxoval para o bebê) (JAGUARÉ, 2013).
- **Programa Prevenir e Proteger:** O Programa foi implantado com o intuito de complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de

situações de risco social, buscando fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (JAGUARÉ, 2013).

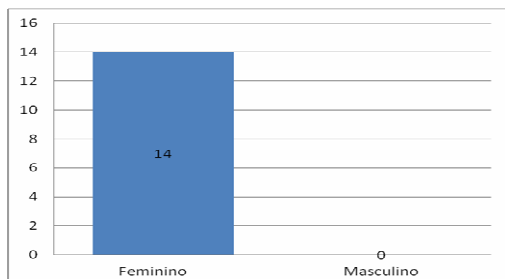
- **Projeto Palavra em Ação:** Este Projeto tem o objetivo de atender as pessoas, grupos e famílias com trabalhos socioeducativos desenvolvidos através da realização de palestras com abordagem de diversos temas; disseminando informações relativas a direitos socioassistências, utilizando recursos lúdicos e educativos voltados para as crianças e adolescentes; bem como realização de trabalhos grupais que visem promover a integração, convivência, troca de experiências e fortalecer os vínculos familiares e comunitários (JAGUARÉ, 2013).
- **Programa Municipal de atendimento a Pessoa Idosa:** Centro de Convivência Marcelina Côco – Grupo Alegria (JAGUARÉ, 2013).
- **Projeto Bem-Viver:** Programa de Qualificação Social e Profissional por meio da oferta de cursos profissionalizantes (JAGUARÉ, 2013).

Os usuários que recorrem ao CRAS, na busca da concessão de algum desses serviços socioassistências oferecidos pela instituição, percorrem um caminho até o recebimento do benefício ou auxílio almejado. Primeiramente, são atendidos pelo técnico administrativo que faz um agendamento para os atendimentos. Nos atendimentos são concedidos os serviços disponibilizados pela instituição, além disso, também se faz as orientações à família e, se ela apresentar perfil adequado, de acordo com a disponibilidade de vagas, é incluída nos grupos socioeducativos e nas oficinas e, ainda, quando a demanda apresentada não pode ser respondida pelo CRAS, são feitos os encaminhamentos para a rede de serviços socioassistências.

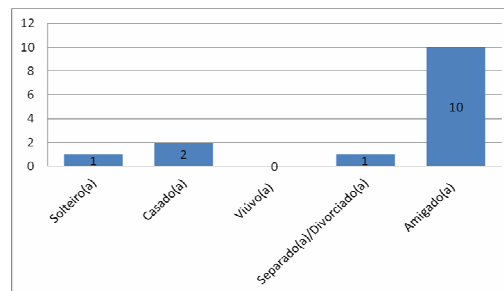
#### 4.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB O OLHAR DOS USUÁRIOS DO CRAS “JAGUARÉ”

Conforme o levantamento de dados, 100% das famílias, que participaram da pesquisa, tem a mulher como representante pelo domicílio no CRAS, nos novos arranjos familiares temos, predominantemente, a mulher como representante familiar nas instituições de atendimentos socioassistências (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005). Também detectou-se que quanto ao estado civil temos que 7% são solteiras, 14% são

casadas, 7% são separadas ou divorciadas, e ainda 79% residem com companheiro (ver gráficos 5 e 6 respectivamente).



**Gráfico 5 - Sexo. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguare”**



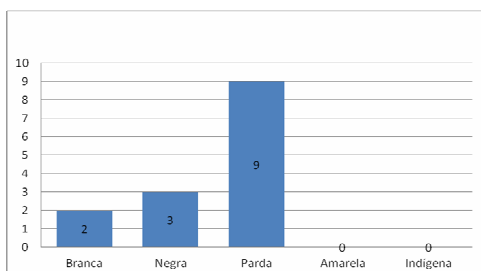
**Gráfico 6 - Estado Civil. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguare”**

Outro dado de grande importância elencado, corresponde à raça/etnia dos representantes das famílias; em que, 64% se auto declararam parda, 21% se auto declararam negras, 14% dessas pessoas se auto declararam brancas e 0% se auto declararam indígenas ou amarelas. Com as porcentagens encontradas, se deduz que a maioria das pessoas que acessam aos serviços e benefícios do CRAS, são pardas (ver gráfico 7).

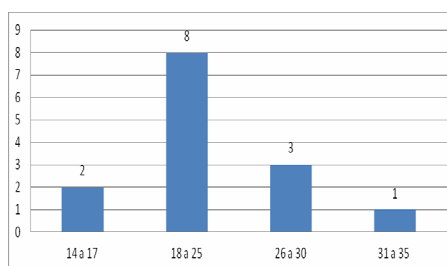
Quanto à faixa etária dos representantes das famílias acompanhadas, identificou-se que 14% das famílias têm seus representantes com idades entre quatorze (14) e dezessete (17) anos, 50% com idades entre dezoito (18) e vinte e cinco (25) anos; 21% com faixa etária entre vinte e seis (26) e trinta (30) anos e 7% com idades entre trinta e um (31) e trinta e cinco (35) anos, conforme os dados apresentados por meio do Gráfico 8. Essas faixas etárias correspondem às pessoas economicamente ativas, responsáveis por uma família, que deveriam estar inseridas no mercado de trabalho, no entanto, estão a depender de benefícios das instâncias nacionais.

Considerando o nível de escolaridade, temos que 72% dos representantes das famílias possuem ensino fundamental incompleto, 14% ensino fundamental completo, 7% ensino médio incompleto e apenas 7% possuem o ensino médio completo (ver gráfico 9). Compreende-se que a situação dessa população como uma síntese de múltiplas determinações, pois, ao passo que não conseguem avançar na escolaridade, traz implicações (dificuldades) de se inserirem no mercado de trabalho, considerando as atuais exigências desse mercado, principalmente, no que se refere ao nível educacional formal (YAZBECK, 2006).

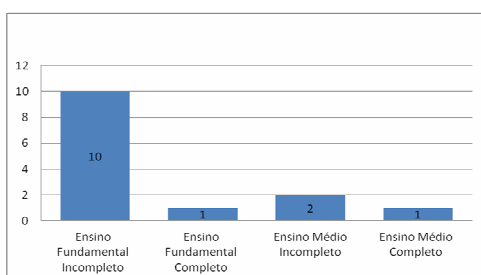
Sobre a situação ocupacional dos representantes familiares e explicita que 93% encontram-se desempregados, 7% encontram-se inseridos no mercado de trabalho via contrato temporário (ver gráfico 10).



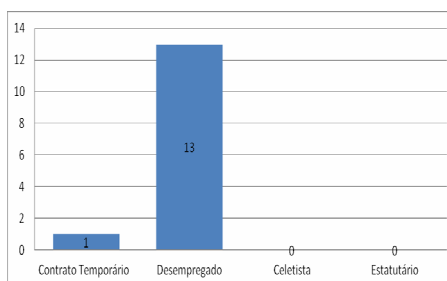
**Gráfico 7 - Raça/Cor. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS "Jaguaré"**



**Gráfico 8 - Faixa Etária. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS "Jaguaré"**



**Gráfico 9 - Escolaridade. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS "Jaguaré"**



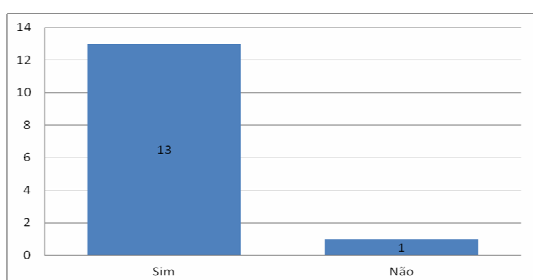
**Gráfico 10 - Situação Ocupacional. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS "Jaguaré"**

Assim, parcela expressiva das famílias participantes do estudo está desempregada, sobrevivendo da venda de biscates (informalidade<sup>12</sup>) ou por meio dos benefícios mínimos do Governo Federal. Ao mesmo tempo em que esse trabalhador não está inserido no mercado de trabalho, ou seja, não tem uma ocupação produtiva, também está sendo excluído do padrão de socialização dominante, inscrito pelo assalariamento (NETTO e BRAZ, 2007). Dentro da lógica capitalista de ideologia cidadão-consumidor, está sendo negado a ele o direito de exercer a sua cidadania.

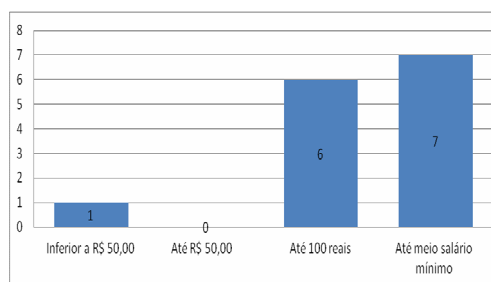
Destaca-se, também que 93% dos participantes do estudo (ver gráfico 11) já desenvolveram alguma atividade vinculada a agricultura, tal vinculação esta associada à característica econômica rural do município.

<sup>12</sup> A informalidade é composta por trabalhadores sem carteira, por conta-própria não-contribuintes, por trabalhadores não-remunerados, na produção de auto-consumo e na construção para uso próprio (RADAR SOCIAL, 2004).

Um agravante dessa situação percebe-se quando identifica-se a remuneração mensal desse trabalhador, pois 100% dos que trabalham recebem apenas até um salário mínimo, conforme dados apresentados no Gráfico 12. Será que um salário mínimo garante a esse trabalhador e a sua família condições dignas de vida e os mesmos conseguem dar respostas às necessidades básicas dessa família com esse mínimo? Pensa-se que não, por se tratar de um valor que não supre todas as necessidades básicas do cidadão, sendo assim, eles recorrem de fato à Assistência Social como uma forma de sobrevivência e de garantia dos mínimos sociais.



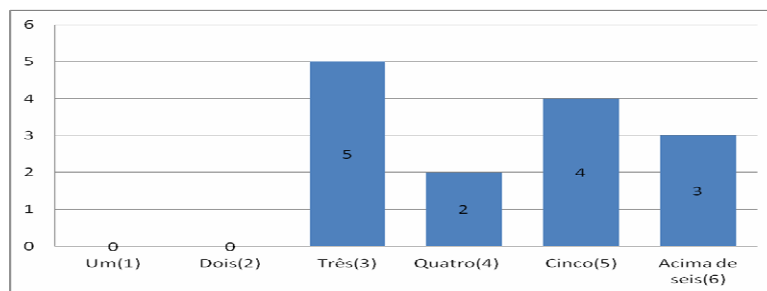
**Gráfico 12 – Realização de Atividade Rural.**  
**Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**



**Gráfico 11 - Remuneração Familiar.**  
**Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**

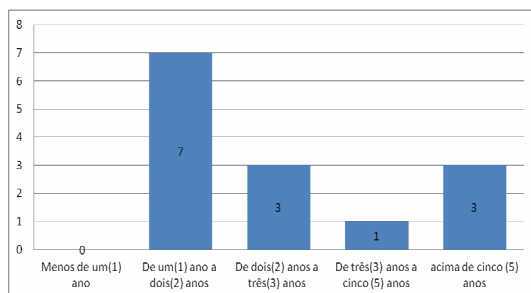
Pode-se notar que a maioria recebe menos de um salário mínimo oriundos de subempregos, do trabalho precarizado e também da inserção no mercado informal. Também foi observado, um número significativo daqueles que não possuem renda alguma e vivem apenas de benefícios assistenciais, sendo essa a única fonte de renda regular da família. A variável renda familiar vem simplesmente demonstrar a síntese de todas as demais análises já feitas e como elas estão co-relacionadas e do quão vulneráveis são essas famílias em relação a todas as circunstâncias que as rodeiam (NETTO e BRAZ, 2007).

No que tange o tamanho da família, em especial, o número de membros que residem sob o mesmo domicílio (ver gráfico 13), foi observado que 35,7% das famílias têm três (3) membros em sua composição familiar, as famílias compostas de 4 (quatro) a 5 (cinco) membros somam 42,7%, e um número expressivo de famílias, 21,4%, tem composição familiar superior à 6 (seis) pessoas. O que aponta o predomínio de famílias numerosas, uma vez que 64% possuem mais de 4 (quatro) membros no domicílio. Essa composição demográfica somada ao perfil de rendimento apresentado pelo grupo permite avaliar a gravidade das condições de pobreza do grupo atendido pelo CRAS “Jaguaré”.

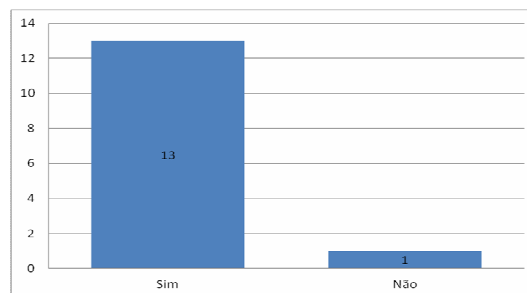


**Gráfico 13 - Membros da Família. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**

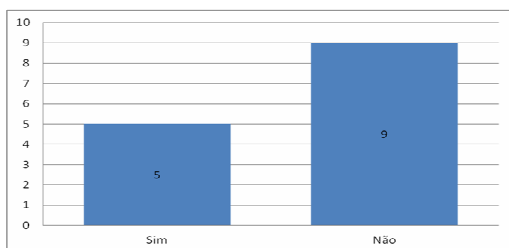
Considerando a vivência dos participantes da pesquisa no CRAS (famílias acompanhadas no CRAS), 100% destacaram que acessam os serviços disponibilizados pela instituição a mais de um (1) ano e 93% ressaltaram que nesse período perceberam mudanças em suas vidas familiares e comunitárias. No entanto, quando questionados sobre a percepção dos mesmos sobre a Política de Assistência Social, somente dois representantes elencaram que a compreendem como direitos sociais constitucionalmente garantidos, 85% a compreendem como uma “ajuda”. Quando questionados sobre a ciência da existência do instrumento de controle social, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), 35% ressaltaram que conhecem o CMAS. No entanto, somente 50%, dos que responderam que conhece, têm a percepção que o CMAS é importante no processo de planejamento/operacionalização da Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré/ES (ver gráficos 14, 15, 16, 17 respectivamente).



**Gráfico 14 - Período de Participação no CRAS. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**

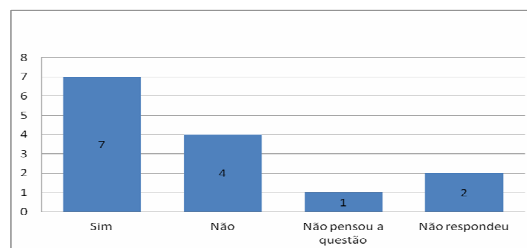


**Gráfico 15 - Percepção de Mudanças Familiares e Comunitárias com a Participação no CRAS. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**



**Gráfico 17 - Conhece o CMAS. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS**

Apesar dos avanços no âmbito das

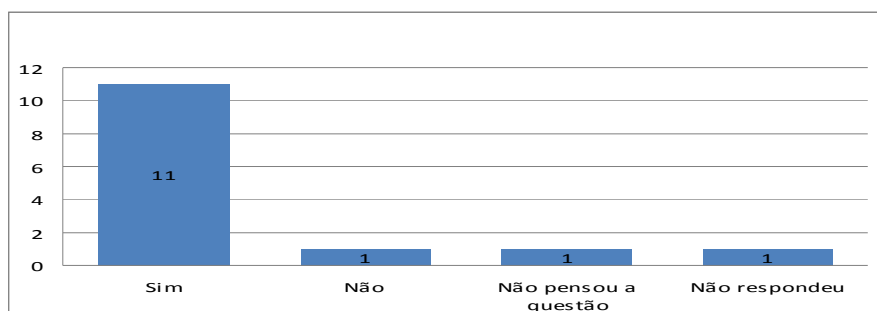


**Gráfico 16 - Necessidade do CMASJ para Jaguaré. Fonte: Famílias Acompanhadas pelo CRAS "Jaguare"**

Políticas Sociais; via promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a Assistência Social ganha status de política pública componente do tripé da Seguridade Social; a Política de Assistência Social continua sendo compreendida, por grande parcela da sociedade, como ação assistencialista, de ajuda ao próximo, como expressão de caridade ou solidariedade.

Essa "herança simbólica" impossibilita a percepção da Assistência Social como política de proteção social que tem como uns dos seus pilares a matricialidade sociofamiliar, a territorialização e a participação social como instrumentos de fomento ao controle social (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Considerando a percepção dos participantes da pesquisa (famílias acompanhadas pelo CRAS) sobre o Desenvolvimento Local, cinquenta e sete por cento (57%) destacaram que o compreende como Crescimento Econômico do Município e 78% dos participantes do estudo compreendem que a Assistência Social pode ser uma política que contribui para o Desenvolvimento Local, conforme dados apresentados por meio do Gráfico 18.



**Gráfico 18 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento Local. Fonte: Representantes das Famílias Acompanhadas pelo CRAS "Jaguare"**

Quando questionados sobre a característica econômica da municipalidade em estudo - rural - e a percepção dos participantes da pesquisa (famílias acompanhadas pelo CRAS) sobre o processo de municipalização da Assistência Social e sua contribuição com o



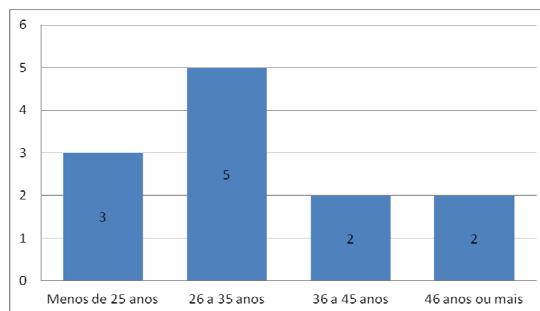
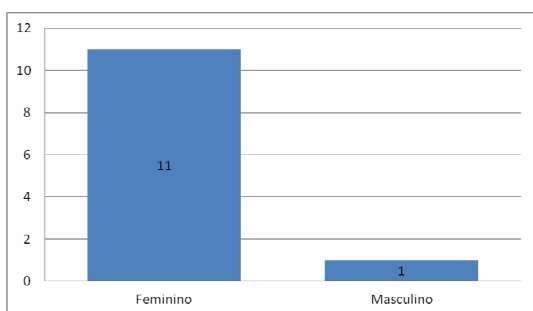
desenvolvimento de Jaguaré, onze participantes (78%) destacaram que esta política social pode contribuir com o desenvolvimento local. Destes 50% justificaram esta afirmativa, ressaltando que a Política de Assistência Social ajuda quem necessita (ver tabelas 3, 4 e 5 em anexo). Conforme, relatado no questionário de coleta de dados:

“Sim, porque as pessoas procuram ajuda na assistência e são ajudados.”  
(Representante das Famílias Acompanhadas pelo CRAS)<sup>13</sup>

Conforme os dados, acima apresentados, os representantes das famílias acompanhadas pelo CRAS têm a percepção de *Desenvolvimento Econômico Local*, concordamos com Sachs (2004) quando ressalta que tal ideário é reforçado pelo processo de globalização contemporâneo. Os representantes das famílias compreendem a Política de Assistência Social como um fator potencializador desse processo, tal percepção pode esta associada à compreensão dessa Política Social como, somente, política focalizada, de transferência de renda mínima monetária aos cidadãos que se encontram em situação de pobreza, em situação de vulnerabilidade social e não como “*Política Pública e direito de cidadania*” (PEREIRA, p.87, 2009) conforme garante a Constituição Cidadão de 1988.

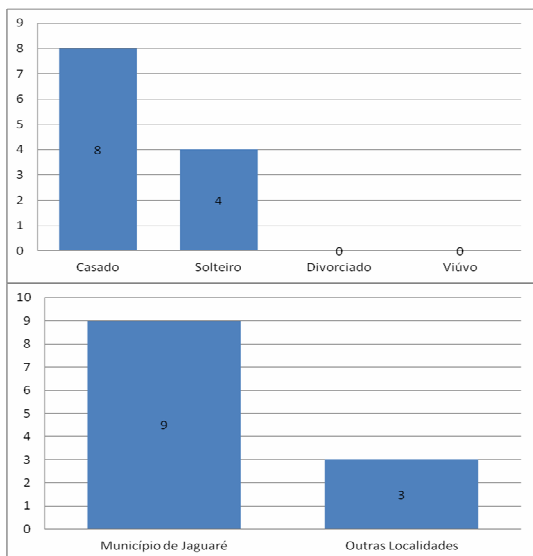
#### 4.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB O OLHAR DA EQUIPE TÉCNICA DO CRAS “JAGUARÉ”

Em face dos dados coletados, foi possível elencar o perfil dos profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS “Jaguaré”. A saber: mulheres (91,6%), casadas (66%), com faixa etária entre 26 e 46 anos (75%), residentes (75%) em sua maioria, na cidade de Jaguaré-ES (ver gráficos 19, 20, 21 e 22).



**Gráfico 19 – Sexo. Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”**

<sup>13</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 15 de maio de 2014.

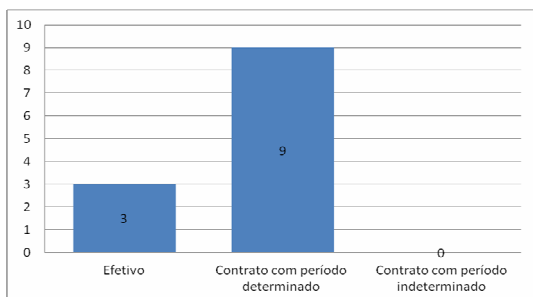


**Gráfico 21 - Estado Civil.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”

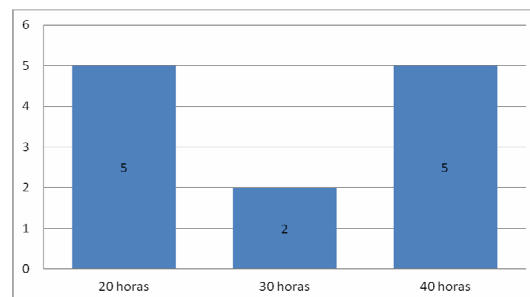
**Gráfico 20 - Faixa Etária.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”

**Gráfico 22 - Local de Residência.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”

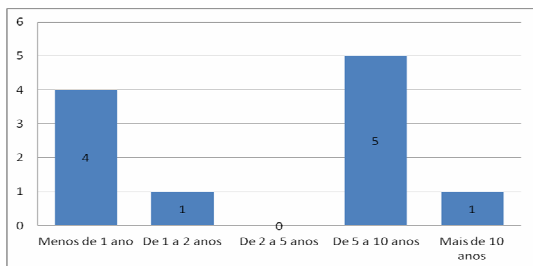
Detectou-se que 25% dos participantes do estudo atuam com vínculo empregatício efetivo; e 75% atuam com contrato de trabalho com tempo determinado, sendo que 41% têm carga horária de trabalho de 20 horas semanais, 18% carga horária de trabalho de 30 horas semanais e 41% atuam com carga horária de trabalho de 40 horas semanais. Ressalta-se que 45% têm até dois anos de atuação no município e 55% têm entre cinco e dez anos de atuação nessa municipalidade (ver gráficos 23, 24 e 25)



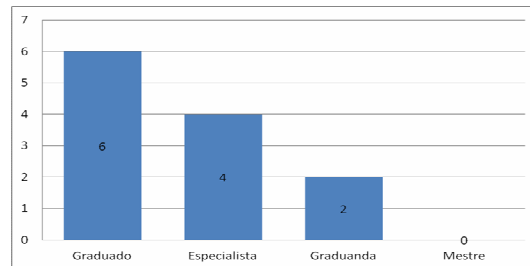
**Gráfico 23 - Vínculo Empregatício.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”



**Gráfico 24 - Carga Horária de Trabalho.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”



**Gráfico 25 - Período de Atuação no Município.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”



**Gráfico 26 - Qualificação Profissional.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguareé”

Considerando a qualificação profissional dos participantes do estudo 50% enfatizaram que têm a graduação como qualificação profissional, 33% a especialização e 17% graduandos – estagiários (ver gráfico 26).

Esses dados levam a apreensão das reflexões desenvolvidas por Yamamoto e Carvalho (2005) e Netto e Braz (2007) ao explicitarem sobre a reestruturação produtiva e os reflexos no mercado de trabalho a todas as categorias profissionais.

Compreende-se que o modo de produção capitalista é um sistema de mercado baseado em vários princípios, como: a propriedade privada dos meios de produção, a transformação das forças de trabalho em mercadoria, a acumulação do capital e a livre concorrência. Tendo como principal consequência a “exploração do homem pelo homem”.

Exploração essa que se intensificou no capitalismo contemporâneo, no qual o mundo do trabalho está imerso numa crise que afeta diretamente a classe trabalhadora, refletindo o enorme descaso do capital pela classe na qual sua única mercadoria é à força de trabalho. Esse descaso reflete-se a partir da expansão do desemprego e da ampliação expressiva de trabalhadores que não conseguem se inserir/reinserir no mercado de trabalho. Esse aumento do desemprego associado ao Estado mínimo (principalmente, quando se enfatiza a redução de suas responsabilidades na implantação e manutenção de direitos e serviços sociais) “faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à vida” (IAMAMOTO, 2007, p.87).

Os profissionais que atuam na operacionalização da PMAS, em especial no município de Jaguaré, são trabalhadores e vivenciam esta realidade que afeta a classe social que tem como sua única propriedade a força de trabalho. Esses profissionais atuam com o objetivo de garantir direitos constitucionalmente garantidos, porém enquanto trabalhadores sofrem os impactos da polivalência, terceirização, subcontratação, queda dos salários, trabalhos temporários, desemprego, etc.

Quanto à compreensão dos membros da equipe técnica, participantes do estudo, sobre Assistência Social, todos a compreendem como Política Pública destinada a quem dela necessitar (ver tabelas 7 e 10 em anexo), porém dois técnicos destacaram, via relatado

no questionário de coleta de dados, os desafios que esta Política Pública vivencia no seu processo de operacionalização, a saber:

*“Uma Política Pública que concebe o indivíduo como um sujeito de direitos, como uma pessoa digna de atenção, proteção. Uma política que está no meio de todas as políticas públicas, por isso muitas vezes se perde em suas ações e não consegue se impor enquanto ação de tão grande magnitude. Uma política sucateada por diversos interesses. A Assistência Social é nobre em sua ideologia, em sua missão. Porém muito pobre em sua Ação.” (Técnico da CRAS)<sup>14</sup>*

*“A assistência Social ainda é muito frágil e, infelizmente, muito permeada pela prática do clientelismo. É um grande desafio fomentar ações genuinamente socioassistenciais.” (Técnico da CRAS)<sup>15</sup>*

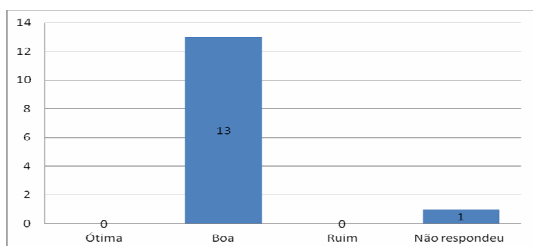
Tais desafios podem ser consequência dos primórdios dessa Política Social que inicialmente foi tratada como questão de polícia, posteriormente como ação de filantropia e benemerência. Hoje, com já exposto, a Assistência Social tem status de Política Pública, possibilitando a ampliação de direitos, constituindo-se um marco de referência no sentido de assegurar direitos individuais e coletivos e sociais. Destaca-se ainda que a não participação efetiva dos cidadãos no processo de planejamento e fiscalização dessa política pública, também, contribui para a manutenção desse estigma. Assim, apesar deste avanço, a Assistência Social ainda sofre os efeitos desse perverso passado.

Considerando a percepção da equipe sobre a Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré, 91% dos técnicos do CRAS avaliaram a Política Municipal de Assistência Social como boa. Destacaram os programas/projetos sociais Grupo Alegria, CRAS (PAIF), Projeto Bem Viver, Casas Lar e Bolsa Família respectivamente como os mais significativos para os usuários. Noventa e um por cento (91%) consideram que a municipalização da Assistência Social em Jaguaré foi positiva. Ressaltando a operacionalização e o processo de municipalização da Assistência Social, 91% enfatizaram que contribuiu para a democratização das relações do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil (ver gráficos 27, 28, 29 e 30 respectivamente).

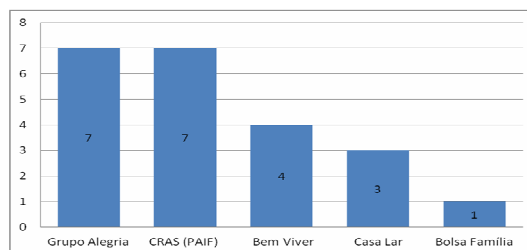
---

<sup>14</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

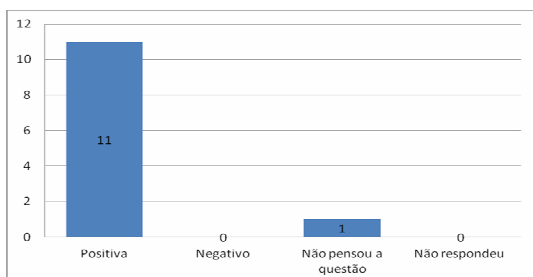
<sup>15</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.



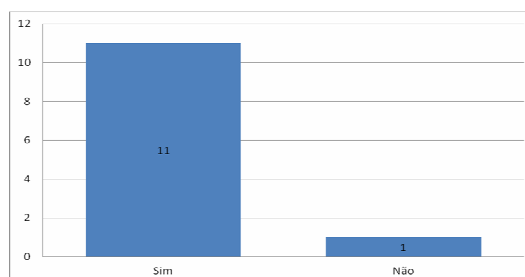
**Gráfico 27 - Avaliação da PMAS de Jaguaré.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”



**Gráfico 28 - Projetos Sociais Municipais Significativos.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”



**Gráfico 29 - Processo de Municipalização da Assistência Social em Jaguaré.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”



**Gráfico 30 - A municipalização da Assistência Social e sua contribuição para a democratização das relações entre o Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil.** Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”

Tal compreensão sobre o processo de municipalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) justifica-se, pois a PNAS que regulamenta o SUAS, evidencia a importância de se levar em conta a “(...) realidade local, regional, o porte, a capacidade gerencial e de arrecadação dos municípios, e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, introduzindo o geoprocessamento como ferramenta da Assistência Social” (BRASIL, 2004, p. 40).

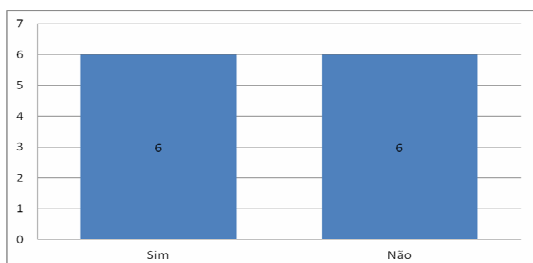
O SUAS traduziu a Política de Assistência Social, como alicerçadora de direitos, através de uma estrutura político administrativa ressaltando a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao desenho do papel da escala territorial, da organização dos serviços socioassistenciais e de seu respectivo co-financiamento, implantou uma nova lógica de organização das ações socioassistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização. (BRASIL, 2004).

A gestão da PMAS baseada no processo de descentralização, territorialização e participação social possibilita que a operacionalização dessa Política seja pautada no enfrentamento das necessidades básicas locais e no fomento do desenvolvimento

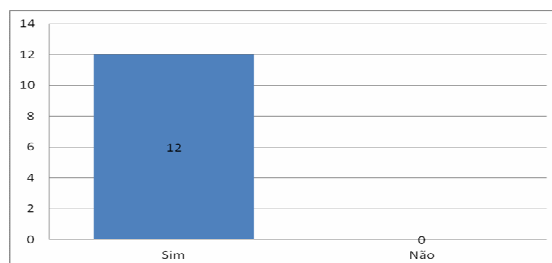
municipal. Para tanto é necessário o conhecimento da realidade local, para que as intervenções desenvolvidas, pela gestão da PMAS, contemplem as reais demandas da comunidade, porém ressalta-se que operacionalização da Política Municipal de Assistência Social, deve pautar-se em ações planejadas que viabilizem a publicização, a eficiência, efetividade e eficácia dessa política.

Concorda-se com PERES (2009, p. 89) ao enfatizar que a “efetivação da gestão proposta pelo SUAS, compreende gestores municipais da política de Assistência Social atuando a partir de planejamento, considerando a realidade socioeconômica e cultural da população urbana e rural.”

Quando questionados sobre a necessidade do Conselho Municipal de Assistência Social cem por cento (100%) consideram que este instrumento de controle social é importante para municipalidade, 100% compreendem que o CMAS constitui espaço de aprofundamento da democracia e 50% consideram o CMAS um espaço eficaz, mas com muitos entraves. Setenta e cinco por cento ponderaram que a população não conhece o CMAS e o seu trabalho, 50% dos participantes informaram que não conhecem o CMAS (ver gráficos 31, 32, 33 e 34).



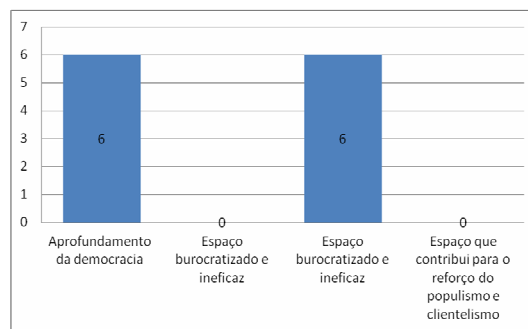
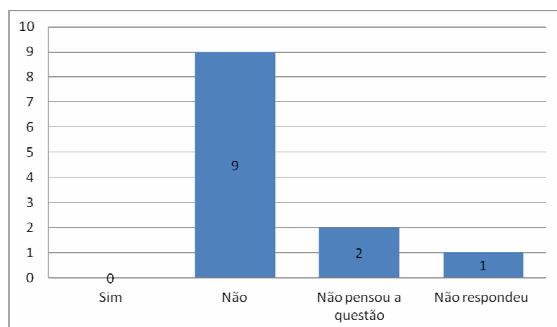
**Gráfico 31 – Conhecimento da existência do Conselho Municipal de Assistência Social. Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”**



**Gráfico 32 – Necessidade do CMAS para Jaguaré. Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”**

**Gráfico 33 - O CMAS. Fonte: Equipe**

### Técnica do CRAS “Jaguaré”



**Gráfico 34 - O CMAS e o seu trabalho: Sobre o Olhar da população. Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”**

Considerando as percepções sobre controle social, apresentadas pelos participantes do estudo, ressalta-se que a Constituição de 1988 estabelece como critério para as políticas públicas, a participação popular ou controle social, como um mecanismo de efetivação da participação da sociedade civil no processo de gestão político administrativo, financeiro e técnico-operativo, com caráter democrático e descentralizado.

Nesse sentido, estes espaços são fundamentais ao passo que buscam de fato a efetivação da assistência como direito. A Política de Assistência Social ratifica estes espaços de controle social, pois se mostram como lugares para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias e seus membros e indivíduos mais empobrecidos e excluídos da sociedade. Eles se constituem como instrumento fundamental para o enfrentamento da discriminação e da subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. (BRASIL, 2004). No entanto, este instrumento têm muitos desafios a superar, como o cumprimento de suas competências e a efetiva participação cidadã, a fim de efetivar-se como real instrumento de controle social.

Considerando a Política de Assistência Social e sua contribuição para o desenvolvimento local, os participantes do estudo foram questionados sobre suas percepções a respeito da definição de desenvolvimento local (ver tabela 8 em anexo).

Com base neste questionamento dois técnicos destacaram que compreendem o desenvolvimento local associado ao desenvolvimento econômico somente, como exemplifica os relatos apresentados no questionário de coleta de dados, listados abaixo:

“É quando o gestor busca através de ações sanar os problemas sociais, como vem acontecendo no município, onde estão sendo oferecidos cursos através do PRONATEC para profissionalizar os munícipes para que a demanda de mão de obra seja suprimida nas futuras empresas que serão instaladas aqui”. (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>16</sup>

"Mover" a comunidade em prol de melhorias econômicas, "fazendo" com que a população busque emancipar-se. (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>17</sup>

Dez técnicos destacaram que compreendem desenvolvimento local a partir de múltiplas dimensões - econômica, social, cultural – que são estimuladas, potencializadas com base nas especificidades de cada localidade, como exemplifica os relatos apresentados no questionário de coleta de dados, listados a seguir:

*“Desenvolvimento dos setores pensando nas demandas do município, e nas causas das mesmas, buscando intervir no geral. Caso contrário às ações dos municípios serão meramente, para trabalhar os problemas existentes, frutos de questões econômicas, sociais e culturais. Os setores: saúde, educação, social não se unem em prol do município, atuam de forma descentralizada.”* (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>18</sup>

*“Desenvolvimento local consiste no desenvolvimento de uma cidade em todos os seus aspectos (sociais, econômicos, culturais, políticos, entre outros) a partir da utilização das potencialidades do próprio município.”* (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>19</sup>

Essa compreensão de desenvolvimento local é defendida por Sanches (2004, p.31) quando destaca que,

O desenvolvimento Local é um modelo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores – econômico, social, cultural, ambiental- para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada.

Nesse complexo contexto, concorda-se com Bassi e Silva (2012) e Franco (2001) ao destacarem que o fortalecimento do Estado Brasileiro Democrático necessita de gestão governamental e políticas públicas que possibilitem a inclusão da população como cidadãos portadores de direitos e deveres e que podem colaborar com o fomento do

<sup>16</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

<sup>17</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

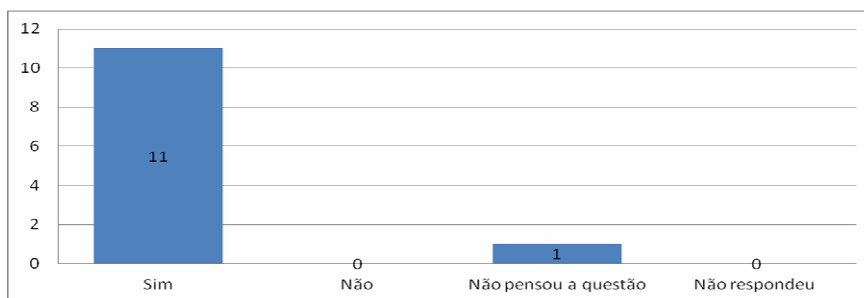
<sup>18</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

<sup>19</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.



desenvolvimento local mediante a elaboração de ações que busquem a transformação da realidade local.

O gráfico abaixo apresentado explicita que 91% dos participantes do estudo, compreendem que a Assistência Social pode ser uma política que contribui para o Desenvolvimento Local.



**Gráfico 35 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento. Fonte: Equipe Técnica do CRAS “Jaguaré”**

Quando questionados sobre a característica econômica essencialmente agrícola da municipalidade em estudo e a percepção dos mesmos sobre a contribuição do processo de municipalização da Assistência Social para o desenvolvimento de Jaguaré, onze membros da equipe técnica (98%) destacaram que esta política social pode contribuir com o desenvolvimento local e justificaram esta afirmativa, ao enfatizarem que esta Política por dispor de características como a territorialização e descentralização, possibilita aos municípios direcionar suas ações ao atendimento das especificidades apresentadas pelos usuários, sejam os residentes na cidade ou no campo (ver tabela 9 em anexo).

Conforme, exemplifica os relatos apresentados no questionário de coleta de dados expostos abaixo:

“É importante, pois o município direciona "melhor" os recursos federais/estaduais investindo de forma mais eficaz nas carências existentes”. (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>20</sup>

“Auxilia, uma vez que as pessoas que trabalham no meio rural nem sempre tem o mínimo necessário para viver, a assistência permite levar desenvolvimento para as famílias necessitadas.” (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

<sup>21</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

“Sim. Desde que a municipalização da Política de Assistência também atinja a população rural, contribuindo no enfrentamento das expressões da questão social encontradas bem como no campo, bem como na cidade.” (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>22</sup>

Um dos participantes do estudo destacou (no questionário de coleta de dados) que a PMAS contribui com o desenvolvimento local e fez questão de enfatizar a necessidade dessa política ser tratada pela gestão municipal como política pública e não como política eleitoreira ou política secundária, para a efetivação dessa contribuição.

*“Sim. Se a política for pensada em conjunto com os demais setores de gestão, mas avalio como importante, como ferramenta que permite atender as demandas locais, mas deve-se pensar no âmbito geral para que a mesma não funcione como ações eleitoreiras, ou então usadas para apagar incêndios.” (Técnico do CRAS “Jaguaré”)<sup>23</sup>*

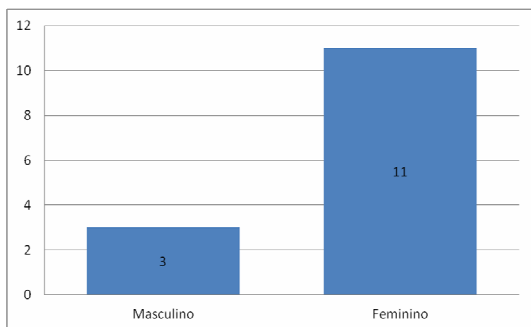
O SUAS, evidencia a importância de se levar em conta a “(...) realidade local, regional, o porte, a capacidade gerencial e de arrecadação dos municípios, e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, introduzindo o geoprocessamento como ferramenta da Assistência Social” (BRASIL, 2004, p. 40). Tendo como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos. No entanto, concorda-se com Silva e Bassi (2012) ao enfatizarem que a almejada efetividade das políticas públicas, só será efetivada se o governo tiver como característica a capacidade de governança e a sociedade civil as características de capacidade de interação e integração em todo ciclo das políticas públicas (planejamento-operacionalização-avaliação).

#### 4.4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB O OLHAR DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ-ES

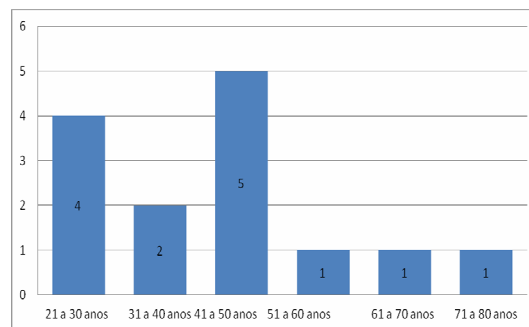
Dos dezesseis membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMASJ) de Jaguaré catorze, uma amostra de oitenta e sete por cento (87%), participaram do estudo. Dentre os dados elencados destaca-se que setenta e oito por cento (78%) dos participantes são do sexo feminino, setenta e oito por cento (78%) têm faixa etária de 21 anos a 50 anos e sessenta e quatro por cento (64%) são casados (ver gráficos 36, 37 e 38).

<sup>22</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.

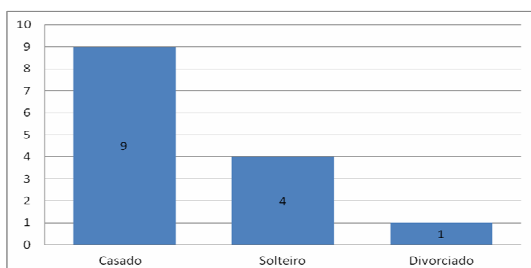
<sup>23</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 12 de maio de 2014.



**Gráfico 36 - Gênero. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**

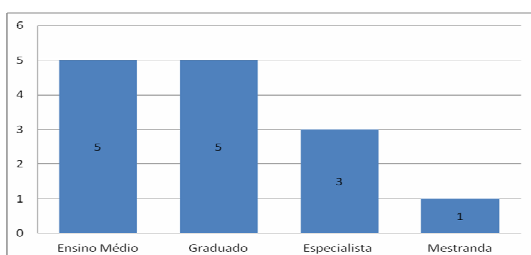


**Gráfico 37 - Faixa Etária. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**

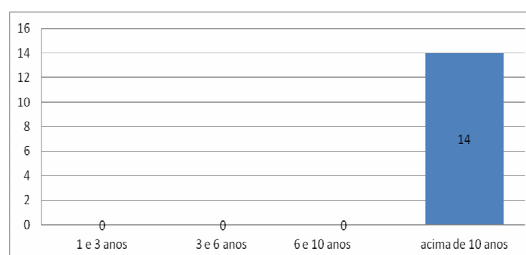


**Gráfico 38 - Estado Civil. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**

Considerando a qualificação dos membros do CMASJ participantes do estudo, enfatiza-se que 35,7% dispõem como qualificação profissional o ensino médio, 35,7% a graduação, 21,4% a especialização e 7,1% estão cursando o mestrado (ver gráfico 39). Os catorze pesquisados (100%) informaram que residem na cidade de Jaguaré a mais de dez anos, conforme explicita os dados apresentados no gráfico 40.



**Gráfico 39 - Qualificação Profissional. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**



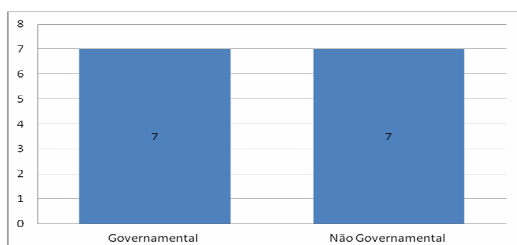
**Gráfico 40 - Período de Residência no Município. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**

Tais dados demonstram que o perfil dos membros do CMASJ é constituído por mulheres em idade economicamente produtiva, com qualificação profissional e que residem no município em estudo a mais de dez anos. Tais características possibilita destacar que o grau de instrução dos membros do conselho associado ao período de residência dos mesmos nesta municipalidade, consiste em fatores positivos para o fortalecimento do debate, em especial nas questões relacionadas ao orçamento, à legislação e as especificidades vivenciadas pelo município de Jaguaré.

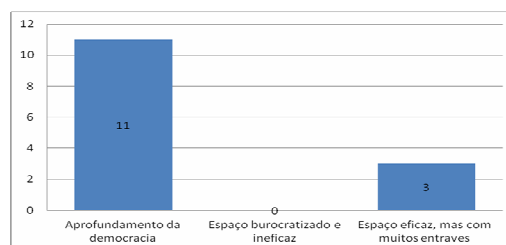
Dos participantes do estudo, cinquenta por cento (50%) declararam representar nesse espaço de controle social o Poder Público e cinquenta por cento (50%) a sociedade civil (ver gráfico 41). Quanto à composição do CMAS, o SUAS destaca como condicionalidade para operacionalização o respeito à paridade, ou seja, igual número de representantes da área governamental e não governamental.

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) (BRASIL, 2005). A participação paritária nesses espaços tem como finalidade a garantia da representação de todos os segmentos da sociedade nas discussões/debates/deliberações sobre a Política Municipal de Assistência Social.

Os membros do CMASJ destacaram, ainda, que consideram o CMAS um espaço de aprofundamento da democracia (78,5%); 21,4% como espaço eficaz, mas com muitos entraves e 0% como um espaço burocratizado e ineficaz (ver gráfico 42).



**Gráfico 42 - Percepção sobre o CMAS.**  
Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré



**Gráfico 41 - Representação no CMAS.**  
Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré

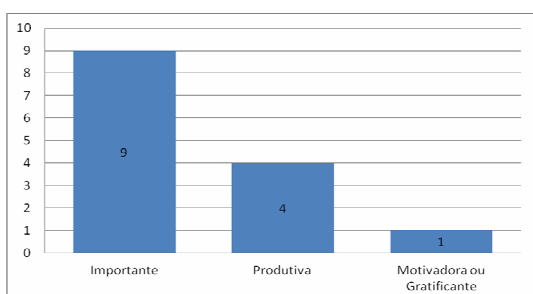
Um dos principais desafios para o efetivo reconhecimento dos conselhos como espaços de controle social é a concretização de suas ações na busca da efetivação dos direitos sociais, a promoção da construção/fortalecimento da esfera pública para aparecimento e a visibilidade dos interesses da sociedade e contribuição com a emancipação dos sujeitos sociais por meio da qualificação para a defesa dos direitos civis, culturais, sociais e políticos. Na busca do reconhecimento do direito de todos de participarem da vida pública.

O SUAS ratifica este desafio ao enfatizar que,

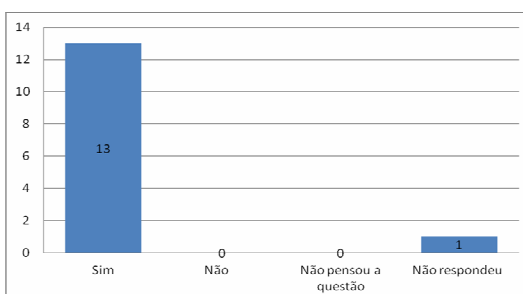
(...) O CNAS, instituído pela LOAS, e os Conselhos das demais esferas, tratados na referida Lei e instituídos por legislação específica, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. São vinculados ao Poder Executivo e a sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, que lhes dá apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento (BRASIL, 2005, p.30).

Sessenta e quatro por cento (64%) ressaltaram que compreendem como importante a participação dos mesmos nas Reuniões do Conselho; vinte e oito por cento (28%) avaliaram a participação dos mesmos nas reuniões como produtiva; sete por cento (7%) como motivadora ou gratificante e zero por cento avaliaram como cansativa (ver gráfico 43).

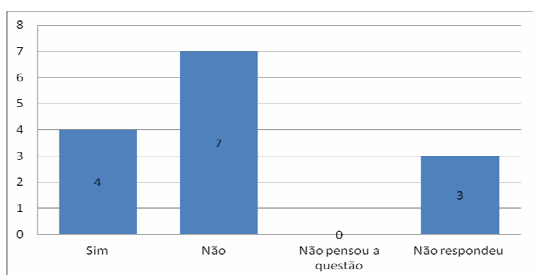
Noventa e dois por cento (92%) destacaram, ainda, que CMASJ é necessário para a cidade. No entanto, cinquenta por cento (50%) enfatizaram que acreditam que a população não conhece o CMASJ e o seu trabalho (ver gráficos 44 e 45).



**Gráfico 43 - Percepção sobre a participação nas reuniões do CMAS. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**



**Gráfico 44 - Percepção sobre a necessidade do CMAS. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**



**Gráfico 45 - O conhecimento do CMAS pela Sociedade. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**

A participação popular nos espaços institucionais de garantia de direitos tornou-se essencial e condicionalidade para a operacionalização e financiamento das políticas

públicas. Considerando os relatos dos participantes do estudo, esses têm ciência da importância de suas participações no CMASJ. No entanto, destacaram acreditar que a sociedade jaguareense desconhece a atuação do conselho, sendo um desafio a ser superado pelas gestões desses espaços, pois compreende-se que o apoio de toda comunidade no processo de democratização e reivindicações de direitos é um mecanismo fundamental para garantir o redirecionamento das políticas públicas conforme as demandas locais.

Os participantes do estudo expuseram a suas percepções/compreensão sobre a Política de Assistência Social (ver tabela 11 em anexo), conforme os relatos no questionário de coleta de dados apresentados abaixo:

“Assistência Social na verdade trata-se de uma ação onde são colocadas as problemáticas para assim as políticas de assistência sejam desenvolvidas.” (Membro do CMAS)<sup>24</sup>

“É um serviço para o cidadão que visa alcançar o desenvolvimento e garantir o direito a dignidade humana.” (Membro do CMAS)<sup>25</sup>

“Espaço de emancipação do sujeito.” (Membro do CMAS)<sup>26</sup>

“São serviços prestados a população que necessitam.” (Membro do CMAS)<sup>27</sup>

“Ação que cuida das pessoas com problemas pessoais.” (Membro do CMAS)<sup>28</sup>

“Centro referencial para os moradores da cidade, onde encontram diversos tipos de ajuda.” (Membro do CMAS)<sup>29</sup>

Conforme demonstram os relatos apresentados a maioria dos participantes da pesquisa tem a percepção da PMAS como política pública “pobre destinada para pobres”. Tal percepção constitui-se numa demanda que deve ser trabalhada com a finalidade de superação tal compreensão, pois como já exposto é competência desse conselho de direito formular e controlar a execução da PMAS em Jaguaré. Desta forma, para o fortalecimento da PMAS é necessário o fomento de ações que busquem uma

---

<sup>24</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>25</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>26</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>27</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

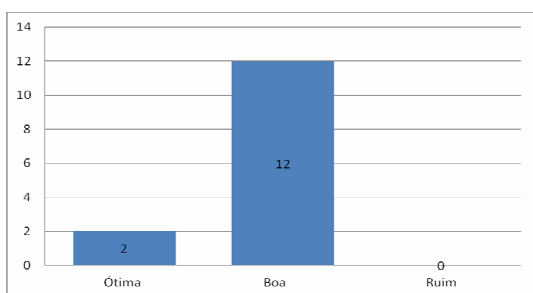
<sup>28</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>29</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

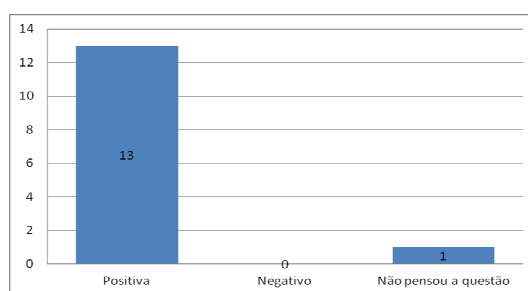
intervenção balizada pelos princípios dessa política pública e a superação/fragilização do fetiche que vigora no modo de produção contemporâneo (SANTOS, 2009).

Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, também, avaliaram a Política Municipal de Assistência Social (PMAS) de Jaguaré. Assim, 14,2% avaliaram a PMAS como ótima; 85,8% como boa e 0% ruim (ver gráfico 46). Destacaram os programas/projetos sociais Incluir, CRAS (PAIF), Projeto Bem Viver, Grupo Alegria e Casa Lar respectivamente como os mais significativos para os usuários. Noventa e dois por cento (92%) consideram que a municipalização da Assistência Social em Jaguaré foi positiva (ver gráfico 47).

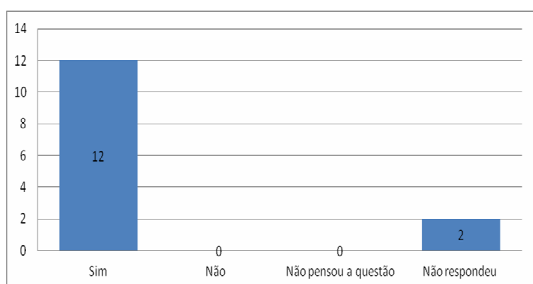
Ressaltando a operacionalização e o processo de municipalização da Assistência Social, 100% enfatizaram que contribui para a democratização das relações entre o Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil (ver gráficos 48 e 49).



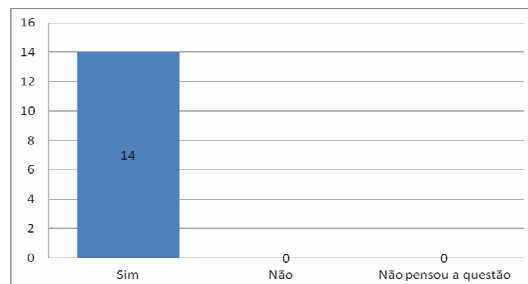
**Gráfico 46 - Avaliação da PMAS de Jaguaré. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**



**Gráfico 47 - Avaliação do Processo de Municipalização da PNAS. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**



**Gráfico 48 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**



**Gráfico 49 - A municipalização da Assistência Social e sua contribuição para a democratização das relações entre o Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil. Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré**

Conforme os dados apresentados acima, os membros do CMASJ compreendem como importante o processo de municipalização da PNAS para o fortalecimento desta política social no âmbito municipal.

A regulamentação da Assistência Social pela LOAS e sua materialização pelo SUAS dispõe aos municípios do status de gestão técnica e operacional do Sistema Municipal de Assistência Social. Os Conselhos Municipais de Assistência Social, nesse panorama, não deve restringir-se apenas ao cumprimento de uma legislação social. Deve direcionar sua atuação buscando o fortalecimento do processo de municipalização da assistência social, estabelecendo-se como espaços de defesa de direitos. No entanto, conforme os relatos apresentados pelos membros do CMASJ participantes do estudo, este é um ideal que deve ser incentivado/alcançado pela instância municipal objeto dessa pesquisa.

Considerando a Política de Assistência Social e sua contribuição para o desenvolvimento local, os participantes do estudo foram questionados sobre a compreensão de desenvolvimento local. Com base nesse questionamento, destaca-se que 80% dos participantes do estudo, responderam que compreendem Desenvolvimento Local como o desenvolvimento que vai além do viés econômico, contemplando os pilares da educação, saúde, assistência social, dentre outros. Vinte por cento (20%) destacaram que compreendem o desenvolvimento local associado, somente ao desenvolvimento econômico (ver tabela 12 em anexo), como exemplifica os relatos apresentados no questionário de coleta de dados, listados abaixo:

“Desenvolvimento local na verdade é o fato do município esta crescendo e com ele cresce também os problemas e as políticas de assistência também devem acompanhar esse crescimento.” (Membro do CMAS)<sup>30</sup>

“Desenvolvimento Local é quando a comunidade, órgãos governamentais e não governamentais desenvolvem políticas eficazes para o desenvolvimento dos cidadãos nas suas necessidades e com qualidade de vida.” (Membro do CMAS)

“São Melhorias.” (Membro do CMAS)<sup>31</sup>

“Compreendo como desenvolvimento local quando a sociedade como um todo tem espaço de reivindicar seus direitos e colaborar para que o assunto vire realidade.” (Membro do CMAS)<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>31</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>32</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.



“Quando uma comunidade tem uma melhor qualidade de vida, em todos os níveis: educação, emprego, saúde.” (Membro do CMAS)<sup>33</sup>

O gráfico abaixo apresentado explicita que 100% dos participantes do estudo, compreendem que a Assistência Social pode ser uma política que contribui para o Desenvolvimento Local.

Quando questionados sobre a característica econômica essencialmente agrícola da municipalidade em estudo e a percepção dos mesmos sobre a contribuição do processo de municipalização da Assistência Social para o desenvolvimento de Jaguaré, oitenta e cinco por cento (85%) dos membros do CMAS destacaram que esta política social pode contribuir com o desenvolvimento local e justificaram esta afirmativa, ao ressaltarem que a Política que Assistência pode ajudar/apoiar os cidadãos quando necessário for.

Dois membros do Conselho enfatizaram que esta é uma política contribui com o desenvolvimento local, porém tal auxílio é parcial em decorrência dos desafios vivenciados pela PMAS em seu processo de operacionalização (como o desafio de realmente ser compreendida como política de direito), necessitando assim ser fortalecida (ver tabela 13 em anexo). Conforme, exemplifica os relatos apresentados no questionário de dados listados a seguir:

*“Sim, ajuda e poderia ajudar mais, implantando novos projetos com este objetivo.” (Membro do CMAS)<sup>34</sup>*

*“Sim, pois o serviço "prestado" visa melhorar a qualidade de vida da população, melhorando isso, automaticamente o município será bem desenvolvido. Exemplos: pessoas com casas para morarem, atendimento médico com qualidade...” (Membro do CMAS)<sup>35</sup>*

*“Sim, abrindo espaço para as famílias participarem de cursos, palestras e outros auxiliando seu crescimento enquanto cidadão na sociedade.” (Membro do CMAS)<sup>36</sup>*

*“Pouco, pois a política em Jaguaré é bastante complexa, não dando muito espaço a certas questões sociais.” (Membro do CMAS)<sup>37</sup>*

Considerando os dados apresentados sobre a percepção dos membros do CMASJ, participantes do estudo, ressalta-se que o processo de municipalização da Política de

<sup>33</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>34</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>35</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>36</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

<sup>37</sup> Dados da Pesquisa: Pesquisa de Campo realizada no CRAS “Jaguaré” em 29 de maio de 2014.

Assistência Social fortaleceu a operacionalização dessa política no município em estudo e que esse processo contribui para o desenvolvimento de Jaguaré, mas este desenvolvimento, na maioria das vezes, está associado ao desenvolvimento econômico apenas. No entanto, destaca-se o relato de um dos participantes do estudo ao enfatizar que a PMAS contribui pouco com o real desenvolvimento local almejado em decorrência da gestão municipal apresentar fragilidades.

Assim, tendo como base o processo de desenvolvimento, não pode-se desconsiderar que as demandas vivenciadas pela gestão pública municipal influenciam na efetividade da PMAS, concordamos com Sachs (2008, p. 38) ao enfatizar que a transformação de uma dada realidade, na qual há vigência de desigualdades sociais, só será viável quando os cidadãos vivenciarem um desenvolvimento incluyente, mediante a garantia “do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos (...). No entanto, existe uma grande distância entre a democracia representativa e a democracia direta, que cria melhores condições para o debate dos assuntos de interesse público”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação não tem a pretensão de interferir nas rotinas institucionais do CMASJ e do CRAS “Jaguaré”, tampouco na autonomia dos profissionais membros do corpo técnico destes espaços e dos usuários da Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré.

Tem por intento fomentar discussões que orientem e favoreçam a adoção de procedimentos qualificados para atender às demandas administrativas, dos servidores e dos conselheiros, bem como potencializar a ação de cada um dos atores envolvidos no processo de operacionalização da Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré.

Neste sentido, o presente documento tem por função fomentar um processo de reflexão-ação entre todos os atores responsáveis pela operacionalização da PMAS de Jaguaré tendo como embasamento as intervenções/execução dessa recente política pública e suas contribuições ao desenvolvimento local.

Para alcançar os objetivos do estudo procurou-se, primeiramente, contextualizar o processo de redefinição dos métodos de desenvolvimento do meio rural no Brasil e suas consequências a classe trabalhadora. Essa contextualização auxiliou compreender que o cenário rural brasileiro está caracterizado pela concentração de terras nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que têm grande parcela da população (principalmente a residente em municípios que tem como principal fonte de renda a agricultura) penalizada pelos mecanismos da exclusão social, instauradas no Brasil desde o século XIX.

Com o intuito de problematizar os objetivos esse estudo buscou-se, também, conhecer os sujeitos integrantes dessa pesquisa e, em seguida, a compreensão dos mesmos sobre a Política de Assistência Social e suas contribuições ao Desenvolvimento Local Rural.

A pesquisa possibilitou verificar quantitativo significativo de técnicos que atuam no CRAS “Jaguaré” com vínculo empregatício via contrato de trabalho com tempo determinado, tal especificidade pode contribuir com a descontinuidade das ações

realizadas pelo CRAS, em decorrência da substituição constante de profissionais nesta organização pública.

O estudo permitiu constatar que a operacionalização da Assistência Social está imersa em um conjunto de contradições que influenciam sua institucionalização como Política Pública, direito do cidadão e dever do Estado. Os participantes do estudo, em sua maioria, compreendem a PMAS como uma ação de benemerência e filantropia, política focalizada, de transferência de renda mínima monetária aos cidadãos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Compreendem, ainda, que o Conselho Municipal de Assistência Social de Jaguaré, espaço de controle social constitucionalmente garantido, tem muitos desafios a superar, pois tal espaço necessita ser formalizado como instrumento de participação social democrática, não como o cumprimento de simples requisito para repasse dos recursos para a execução da Política de Assistência Social.

É necessário considerar as especificidades, particularidades e capacidades de cada município de implementar esse espaço controle social, não pode-se desconsiderar que, principalmente os municípios localizados no meio rural convivem, mais fortemente, com o conservadorismo político, característica que influencia no planejamento, execução e fiscalização da Assistência Social. No entanto, considerando que os Conselhos são conquistas dos movimentos sociais, que se mostraram protagonistas na década de 1980, esses devem ser reforçados e politizados. Necessitando, assim, do fomento de estratégias que possibilitem o seu fortalecimento contínuo.

A partir da percepção dos atores participantes do estudo, identificou-se a existência da compreensão de Desenvolvimento Local associado ao *Crescimento Econômico* e que a Assistência Social pode ser um instrumento de fomento desse Desenvolvimento. Tal percepção pode esta associada ao entendimento da Política de Assistência Social como política focalizada, de transferência de renda mínima. Esse ideário é reforçado pelo processo de globalização capitalista contemporâneo (SACHS, 2004).

Não pode-se deixar de elencar alguns avanços na concepção da PNAS em especial no município em estudo: 1) a estrutura político administrativa ressaltando a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao desenho do papel da escala

territorial, da organização dos serviços sócio-assistenciais e de seu respectivo co-financiamento; 2) a participação da sociedade civil no processo de gestão político administrativo, financeiro e técnico-operativo, com caráter democrático e descentralizado.; 3) A regulamentação da Assistência Social pela LOAS e sua materializada pelo SUAS que dispõe aos municípios o status de gestão técnica e operacional do Sistema Municipal de Assistência Social; 4) a operacionalização dos serviços a partir da territorialização, tornando a Assistência Social mais próxima aos usuários e facilitando o acesso aos serviços.

Como desafios à operacionalização da Política Municipal de Assistência Social em especial no município de Jaguaré/ES, percebe-se a necessidade do fomento do processo de reflexão-ação, entre todos os atores responsáveis pelo planejamento/execução da PMAS, com o intuito de desmistificar a concepção de Assistência entendida como “ajuda” à concepção de direito legalmente garantido, a despeito da PNAS ainda carregar características conservadoras; e que o conhecimento da realidade regional é fator essencial para o enfrentamento das necessidades básicas locais e do fomento do desenvolvimento das instâncias subnacional com a contribuição da Política Municipal de Assistência Social via a emancipação dos usuários desta política.

Sugeri-se, dessa forma, o desenvolvimento de ações coletivas que visem o fortalecimento do indivíduo enquanto sujeito social, por meio de um trabalho de educação popular com vistas à organização e mobilização desses atores por meio de oficinas que promovam debates sobre: Processo de Trabalho, Questão Social, Política Social e desenvolvimento local. Acredita-se que esses elementos podem influenciar no processo de execução e fortalecimento da PMAS no município pesquisado.

Sugeri-se, ainda, a realização de concurso público para atendimento das demandas de recursos humanos necessários para execução da PMAS em Jaguaré/ES, com o intuito de garantir a composição da equipe técnica da PMAS via os critérios de mérito, da eficiência e da impessoalidade em cumprimento dos princípios da NOB/RH de 2006.

O estudo realizado, também, possibilitou formular algumas sugestões para realização de trabalho futuros: 1) Discussão teórica sobre Assistência Social e Desenvolvimento Local Rural, junto aos técnicos da Assistência Social lotados na Microrregião Litoral

Norte/ES; 2) Compreensão do papel da mulher na família e na Política de Assistência Social; 3) Compreensão da Regionalização da Proteção Social tendo como foco o meio rural; 4) Desafios e perspectivas para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em municípios de economia agrícola.

Finaliza-se esse trabalho lembrando que o esforço empreendido nessa pesquisa foi o de verificar a percepção dos atores responsáveis pela operacionalização da PMAS de Jaguaré/ES sobre Assistência Social e suas contribuições ao desenvolvimento rural local e que num contexto tão rico quanto ao estudado torna-se impossível não se sentir estimulado a prosseguir no seu desvendamento. Portanto, com a pesquisa e por meio da problematização dos indicadores elencados no desenvolvimento desse estudo, almeja-se fomentar a reflexão-ação do processo operacionalização da PMAS de Jaguaré, pois compreende-se que esse processo apresenta-se como eixo fundamental para pensar as transformações da realidade no município, as novas formas de expressão e organização do Estado e da sociedade, bem como os processos de construção da hegemonia e da contra-hegemonia do cenário atual, seja no meio urbano ou rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, jan., 2000. 31 p. (Texto para discussão n. 702).

ARANTES, Mariana F. **Descentralização da Política de Assistência Social: apontamentos críticos**. Direito & Realidade. Monte Carmelo-MG, V.01, n.01, Jan./Jun. 2011.

ARRUDA, José de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História**. Ed. 6ª. São Paulo: Ática, 2002.

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP)**. Disponível em <<http://www.anp.gov.br/glossario/index.asp>> Acesso em: 07 de julho de 2014.

BISPO, Claudia L. de S. e MENDES, Estevane de P. P. **Rural/ urbano e campo/cidade: características e diferenciações em debate**. 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1032\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1032_1.pdf). Acesso em: 27 de novembro de 2013.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social 2. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **A Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo**. 2ª Ed. Brasília: GESST/UNB, 2003.

BRASIL, **Código de Ética do Assistente Social de 1993**. In: Assistência Social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. Conselho Regional de Serviço Social – 7º Região – Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Capacitação SUAS. **Planos de Assistência Social: Diretrizes para elaboração**. MDS, Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP. Brasília: MDS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mapa da pobreza e desigualdade**, 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 02 de julho 2013.

\_\_\_\_\_. Código de Ética do Assistente Social. **LEI 8662/93 da regulamentação da profissão**-Brasília: Conselho Federal do Serviço Social.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 368.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de assistência Social (SNAS). Caderno 2. **SUAS: Configurando os Eixos da Mudança**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Linha de base do monitoramento dos CRAS**.-- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência social, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/benson/lagovdocs/brazil/federal/desenvolvimentosocial/SENARC/relatoriogestao2005SENARC.pdf>. Acesso em: 10/06/2013.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 601. 1850.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 24/01/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2005.



\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS). **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS). **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social** - Orientações técnica para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). - Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS). **Orientações para o acampamento das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) Acesso em 12 de Julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome**. Disponível em: [www.mds.gov.br/suas/](http://www.mds.gov.br/suas/). Acesso em: 27 de junho de 2013.

BRUNDTLAN, Comissão. “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987. Disponível em: <http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>. Acesso em 28 de novembro de 2013.

CARVALHO, Maria do C. B. de. **Famílias e políticas públicas**. In: Famílias redes, laços e políticas. ACOSTA, A. N: VITALE, M.A.F. (org.) São Paulo: IEE/PUC SP, 2003.

CAMPOS, Edval B. **A complexa descentralização da Política de Assistência Social**. São Luís: 23 a 26 de agosto 2005.

COELHO, Maria I. S. **Assistência social e desenvolvimento: limites e possibilidades no município de Mossoró/RN**. São Luís – MA, 2007.

COELHO, Maria I. S. **Municipalização da Assistência Social e Desenvolvimento local: um estudo da política municipal de assistência social em Mossoró/RN (1996-2005)**. 2006. Dissertação. PRODEMA/UERN. Rio Grande do Norte, 2006.

COELHO, Maria I. S.; MENEZES, Suzaneide F. da S.; GÓIS, Lúcia Helena C. de. **Poder local assistência social e desenvolvimento: um estudo no município de Mossoró-RN**. São Luís – MA, agosto 2005.

COELHO, Maria I. S.; OLIVEIRA Carla M. de. **Novos Arranjos Institucionais: gestão local e conselhos municipais de Assistência Social**. Cronos, Natal-RN, v.11, n.3,63, jul/ago. 2009.

COSTA, João B. A. **A ressignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80**. Revista Perspectiva. São Paulo. 1996. Disponível em <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03\\_14.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_14.pdf)>. Acesso em Janeiro de 2014.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://www.dowbor.br>>. Acesso em 28 de novembro de 2013.

ESPÍRITO SANTO. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER): Jaguaré 2011 – 2013**. Vitória, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Local Sustentável**. Vitória, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei N°3445**. Vitória, 1981.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Local sustentável (Etapa- Diagnóstico Situacional do município de Jaguaré-ES)**. Vitória, 2011.

FACHIN, Odila. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. [ver]. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & desenvolvimento local: Pobreza & desarrollo local**. Brasília, DF: AED, 2002. 335 p. ISBN 9788588699038 (broch.)

\_\_\_\_\_. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 4. ed. Brasília, DF: Millennium, 2001. 116 p.

FELIPE, Andriê Luiz. **As Políticas Sociais Brasileiras: Os desafios postos na atualidade**. In: anais do 3º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, 2008.

FERRAZ, Danilo S.; SOUSA, Thaís C. de. **Autonomia municipal fundamental: o poder local na efetivação de direitos sociais no Brasil**. Fortaleza - Junho de 2010.

GRZESZCZEZYN, Gerson e MACHADO, Hilka P. V. **Políticas públicas para o desenvolvimento local: o caso de fomento às indústrias de móveis de Guarapuava, Paraná**. 2010. Disponível em <[http:// www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php) > Acesso em 20 de Outubro de 2013.

GIAQUETO, Adriana. **A descentralização e a intersectorialidade na Política de Assistência Social**. Serviço Social & Saúde, Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

GIL, Antônio C.. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Gloria. **Classes sociais e movimentos sociais**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: NED/CEAD, 2000.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico - metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**/Marilda Villela Iamamoto-11-ed.-São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 de julho 2014.

**INCAPER**. Disponível em: < [www.incaper.es.gov.br](http://www.incaper.es.gov.br)>. Acesso em: 02 de julho 2013.

JAGUARÉ. **Lei N° 361**. Jaguaré, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 370**. Jaguaré, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório Final da V Conferência Municipal da Assistência Social**. Jaguaré, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social** Jaguaré, 2013.

\_\_\_\_\_. Centro de Referência de Assistência Social. **Relatório de Anual de Gestão 2013**. Jaguaré, 2013.

JUNIOR, Orlando A. dos S. **Cidadania e a questão urbana no Brasil: Indicações na perspectiva de um projeto de cidades democráticas**. 1999. IPPUR/UFRJ.

LEITE, Janete Luzia. **Questão Social e Políticas Sociais brasileiras: o governo lula em pauta**. In: anais do 3º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, 2008.

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: NED/CEAD, 2000.

LUTOSO, Maria das Graças O. P. **AS RECONFIGURAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXPRESSÕES NO MUNDO DO TRABALHO RURAL/URBANO: uma abordagem marxista**. UFMA, 2007.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, Rafael A. e CALDA, Eduardo de L.. **Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras**. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a08.pdf>>. Acesso em 22 de Outubro de 2013.

MARTINS, J. de S. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: 1986.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENEGARDO, Araceli Aparecida. **O Plantão Social na Política de Assistência Social: Um estudo do perfil e demandas dos usuários atendidos na SEMAS/Jaguaré-ES**. 2010. Monografia. SER/IH/UNB. Brasília, 2010.

MIOTO, Regina C. T. **Família e políticas sociais**. In: BOSCHETTI, Ivanete (org); BEHRING, Elaine (org); SANTOS, Silvana Mara (org); MIOTO, Regina Célia (org). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, v. 1, p. 130-148.

MULS, Leonardo M.. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais**. UFF. Niterói, RJ-2008

OSTERNE, Socorro. **QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL – Breves notas para reflexão**. 2014. Disponível em: <http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/12/07-Questao-social-e-politicas-publicas-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 24/01/2014.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014.

PASSOS, José P. **Um olhar sobre a questão social no meio rural. 2010**. Disponível em: <http://jpassosp.blogspot.com.br/2010/03/um-olhar-sobre-questao-social-no-meio.html>. Acesso em: 24/01/2014.

PEREIRA, Potyara A. P.. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete (org); BEHRING, Elaine (org); SANTOS, Silvana Mara (org); MIOTO, Regina Célia (org). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009, v. 1, p. 112-128.

PERES, Gislaine A. L.; ALVES, André L. C. **O município e a gestão descentralizada e participativa da Política de Assistência Social.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 73-96, 2009.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do taylorismo/fordismo á acumulação flexível toyotista: Novos paradigmas e velhos dilemas.** Faculdade Unopec, SP, 2007. Disponível em: [www.seufuturonapratica.com.br](http://www.seufuturonapratica.com.br). Acesso, em: 10/05/2014.

REIS, Carlos Nelson dos; HERPICH, Marta Carrer. **A descentralização político-administrativa da Assistência Social: dificuldades para sua implementação em Caxias do Sul.** Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

REIS, Carlos Nelson dos; HERPICH, Marta Carrer. **Exclusão social e descentralização político-administrativa: a especificidade da política de assistência social.** Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

REIS, Carlos Nelson dos e ROTTA, Edeimar. **Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.

SANTOS, Silvana M. **Direitos, desigualdade e diversidade.** In: BOSCHETTI, Ivanete (org); BEHRING, Elaine (org); SANTOS, Silvana Mara (org); MIOTO, Regina Célia (org). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2009, v. 1, p. 64-85.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p. ISBN 857617040X (broch.)

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ademir A. da. **As relações Estado-sociedade e as formas de regulamentação social.** In: Capacitação em **Serviço Social** e **Política Social**: Módulo 2: NED/CEAD, 2000.

SILVA, Anderson Fontes da; BARROSO, Bruna Sgró. **Descentralização/Intersetorialidade/ Territorialidadena campo da assistência social: o município de Campos dos Goytacazes como referência.** São Luís – MA, agosto 2007.

SILVA, Christian L. e BASSI, Nadia S. S. **Políticas públicas e desenvolvimento local.** In: SILVA, Christian L. **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições para o Brasil.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2012, p. 15-38.

SILVA, Christian Luiz da (org). **Políticas Públicas e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, 2012. Ed. Vozes.

SILVA, Franciclécia de S. B. e GUERRA, Eliana C.. **Trabalho e renda no meio rural: Desafios em contexto de crise capitalista**. 2010, Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/TRABALHO%20E%20RENDAS%20NO%20MEIO%20RURAL%20DESAFIOS%20EM%20CONTEXTO%20DE%20CRISE%20CAPITALISTA.pdf>. Acesso em: 24/01/2014.

SILVA, GRAZIANO da, J. **O novo rural Brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, Gustavo M. e BRASIL, Flávia de P. D. **Gestão Social do Desenvolvimento Municipal: Governança Sociopolítica e a Rede Organizacional de Produção de Base Artesanal**. Revista Espacios. Vol. 33 (3). México; Ed. Universidad Autónoma del Estado de México. 2012. Pág. 5-15. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com/a12v33n03/12330351.html>> Acesso em 22 de Outubro de 2013.

SILVA, Gustavo Melo e BRASIL, Flavia de P. D. **Governança Municipal e Gestão Social do Desenvolvimento Local: Estudo de Caso de uma Rede Organizacional de Produção Artesanal Têxtil**. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/16.pdf>> Acesso em 22 de Outubro de 2013.

SILVA, Jeane Andréia F.. **O Controle Social e os Conselhos de Assistência Social**. [S.I.:s.n., s/d].

SILVA, Renata D. M., S. L.. **Mapeamento da produção acadêmica brasileira acerca da pobreza: Uma abordagem a partir das representações sociais**. In: anais do 3º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, 2008.

SILVA, Sheyla S. de S. **Contribuição da gestão descentralizada e participativa da Política de Assistência Social a consolidação da esfera pública**. São Luís – MA, agosto 2007.

SILVA, Silmara C.. **Poder Local Institucionalizado e Desenvolvimento Social Municipal: Um Estudo sobre Carambeí/Pr**. Rio de Janeiro-UFPR, 2011.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

SOUZA, Simone de e NETO, Antonio Carvalho. **Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo**. 2009.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167939512009000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167939512009000200007&script=sci_arttext)> Acesso em 22 de Outubro de 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002.

YAZBECK, Maria C. **70 anos de Profissão: Fortalecendo o Projeto Ético Político do Serviço Social**. In: *Temporális*, ano VI, n.12p. 197-236, Jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Classes Subalternas e Assistência social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: NED/CEAD*, 2000.

## APÊNDICE



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
Recomendado na 132ª Reunião do CTC/CAPES/MEC, de 12 a 16 de dezembro de 2011

APÊNDICE A- SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA  
PESQUISA

São Mateus, 22 de março de 2014.

Ao

**Ilmo. Srº Evaldo Rocha**

Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS  
Prefeitura Municipal de Jaguaré-ES

Prezado Senhor,

Solicitamos a V.S.a. autorização para que a mestrandia, **Francielli Lima Correia**, possa consultar a documentação que se relaciona a esta secretaria sobre a Política de Assistência Social (PNAS) e autorização para que possa realizar entrevistas com os sujeitos atendidos pelo Centro de Referência de Assistência a fim de obter informações referente ao perfil dos usuários assistidos pela Política Municipal de Assistência Social. Solicitamos ainda, autorização para aplicação de instrumento de coleta de dados aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e aos técnicos que atuam nesta secretaria com intuito desenvolver um estudo, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré.

Tal estudo pretende verificar a percepção dos atores responsáveis pela operacionalização da Política Municipal sobre a articulação entre os planos, projetos e ações propugnadas e seus efeitos e contribuições ao desenvolvimento local rural. A pesquisa é intitulada: *Desenvolvimento Rural e Assistência Social: Estudo de caso Jaguaré-ES*.

Reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Luana Frigulha Guisso

Coordenadora do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional





**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
Recomendado na 132ª Reunião do CTC/CAPES/MEC, de 12 a 16 de dezembro de 2011

**APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
SIMPLIFICADO**

Eu, Francielli Lima Correia, mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré solicito a sua participação na pesquisa científica **DESENVOLVIMENTO RURAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: Estudo de Caso de Jaguaré-ES**, que visa verificar a percepção dos atores responsáveis pela operacionalização da Política Municipal sobre a articulação entre os planos, projetos e ações propugnadas e seus efeitos e contribuições ao desenvolvimento local rural.

Para obtenção dos dados necessários será aplicado de um questionário como instrumento de coleta de dados, solicitamos que as respostas sejam de acordo com sua realidade. A autonomia do sujeito de pesquisa será assegurada, podendo desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas poderão ser divulgados em publicações científicas, desde que os dados pessoais não sejam mencionados;

Os participantes não obterão nenhum privilégio ou ônus na participação desta pesquisa.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e ressaltamos o compromisso de notificação do andamento e envio dos resultados desta pesquisa.

Cordialmente,

\_\_\_\_\_  
Francielli Lima Correia  
Pesquisadora Mestranda

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Douglas Cerqueira Gonçalves  
Orientador

Eu, \_\_\_\_\_, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa: **DESENVOLVIMENTO RURAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: Estudo de Caso de Jaguaré-ES**, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos pesquisados.

Jaguaré, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

Assinatura do Pesquisado(a)



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
Recomendado na 132ª Reunião do CTC/CAPES/MEC, de 12 a 16 de dezembro de 2011

**APÊNDICE C- ROTEIRO DE COLETA DE DADOS COM OS ATORES  
RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ/ES**

**\*O que desejo compreender**

**I. IDENTIFICAÇÃO:**

- 1) Estado civil/gênero?
- 2) Qualificação profissional?
- 3) Vínculo trabalhista?
- 4) Situação ocupacional?
- 5) Período de residência no município?

**II. VISÃO SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO**

- 1) Como avalia operacionalização da Política de Assistência Social municipal?
- 2) A municipalização da Assistência Social em Jaguaré ajudou a democratizar a relação poder local (governo municipal/sociedade civil/população)?

**III. VISÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- 1) O que é e qual a importância do CMAS?
- 2) Na sua opinião, a população conhece o CMAS e o seu trabalho?
- 3) Qual a sua avaliação do CMAS?

**IV. PERSPECTIVA**

- 1) A Assistência Social deve continuar municipalizada?
- 2) A municipalização contribuiu para a democratização dos serviços de Assistência Social no Município?
- 3) O que compreende como desenvolvimento Local?
- 4) A Assistência Social pode ser uma política para o Desenvolvimento Local?
- 5) A municipalização da Assistência Social auxilia no desenvolvimento do município?



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
Recomendado na 132ª Reunião do CTC/CAPES/MEC, de 12 a 16 de dezembro de 2011

## **APÊNDICE D- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS**

**PÚBLICO ALVO:** Membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Jaguaré/ES

**Questionário nº.** \_\_\_\_\_ **Data de Aplicação:** \_\_\_\_\_

### **I. IDENTIFICAÇÃO**

1.1-Gênero

Masculino  Feminino

1.2 -Idade

Menos de 21 anos  21 a 30 anos  31 a 40 anos  41 a 50 anos  
 51 a 60 anos  61 a 70 anos  71 a 80 anos  acima de 80 anos

1.3 -Estado Civil

Casado  Solteiro  Divorciado  Viúvo

1.4 -Nível de formação acadêmica

Ensino Fundamental  Ensino Médio  Graduado  
 Especialista  Mestre  Doutor

1.5-Tempo de residência no município:

menos de 1 ano  entre 1 e 3 anos  entre 3 e 6 anos  
 entre 6 e 10 anos  acima de 10 anos. Quantos \_\_\_\_\_

### **II. VISÃO SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO**

2.1-Para você o que é Assistência Social?

---



---



---



---

2.2-Como você avalia a Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré?

Ótima       Boa       Ruim       Não respondeu

2.3-Qual a ação (programa, projeto) de Assistência Social que você destaca como o mais significativo no município de Jaguaré.

---



---



---



---

2.4-Você considera que a municipalização da Assistência Social em Jaguaré foi:

Positiva       Negativo       Não pensou a questão       Não respondeu

2.5-Você considera que a municipalização da Assistência Social contribuiu para a democratização das relações do Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil?

Sim       Não       Não pensou a questão       Não respondeu

### **III. VISÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

3.1-Instituição que representa no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Governamental       Não Governamental

3.2-Você considera sua participação nas Reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social de Jaguaré?

Importante       Produtiva       Motivadora ou Gratificante       Cansativa

3.3-Você considera o CMAS um espaço de:

Aprofundamento da democracia       Espaço burocratizado e ineficaz

Espaço eficaz, mas com muitos entraves

3.4-Na sua opinião, a população conhece o CMAS e o seu trabalho?

Sim                       Não                       Não pensou a questão                       Não respondeu

3.5-O CMAS é necessário para a cidade de Jaguaré?

Sim                       Não                       Não pensou a questão                       Não respondeu

#### **IV. PERSPECTIVA**

4.1- O que você compreende como desenvolvimento Local?

---

---

---

---

---

4.2-A Assistência Social pode ser uma política para o Desenvolvimento Local?

Sim                       Não                       Não pensou a questão                       Não respondeu

4.3- Considerando que em Jaguaré a economia é predominante rural. Na sua opinião, a municipalização da Assistência Social auxilia no desenvolvimento do município? Explique:

---

---

---

---

---

4.4-Este espaço destina-se a comentários/observações que deseje fazer considere importantes sobre o tema focado e que não estejam contemplados(as) neste questionário.

---

---

---

---

---

**Agradecemos sua participação!**



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
Recomendado na 132ª Reunião do CTC/CAPES/MEC, de 12 a 16 de dezembro de 2011

## **APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS**

**PÚBLICO ALVO:** Representante das Famílias acompanhadas pelo CRAS-JAGUARÉ

**Questionário nº.** \_\_\_\_\_ **Data de Aplicação:** \_\_\_\_\_

### **I- IDENTIFICAÇÃO:**

1.1-Sexo:

Feminino  Masculino

1.2-Idade

18 a 25 anos  26 a 30 anos  31 a 35 anos  36 a 41 anos

42 a 46 anos  47 a 50 anos  Acima de 50 anos

1.3—Raça/Cor

Branca  Negra  Parda  Amarela  Indígena

1.4— Estado Civil

Solteiro(a)  Casado(a)  Viúvo(a)

Separado(a)/Divorciado(a)  Amigado(a)

1.5– Número de Membros na Família

Um(1)  Dois(2)  Três(3)  Quatro(4)  Cinco(5)  Acima de seis(6)

1.6– Nível de Escolaridade

Analfabeto  Ensino Fundamental Incompleto

- Ensino Fundamental Completo  Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo  Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

1.7- Qual o seu vínculo empregatício?

- Contrato Temporário  Contrato por tempo indeterminado
- Estatutário  Celetista  Informal  Desempregado

1.8- Qual sua remuneração?

- Até 50 reais  Até 100 reais  Até meio salário mínimo  Até um salário mínimo
- Até dois salários mínimos  Acima de dois salários mínimos

1.9- Você trabalha ou já trabalhou na roça?

- Sim  Não

## II. VISÃO SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO

2.1- Para você o que é Assistência Social?

---



---



---

2.2 - Como teve conhecimento da existência do CRAS?

- Associação de Moradores  Agente comunitário de Saúde  Amigos/Vizinhos
- Igreja  Encaminhamento de algum assistente social  Outros. Quais? \_\_\_\_\_

2.3 – Há quanto tempo participa do CRAS?

- Menos de um(1) ano  De um(1) ano a dois(2) anos  De dois(2) anos a três(3) anos
- De três(3) anos a cinco (5) anos  acima de cinco (5) anos

2.4- Na sua vivência no CRAS você percebeu mudança na sua vida comunitária e familiar?

- Sim  Não

## III. VISÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1- Você conhece o Conselho Municipal de Assistência Social?

Sim  Não

3.2- O Conselho Municipal de Assistência Social é necessário para a cidade de Jaguaré?

Sim  Não  Não pensou a questão  Não respondeu

#### **IV. PERSPECTIVA**

4.1- O que você compreende como desenvolvimento Local?

---

---

---

---

---

4.2- A Assistência Social pode ser uma política para o Desenvolvimento Local?

Sim  Não  Não pensou a questão  Não respondeu

4.3- Considerando que em Jaguaré a economia é predominante rural. Na sua opinião, a municipalização da Assistência Social auxilia no desenvolvimento do município? Explique:

---

---

---

---

---

4.4- Este espaço destina-se a comentários/observações que deseje fazer considere importantes sobre o tema focado e que não estejam contemplados(as) neste questionário.

---

---

---

---

---

**Agradecemos sua participação!**





**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
Recomendado na 132ª Reunião do CTC/CAPES/MEC, de 12 a 16 de dezembro de 2011

**APÊNDICE F- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS**

**PÚBLICO ALVO:** Equipe técnica da Assistência Social de Jaguaré/ES

**Questionário nº.** \_\_\_\_\_ **Data de Aplicação:** \_\_\_\_\_

**I- IDENTIFICAÇÃO:**

1.1-Gênero

Masculino       Feminino

**P**

1.2-Idade

Menos de 25 anos       26 a 35 anos       36 a 45 anos       46 anos ou mais

1.3-Estado Civil

Casado       Solteiro       Divorciado       Viúvo

1.4-Local de Residência

Município de Jaguaré       Outras Localidades

1.5-Situação ocupacional

Efetivo       Contrato com período determinado       Contrato com período indeterminado

1.6-Carga horária de trabalho

20 horas       30 horas       40 horas       Outros. Qual? \_\_\_\_\_

1.7-Tempo de atuação no município

Menos de 1 ano       De 1 a 2 anos       De 2 a 5 anos

De 5 a 10 anos       Mais de 10 anos

1.8-Nível de formação acadêmica

Graduado  Especialista  Mestre  Doutor  Pós-doutor

## **II. VISÃO SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO**

2.1-Para você o que é Assistência Social?

---

---

---

---

2.2-Como você avalia a Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré?

Ótima  Boa  Ruim  Não respondeu

2.3-Qual a ação (programa, projeto) de Assistência Social que você destaca como o mais significativo no município de Jaguaré.

---

---

---

---

2.4-Você considera que a municipalização da Assistência Social em Jaguaré foi:

Positiva  Negativo  Não pensou a questão  Não respondeu

2.5-Você considera que a municipalização da Assistência Social contribuiu para a democratização das relações do Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil?

Sim  Não  Não pensou a questão  Não respondeu

## **III. VISÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

3.1- Você conhece o Conselho Municipal de Assistência Social?

Sim  Não

3.2- O Conselho Municipal de Assistência Social é necessário para a cidade de Jaguaré?

Sim  Não  Não pensou a questão  Não respondeu

3.4-Você considera o CMAS um espaço de:

- Aprofundamento da democracia
- Espaço burocratizado e ineficaz
- Espaço eficaz, mas com muitos entraves
- Espaço que contribui para o reforço do populismo e clientelismo

3.5-Na sua opinião, a população conhece o CMAS e o seu trabalho?

- Sim    Não    Não pensou a questão    Não respondeu

#### IV. PERSPECTIVA

4.1- O que você compreende como desenvolvimento Local?

---

---

---

---

---

4.2-A Assistência Social pode ser uma política para o Desenvolvimento Local?

- Sim    Não    Não pensou a questão    Não respondeu

4.3- Considerando que em Jaguaré a economia é predominante rural. Na sua opinião, a municipalização da Assistência Social auxilia no desenvolvimento do município? Explique:

---

---

---

---

---

4.4-Este espaço destina-se a comentários/observações que deseje fazer considere importantes sobre o tema focado e que não estejam contemplados(as) neste questionário.

---

---

---

---

---

**Agradecemos sua participação!**

## ANEXO A- TABELAS

**Tabela 3 – Compreensão sobre Assistência Social.**

Questionário	Para você o que é Assistência Social?
1	Que ajuda as pessoas que precisa
2	Cesta Básica, auxílio moradia, Bolsa Família
3	Um meio para ajudar as famílias
4	É um lar para ajudar quem precisa
5	É para quem necessita
6	Não sei
7	Não sei
8	Não sei
9	Um meio para ajudar as pessoas carentes
10	Não sei
11	Um meio de ajudar as famílias com pouca renda
12	Aquela que ajuda quem precisa
13	Ajuda
14	Não sei

**Fonte: Representantes das Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**

**Tabela 4 - Compreensão sobre desenvolvimento local.**

Questionário	Para você o que Desenvolvimento Local?
1	Não Respondeu
2	Hospital Grande, Ônibus para todos
3	Município Crescendo
4	Não sei
5	Não sei
6	Crescimento
7	Crescimento
8	Escolaridade, mudanças no município
9	Não Respondeu
10	Desenvolvimento do Município
11	Não
12	Calçamento, esgoto
13	Melhoria Econômica
14	Crescimento

**Fonte: Representantes das Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”**

**Tabela 5 - Assistência Social e o Desenvolvimento Local.**

Questionário	Para você a Assistência Social pode ser ação de desenvolvimento local?
1	Não Respondeu
2	Não Respondeu
3	Sim
4	Sim
5	Pode auxiliar no crescimento da cidade
6	Sim
7	Não Respondeu
8	Sim
9	Sim, porque às vezes a pessoas procuram ajuda na assistência e são ajudados.
10	Sim
11	Sim
12	Sim
13	Sim, melhoria para todos.
14	Sim

Fonte: Representantes das Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”

**Tabela 6 - Comentários/observações sobre o tema discutido**

Questionário	Comentários/observações sobre o tema discutido
1	Não Respondeu
2	Não Respondeu
3	Não Respondeu
4	Não Respondeu
5	Não Respondeu
6	Não Respondeu
7	Não Respondeu
8	Não Respondeu
9	Não Respondeu
10	Não Respondeu
11	Não Respondeu
12	Não Respondeu
13	Não Respondeu

14	Não Respondeu
----	---------------

Fonte: Representantes das Famílias Acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré”

**Tabela 7 – Compreensão sobre Assistência Social**

Questionário	Para você o que é Assistência Social?
1	Penso na Assistência Social como uma "Bengala" enquanto for necessário no sentido de cuidar, mas sem perder o FOCO no caminhar sozinho, não no sentido de ancorar, como com o barco, de tornar a ajuda vitalícia, o que promove no sujeito comodismo e estagnação. Sujeito deixa de buscar, de ser agente.
2	É uma Política Pública de governo que visa promover e assegurar os direitos sociais dos cidadãos, proporcionando condições dignas de vida (trabalho, saúde, educação, lazer, habitação, etc).
3	Uma Política que não é universal, que visa diminuir desigualdades, levar oportunidades e condições dignas de vida, bem como promover autonomia as pessoas que dela necessitar.
4	É uma política que deveria visar o direito do sujeito. Pode ser também uma forma de assistir quem dela precisar e a partir daí empoderar o sujeito para ele em dado momento acessar outros mecanismos ou direitos.
5	Meio de garantia dos direitos de todos os cidadãos.
6	Uma Política que compõe o tripé da Seguridade Social, destinada a quem dela necessitar.
7	É uma política que visa atender os usuários que dela necessitar.
8	É uma política destinada aqueles que dela necessitar
9	Uma Política Pública que concebe o indivíduo como um sujeito de direitos, como uma pessoa digna de atenção, proteção. Uma política que está no meio de todas as políticas públicas, por isso muitas vezes se perde em suas ações e não consegue se impor enquanto ação de tão grande magnitude. Uma política sucateada por diversos interesses. A Assistência Social é nobre em sua ideologia, em sua missão. Porém muito pobre em sua Ação.
10	É uma Política para quem dela necessitar.
11	É uma Política para quem dela necessitar.
12	É uma Política para quem dela necessitar. Sendo um dos seus princípios importantes a equidade.

Fonte: Equipe técnica do CRAS “Jaguaré”

**Tabela 8 - Compreensão sobre desenvolvimento local.**

Questionário	Para você o que é desenvolvimento local?
1	Desenvolvimento dos setores pensando nas demandas do município, e nas causas das mesmas, buscando intervir no geral. Caso contrário as ações dos municípios serão meramente, para trabalhar os problemas existentes, frutos de questões econômicas, sociais e culturais. Os setores: saúde, educação, social não se unem em prol do município, atuam de forma descentralizada.
2	Oportunidade de acesso às políticas de educação, trabalho e renda, saúde e assistência social.
3	Desenvolvimento local é quando benefícios, de qualquer tipo, chegam para qualquer região que necessita.
4	É operacionalizar o que a comunidade e os sujeitos sabem fazer.

5	"Mover" a comunidade em prol de melhorias, "fazendo" com que a população busque emancipar-se.
6	A emancipação dos sujeitos sociais.
7	São Ações, projetos que fortalecem o desenvolvimento da cidade (município) pela qual estamos inseridos.
8	Entendo como um avanço positivo de melhorias significativas nas áreas da economia e nas políticas sociais no enfrentamento da Questão Social em todas as suas expressões.
9	Desenvolvimento local consiste no desenvolvimento de uma cidade em todos os seus aspectos (sociais, econômicos, culturais, políticos, entre outros) a partir da utilização das potencialidades do próprio município.
10	Não Respondeu.
11	Considerando que é o desenvolvimento para ver como o município esta funcionando, se as demandas estão sendo atendidas.
12	É quando o gestor busca, através de ações sanar os problemas sociais, como vem acontecendo no município, onde estão sendo oferecidos cursos através do PRONATEC para profissionalizar os munícipes para que a demanda de mão de obra seja suprimida nas futuras empresas que serão instaladas aqui.

Fonte: Equipe técnica do CRAS "Jaguaré"

**Tabela 9 - Assistência Social e desenvolvimento local.**

Questionário	Para a Assistência Social pode ser ação de desenvolvimento local? Por que?
1	Se a política for pensada em conjunto com os demais setores de gestão, mas avalio como importante, como ferramenta que permite tender as demandas locais, mas deve-se pensar no âmbito geral para que a mesma não funcione como ações eleitoreiras, ou então usadas para apagar incêndios.
2	Não Respondeu.
3	Auxilia, uma vez que as pessoas que trabalham no meio rural nem sempre tem o mínimo necessário para viver, a assistência permite levar desenvolvimento para as famílias.
4	Sim, por exemplo, quando há grupos cooperativos e valorização do local onde o sujeito está inserido.
5	É importante, pois o município direciona "melhor" os recursos federais/estaduais investindo de forma mais eficaz nas carências existentes.
6	Sim, pois a política torna-se focada nos usuários, podendo ser pensada na linha horizontal tornando assim o desenvolvimento mais visível.
7	Sim, pois desta forma o foco principal será o município.
8	Sim. Desde que a municipalização da Política de Assistência também atinja a população rural, contribuindo no enfrentamento das expressões da questão social encontradas bem como no campo, bem como na cidade.
9	Sim, Quanto enviada ações de promoção social, qualificação profissional. Quando pensa no atendimento ao migrante. Quanto pensa as questões sociais juntamente com outros setores e atores para constatação de programas e projetos, para elaboração de planos de ação em diversas áreas.
10	Sim.
11	Não Respondeu
12	Sim. Pelo fato de ter vários projetos instalados no município como CRAS, Grupo Alegria, Bem Viver, Casa Lar, dentre outras instituições são oferecidos

	vários programas e projetos à população.
--	--

Fonte: Equipe técnica do CRAS “Jaguaré”

**Tabela 10 - Comentários/observações sobre o tema discutido**

Questionário	Comentários/observações sobre o tema discutido
1	Não respondeu
2	Não respondeu
3	Não respondeu
4	Um dos grandes problemas que credito seja a falta de trabalho em rede e a falta de capacitação com foco regional.
5	Não respondeu
6	Não respondeu
7	Não respondeu
8	Não respondeu
9	A assistência Social ainda é muito frágil e, infelizmente, muito permeada pela prática do clientelismo. É um grande desafio fomentar ações genuinamente socioassistenciais.
10	Não respondeu
11	Não respondeu
12	Não respondeu

Fonte: Equipe técnica do CRAS “Jaguaré”

**Tabela 11 - Compreensão sobre Assistência Social**

Questionário	Para você o que é Assistência Social?
1	Assistência Social na verdade trata-se se uma ação onde são colocadas as problemáticas para assim as políticas de assistência sejam desenvolvidas.
2	É um serviço para o cidadão que visa alcançar o desenvolvimento e garantir o direito a dignidade humana.
3	Espaço de emancipação do sujeito
4	Não respondeu.
5	Não respondeu.
6	São serviços prestados a população que necessitam.
7	Ação que cuida das pessoas com problemas pessoais.
8	É fazer acontecer os projetos os programas existentes da secretaria de assistência social
9	É um grupo que estuda a realidade social do município e busca ajudar a sociedade principalmente os necessitados há se estabilizar socialmente.
10	Uma política que visa à melhoria de vida da população carente que se encontra com uma renda baixa ou de total pobreza dentro de um município.
11	Assistência social visa satisfazer as necessidades dos menos favorecidos.
12	Meio de encaminhar as pessoas para buscar meios para viver melhor sem ser paternalista.
13	Centro referencial para os moradores da cidade, onde encontram diversos tipos de ajuda.
14	Composta por pessoas capacitadas para proporcionar a pessoa necessitada condições de melhoria de vida e cidadania.

Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré



**Tabela 12 - Compreensão sobre Desenvolvimento Local**

Questionário	Para você o que é Desenvolvimento Local
1	Desenvolvimento local na verdade é o fato do município esta crescendo e com ele cresce também os problemas e as políticas de assistência também devem acompanhar esse crescimento.
2	Desenvolvimento Local é quando a comunidade, órgãos governamentais e não governamentais desenvolvem políticas eficazes para o desenvolvimento dos cidadãos nas suas necessidades e com qualidade de vida.
3	Crescimento em todos os níveis dentro do município, ou seja, no comércio, lazer, instituições de atendimento público ou privado, que faz o local crescer e a população ser bem assistida.
4	São ações que o município desenvolve para o crescimento local.
5	São Melhorias
6	Evoluções que acontecem na cidade
7	São ações que contribuem para o desenvolvimento e melhoria para o município. Garantindo a qualidade dos munícipes.
8	Não respondeu
9	Compreendo como desenvolvimento local quando a sociedade como um todo tem espaço de reivindicar seus direitos e colaborar para que o assunto vire realidade.
10	Melhoria como um todo, seja de um bairro, de uma comunidade, até mesmo de uma entidade.
11	Não respondeu
12	Quando uma comunidade tem uma melhor qualidade de vida, em todos os níveis: educação, emprego, saúde.
13	Não respondeu
14	Local onde todos os participantes (população) vive com dignidade, seus direitos são respeitados e são conscientes de suas obrigações.

Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré

**Tabela 13 - Assistência Social como ação de Desenvolvimento Local.**

Questionário	A Assistência Social pode ser ação de Desenvolvimento Local? Por que?
1	Sim, pois através desta política de assistências os cidadãos têm mais apoio.
2	Sim, pois busca levar formação aos cidadãos e oferecer serviços quando necessário.
3	Sim, ajuda e poderia ajudar mais, implantando novos projetos com este objetivo.
4	Sim, auxilia a população em cursos profissionalizantes, palestras.
5	Sim, através de palestras, cursos, oficinas.
6	Sim, pois o serviço "prestado" visa melhorar a qualidade de vida da população, melhorando isso automaticamente o município será bem desenvolvido. Exemplos: pessoas com casas para morarem, atendimento médico com qualidade...
7	Sim.
8	Sim.
9	Sim, porque orienta ou até mesmo opina e coloca em prática seu papel.
10	Pouco, pois a política em Jaguaré é bastante complexa, não dando muito espaço a certas questões sociais.
11	Não respondeu.
12	Sim.
13	Sim.

14	Sim, Abrindo espaço para as famílias participarem de cursos, palestras e outros auxiliando seu crescimento enquanto cidadão na sociedade.
----	---

Fonte: Membros do CMAS de Jaguaré

**Tabela 14 - Comentários/observações sobre o tema discutido.**

Questionário	Comentários/observações sobre o tema discutido.
1	Não respondeu.
2	Ainda falta participação de lideranças das comunidades e associações em muitos projetos que buscam alcançar o desenvolvimento.
3	Não respondeu.
4	Não respondeu.
5	Não respondeu.
6	Não respondeu.
7	Não respondeu.
8	Não respondeu.
9	Que este trabalho aprimore os conhecimentos geral do CMAS.
10	Deveria haver parceria com as entidades de classe, como os sindicatos.
11	Não respondeu.
12	A importância dos cidadãos serem mais conscientes sobre seu papel na sociedade.
13	Não respondeu.
14	Não respondeu.

Fonte: Membros dos CMAS de Jaguaré